

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL NA ZONA DA
MATA NORTE DE PERNAMBUCO: perspectivas e limitações da Rota
Engenhos e Maracatus**

Daniella Pereira de Souza Silva

**RECIFE
2006**

Daniella Pereira de Souza Silva

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL NA ZONA DA
MATA NORTE DE PERNAMBUCO: perspectivas e limitações da Rota
Engenhos e Maracatus**

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Vanice Santiago Fragoso Selva

RECIFE

2006

S586t Silva, Daniella Pereira de Souza

Turismo e desenvolvimento socioespacial na Zona da Mata Norte de Pernambuco: perspectivas e limitações da Rota Engenhos e Maracatus. – Recife : O Autor, 2006.

191 folhas.: il., tab., quadros, fotos, mapas.

Orientador: Vanice Santiago Fragoso Selva

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia. Recife, 2006.

1. Transformações socioespaciais 2. Geografia do turismo 3. Desenvolvimento local 4. Cultura - Consumo 5. Novas ruralidades I. Título.

**910.2
910**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BCFCH2006/28**

*Aos meus pais Carlos e Mere,
eternos incentivadores das conquistas das suas três filhas
e às minhas irmãs Andréa e Roberta pela compreensão e paciência para a
realização deste trabalho*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

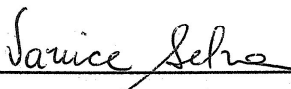
DANIELLA PEREIRA DE SOUZA SILVA

**TURISMO RURAL E PRÁTICAS SÓCIOESPACIAIS NA MICRORREGIÃO
DA MATA SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO**

BANCA EXAMINADORA

TITULARES

Orientador:



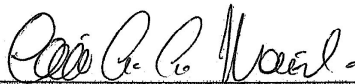
Prof^ª. Dr^ª. Vanice Santiago Fragoso Selva – UFPE

1. Examinador:



Prof^ª. Dr. Giovanni de Farias Seabra – UFPB

2. Examinador:



Prof^ª. Dr. Caio A. Amorim Maciel - UFPE

Aprovada em ____ / ____ / ____

AGRADECIMENTOS

Dedico este espaço àqueles que contribuíram decisivamente para a realização desta dissertação, tanto por meio da troca de informações e do amadurecimento de idéias para a pesquisa, quanto pelo ouvido emprestado, pelo conselho cedido, da paciência exercitada, enfim, a todos aqueles que junto comigo também participaram deste árduo trabalho, de alguma forma e em algum momento, deixo aqui os meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente a Deus, pela alentadora força interior com a qual fui beneficiada e que não me fez desistir nos momentos de incerteza ao longo do Programa.

À minha orientadora Prof. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva pela orientação nesta dissertação.

Ao Prof. Dr. Severino Vicente da Silva, pelas reflexões conjuntas que me fizeram repensar posicionamentos e me solidarizar, ainda mais, com a realidade da região estudada.

Ao Prof. Dr. Caio Augusto Maciel e à Prof. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat, pelas valiosas discussões travadas em sala de aula que muito contribuíram para a ampliação da minha visão em torno do tema abordado.

Aos colegas da Pós-Graduação que compartilharam este desafio.

Aos meus queridos amigos da Pós-Graduação, Luciana Viégas, Eliana Linhares, Clarisse Fraga, Sidclay e Alberto pelos momentos de incentivo, doação, solidariedade e, principalmente amizade, ao longo desta trajetória.

À Verônica Souza, chefe do setor de Informações Turísticas da Empetur e demais colegas da instituição que compreenderam e apoiaram a proposta.

Às Diretoras de Turismo e Cultura dos municípios de Vicência, Maria Taciana de Andrade Miranda, e Nazaré da Mata, Edlamar Ferreira Lopes, pela atenção dispensada ao longo da realização da pesquisa.

A todos os maracatuzeiros, que se dispuseram a registrar as suas impressões e deram contribuições inestimáveis para a presente pesquisa, em especial os mestres-caboclo Zé do Carro e Luiz Carlos e à catita Rosemere, que me guiou às sedes dos maracatus.

A todos os artesãos entrevistados em Nazaré da Mata e Vicência, pela sua paciência e boa acolhida, destacando Jaílma que, gentilmente, me levou às residências e lojas dos artesãos entrevistados, e Saraiva e Rubens pelo acompanhamento nos trabalhos em Vila Murupé.

Ao *trade* turístico destes municípios, pela acolhida e aceitação em participar das pesquisas, em especial ao Sebrae.

À Lucia Barbosa, supervisora técnica de turismo do PROMATA, pela amizade e depoimento sobre a gestão da Rota Engenhos e Maracatus.

Ao Prof. Dr. Giovanni de Farias Seabra pelo apoio permanente, pelas palavras animadoras e pela proximidade que conservamos ao longo da Pós-Graduação.

A meu grande amigo Geraldo Francisco da Silva Jr., pelos esclarecimentos, pelo apoio, pelo acompanhamento e pela grande amizade apesar da distância.

À Rosa, Secretária de Pós-Graduação, sempre atenciosa nas solicitações feitas.

Às minhas grandes amigas Patrícia Galvão e Priscila Marques, pelas palavras de apoio e pela compreensão em relação ao meu distanciamento temporário.

À Tereza Lopes e Fernando Caldas pela arte da capa e pela elaboração do material cartográfico, respectivamente.

À toda a minha família, pais, irmãs, tios, primos, amigos “da rua”, enfim, àqueles que convivem comigo e compreenderam as minhas ausências de alguns programas familiares.

A todos da Fraternidade Espírita o Amor em Evolução, por compreenderem o meu distanciamento de dois meses dos trabalhos, nos quais me comprometi.

À minha tia Zeza e a Silvia por terem me atendido na urgência desta revisão.

*Ontem, a displicência com as coisas da civilização e seu meio, a prática desmesurada do imediatismo utilitário, só conseguiram fazer florescer o desinteresse formal. **Construir civilização é uma etapa fundamental.***

Eduardo Yázigí

A intenção de promover a diversificação econômica na Mesorregião da Mata de Pernambuco, apoiada nos conceitos de sustentabilidade, tem sido oficialmente o propósito do governo de Pernambuco que, ao elaborar projetos em diversos setores acabou por contemplar o turismo enquanto um dos eixos principais para impulsionar o desenvolvimento da região por meio da Rota Engenhos e Maracatus. As transformações em andamento para a implantação da Rota, não estão dissociadas das categorias de análise tempo e espaço que consideram este último enquanto local de reprodução das relações sociais, e onde o tempo se materializa. São transformações que se justificam ou pela necessidade de integrar as sociedades rurais nos mercados regional, nacional e internacional na expectativa de melhorar a sua condição socioeconômica, ou pela própria necessidade de sobrevivência. O espaço rural traz, cada vez mais no seu conteúdo, a essência das novas ruralidades, que têm no turismo um dos seus traços mais característicos e que já tem começado até responsável pela movimentação de uma cadeia produtiva. É uma atividade complexa na medida em que necessita estar articulada às dimensões econômica, social, cultural e política das sociedades. E em se tratando de uma região problemática como a que foi selecionada, conhecida pelos históricos conflitos entre donos de engenhos e usineiros e trabalhadores rurais da lavoura da cana-de-açúcar, precisar o desempenho do turismo na região necessitou a realização de revisão bibliográfica, de deslocamentos constantes aos locais de pesquisa para observações e da realização de entrevistas com o 'trade' turístico, principalmente com os artesãos e maracatuzeiros, público-alvo do estudo. Considerou-se, para efeito de análise, os municípios de Nazaré da Mata e Vicência, situados a 65 km e 87 km da capital Recife, respectivamente, tomando como referência o período de 1993 a 2006. Assim, objetivou-se analisar as perspectivas e limitações que oferece a Rota Engenhos e Maracatus para a promoção do desenvolvimento socioespacial da Zona da Mata Norte de Pernambuco. Este estudo tem a intenção de fornecer elementos para a análise criteriosa da atuação dos programas oficiais direcionados à atividade turística, e suas implicações junto aos atores locais. Como resultado, concluiu-se que as transformações vivenciadas na região têm sido caracterizadas pela privação ao adequado planejamento e acompanhamento que se pretende para um consórcio envolvendo cidades da região. Tem sido conduzido equivocadamente pelo governo estadual e reflete-se, em escala municipal, na total falta de articulação entre os agentes, embora todos estejam interessados no sucesso da atividade. Fator agravante é o consumo que se pretende fazer da cultura, com enfoque na cultura das classes subalternas, mais vulneráveis e por isso mais expostas às interferências negativas decorrentes do atendimento às demandas externas. Persistindo neste caminho, a médio prazo o seu real significado estará se dissociando das suas origens. Igualmente têm sido "orientados" os artesãos, a especializarem a sua arte em sintonia com a imagem construída para os municípios, como exemplo tem-se o rótulo atribuído à Nazaré da Mata de "Terra do Maracatu", e à Vicência de "Terra da Banana". É preciso, urgentemente, instituir a cultura do planejamento participativo permanente na região.

Palavras-chave: transformações socioespaciais; turismo; desenvolvimento; cultura; conflito.

The main reason to promote the economic diversification in the Mesorregião da Mata de Pernambuco, supported in the sustainability concepts, has been officially the intention of the government of Pernambuco that, when decided to propose projects in many other sectors, considered tourism as one of the principal axes to stimulate the development of this region by means of the Route Engenhos e Maracatus. The proceeding transformations for the implantation of the Route, aren't separated of the categories of analysis time and space, that consider the space as a local of reproduction of social relations and also where time materializes. Those, are transformations justified or for the necessity to integrate the agricultural societies in the regional, national and international markets in the hope to improve their social and economic conditions, or for their proper necessity of survival. The rural space has been bringing in its contents the essence of new tendencies (leisure for example), that has in tourism activities one of its most important characteristics traces and that is already responsible for the productive series movement. Tourism is a complex activity, since it needs to be articulated to the economic, social, cultural and politics dimensions of the societies. And, once the chosen area is a problematic region, known for its historical conflicts between the proprietaries of engenhos and sugar/alcohol factories, on one side, and the sugar workers, on the other one, the efforts to determine the tourism performance in that region, needed the accomplishment of bibliographical revision; constant displacements to those cities to make some comments, and also accomplishment of interviews with the tourist trade, especially the artisans and maracatuzeiros. It was considered for the analysis, the cities of Nazaré da Mata and Vicência, 65km and 87km each one far from the capital, Recife, taking as a period reference the years between 1993 and 2006. Thus, the purpose for this study was analyze the perspectives and limitations that the North of Pernambuco offers to the Route of Engenhos e Maracatus for the promotion of the social and spatial development of Zona da Mata. This study has the intention to provide with elements the wise analysis about the performance of this official program directed to the tourist activity and its implications for the local actors. As a result, one of the conclusions is that the transformations experienced in that region has been characterized for the privation to the proper planning and accompaniment pretended for a cluster that involves cities of the region. It has been led as a mistake for the government, whose reflections, in a town scale, can be understood as a non articulated relationship between the tourist trade, even though all of them are interested in the success of the activity. An aggravation factor is the culture consumption, specially the subalterns one, that are more exposed to the negative interferences of the attendance to the external demands. Persisting in this way, the average period, its principal meaning will be distorted. The artisans also has been 'guided' to specialize their art in tuning with the image constructed for the cities, as an example, there is the inscription attributed to Nazaré da Mata as the 'Land of Maracatu', and to Vicência, the 'Land of Banana'. It is really necessary to create and keep as permanence the participation practice for the government. planning.

Keywords: sociospatial transformations; tourism; development; culture; conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Mapa das Capitâneas Hereditárias	34
Figura 2 – Agrovila no Município de Vicência	43
Figura 3 – Mapa das Microrregiões Geográficas	48
Figura 4 – Mapa de Situação do Município de Nazaré da Mata	50
Figura 5 – Engenho Santa Fé	60
Figura 6 - Mapa de Situação do Município de Vicência	63
Figura 7 – Serra do Jundiá no Engenho Jundiá	64
Figura 8 – Fac-Símile do Mapa do Vale do Siriji indicando o Rio Siriji	65
Figura 9 – Casa Grande agregada à Capela no Engenho Poço Comprido	73
Figura 10 – Modelo de Campbell de Viagem Recreativa e Excursionista	96
Figura 11 – Lanceiros de Cavani Rosas no Parque dos Lanceiros em Nazaré da Mata	109
Figura 12 – Estado de abandono do Parque dos Lanceiros	109
Figura 13 –Anéis Representativos do Arranjo Produtivo	123
Figura 14 – Espaço Cultural Mauro Mota antigo matadouro de Nazaré da Mata	129
Figura 15 – Tapete confeccionado em Nazaré da Mata por ocasião da Feira Nacional de Negócios do Artesanato (FENNEART) em PE	132
Figura 16 – Artesanato típico de Nazaré da Mata em exposição na FENNEART	132
Figura 17 - Boneca de aproximadamente confeccionada inteiramente em fibra de banana premiada em edição da FENNEART	134
Figura 18 - Artesanato em Fibra de Banana	134
Figura 19 – Mercado Regional de Arte	135
Figura 21 – Sede da Associação dos Artesãos de Nazaré da Mata	144

Figura 22 – Sede de Associação dos Maracatus de Baque Solto de Pernambuco (município de Aliança)	161
Figura 23 – Artesão/Maracatuzeiro em processo de Confecção de gola de Caboclo de Lança	163
Figura 24 – Sede da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata –Amunam	166

QUADROS

Quadro 1 – Zona da Mata do Nordeste: Setor Sucroalcooleiro - 1994/1995	37
Quadro 2 - Horário de partida dos ônibus	100

TABELAS

Tabela 1 - População do Brasil 1991-2000 por situação de domicílio	23
Tabela 2 - População de Pernambuco em 1991-2000 por situação de domicílio	24
Tabela 3 – População de Nazaré da Mata por situação de domicílio em 2000 e projetada para 2001-2005 em Pernambuco	52
Tabela 4 – Pessoas ocupadas em Nazaré da Mata por atividade econômica e setor produtivo, em 1991/2000	56
Tabela 5 – Finanças Municipais de Nazaré da Mata	59
Tabela 6 – População de Vicência por situação de domicílio em 2000 e projetada para 2001-2005 em Pernambuco	67
Tabela 7 - Pessoas ocupadas em Vicência por atividade econômica e setor produtivo, em 1991/2000	71
Tabela 8 - Finanças Municipais de Vicência	72
Tabela 8 – Evolução do nº de Meios de Hospedagem em Nazaré da Mata	139
Tabela 9 - Evolução do nº de Meios de Hospedagem em Vicência	141

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	8
Abstract.....	9
Lista de Ilustrações.....	10
Introdução.....	14
CAPÍTULO I – A Zona Canavieira e sua Inserção no Novo Rural Brasileiro.....	21
1.1 Relações Campo-Cidade no Contexto das Novas Atividades Rurais.....	21
1.2 Evolução Socioeconômica e Espacial da Zona Canavieira de Pernambuco.....	32
1.3 O Lugar dos Trabalhadores Rurais na Sociedade Canavieira Contemporânea.....	40
1.4 Caracterização dos Municípios.....	47
1.4.1. Nazaré da Mata.....	49
1.4.2. Vicência.....	62
CAPÍTULO II – Aspectos da Geografia e do Turismo: Uma Relação Necessária.....	74
2.1. Espaço-Tempo: Categorias Universais de Análise da Dinâmica Social.....	74
2.2. Uma Abordagem Geográfica do Turismo.....	83
CAPÍTULO III – Expansão da Função Turística e suas implicações na Rota Engenhos e Maracatus.....	92
3.1. As Contribuições da Rota Engenhos e Maracatus na Ressignificação Espacial da Mata Norte.....	92
3.2. A Rota no Contexto do Desenvolvimento Local.....	102
3.3. Nazaré da Mata e Vicência: Emergência de um Arranjo Produtivo Local? .	121

3.3.1. Os Atrativos	125
3.3.2. Agência de Turismo.....	136
3.3.3. Guias.....	137
3.3.4. Meios de Hospedagem.....	139
3.3.5. Bares e Restaurantes.....	141
3.3.6. Comércio Turístico.....	143
3.3.7. Instituições de Apoio Local.....	144
3.3.8. Instituições de Apoio Supralocal.....	146
3.3.9. Meio Urbano e Meio Rural.....	148
3.2.10- Estrutura de Acesso.....	149
3.2.11 – Externalidades.....	150
3.2.12 - Níveis de Competitividade	151
 CAPÍTULO IV – Turismo, Cultura e Consumo: Possibilidades para a Zona da Mata Norte?.....	 152
4.1. Culturas Subalternas e Cultura Hegemônica: Aspectos de uma Relação Conflitante e seus Impactos no Turismo.....	152
4.1.1 Condições de Inserção dos Maracatus no Turismo da Zona da Mata Norte.....	157
4.1.2 Condições de Inserção dos Artesãos no Turismo da Zona da Mata Norte.....	165
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 171
BIBLIOGRAFIA.....	176
ANEXOS.....	183

Os estudos e pesquisas relativos ao turismo já constituem um amplo conjunto sistematizado do saber nos variados âmbitos científicos quer seja em Administração, Sociologia, História, Economia, Antropologia, Comunicação, Psicologia e, principalmente, na Geografia, apenas enfatizando aqueles que mais contribuições têm fornecido para a compreensão de uma atividade que se apropria dos conceitos e métodos daqueles campos do conhecimento, na busca pela compreensão das relações e conflitos subjacentes às relações sociais e suas conseqüências espaciais. Prova disto é o aumento sintomático das obras dedicadas ao entendimento deste que é um dos principais fenômenos econômico, político, social e cultural das sociedades ditas pós-modernas.

Em se tratando de campo de estudo tão abrangente, para a presente pesquisa procurou-se centralizar em alguns conceitos da Geografia que pareceram mais adequados à explicação das transformações espaciais em curso na Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco, considerando primeiramente a complexidade na retratação das novas relações que vêm sendo estabelecidas entre o campo e a cidade, revestidas de polêmicas discussões no âmbito acadêmico.

Parece ser unânime o reconhecimento da importância do turismo nesta nova tendência de interpretar a multifuncionalidade do espaço rural, e sua atuação como agente de criação e recriação de novos espaços na região enfocada. Especialmente quando se analisa a espontaneidade com a qual teve início a exploração da atividade na região e a posterior incorporação e fomento pelo poder público municipal e estadual das iniciativas direcionadas à sua implementação.

Neste sentido, interessa pois reconhecer a complexidade do espaço turístico enquanto área de pesquisa da Geografia e sob o qual centra-se a análise na reprodução das relações sociais, na percepção que se constrói em torno da concretização da sociedade no espaço bem como do espaço que ela produz, sendo que vem daí a impossibilidade em analisar o espaço e a sociedade em separado, como destaca Corrêa (2003).

Ao dizer que o espaço geográfico é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”, Santos (2004) reconhece ser fundamental a análise do espaço geográfico sob o enfoque temporal.

Emerge então outra categoria de análise considerada para o presente trabalho: a pós-modernidade. Considera-se como relevante as contribuições de Soja (1993) acerca do reconhecimento de uma profunda reestruturação da vida contemporânea que tem sido induzida por sucessivas crises. Estas, por sua vez, têm resultado em modificações significativas voltadas às atribuições de importância, até certo ponto exageradas, à ‘aparência das coisas’. Assim, descortina-se uma nova consciência que procura levar em conta “a simultaneidade e a extensão dos acontecimentos” (Soja, 1993, p.32).

Partindo-se desta nova consciência e considerando-se as históricas relações conflitantes que se estruturaram ao longo de séculos nos municípios de Nazaré da Mata e Vicência na Zona da Mata Pernambucana, busca-se introduzir a cultura do planejamento integrado e participativo em oposição às ações tradicionalmente executadas de forma compartimentada. Não se pode perder de vista que esta nova concepção de planejamento deve ter como propósito, fazer convergir interesses distintos para um único objetivo que é o desenvolvimento local, onde o conjunto da população possa de fato exercer a cidadania.

Paradoxalmente, a inserção do mundo na economia globalizada requer o entendimento não apenas da multiplicidade das ações que ocorrem simultaneamente na atualidade e nas diversas esferas da sociedade, mas principalmente a análise dos impactos onde elas se dão, ou seja, na esfera local. Importa, portanto, reconhecer que vive-se hoje num ambiente sistêmico e dinâmico, por isso instável, mas em busca do equilíbrio.

E neste contexto caracterizado pela dinamicidade, onde cada vez mais a reprodução das relações capitalistas têm exacerbado a necessidade do consumo desenfreado, a cultura passa a ser um elemento que merece atenção especial já que tem sido alvo de consumo pelo turismo. Embora a maior parte do público-alvo entrevistado, ou seja, os artesãos e maracatuzeiros – aqueles que ‘brincam’ nos Maracatus de Baque Solto ou Rural, manifestação cultural da região - não percebam

claramente, estão sendo incorporados de maneira compulsória ao projeto turístico Rota Engenhos e Maracatus proposto para a região, e objeto principal de análise deste trabalho.

Nesta perspectiva, embora existam alguns estudos que tenham buscado abordar o processo de “turistificação” na Mata Norte, a singularidade desta pesquisa reside no enfoque dado em torno da estruturação de um arranjo produtivo de turismo na região, a Rota Engenhos e Maracatus, que tem envolvido de modo diferenciado, empresários do setor, gestores públicos e artistas locais e que é analisado à luz das contribuições de um modelo geográfico.

É uma pesquisa que também busca servir de instrumento de conscientização dos atores, especialmente aqueles envolvidos diretamente com a produção cultural, entendida sob o prisma mercadológico de ‘atrativo turístico’, na medida em que retrata a sua participação no processo de desenvolvimento da atividade.

E finalmente, espera-se trazer uma contribuição para os gestores públicos de um modo geral e das instituições supralocais, responsáveis e co-responsáveis pelo planejamento do espaço turístico, no intuito de fomentar algumas reflexões em torno da condução do projeto de turismo na região.

A partir destas considerações, alguns questionamentos nortearam a realização desta pesquisa: De que maneira a formação e evolução socioeconômica da região contribuíram para a expansão do turismo no espaço canavieiro? Que transformações socioespaciais a Rota Engenhos e Maracatus tem fomentado? Como se dá a inserção dos maracatuzeiros e artesãos neste projeto? Até que ponto a formulação e execução do projeto Rota Engenhos e Maracatus assume um caráter participativo e, sendo assim, de desenvolvimento local sustentável? Na tentativa de melhor examinar a estruturação do turismo em espaço agrário conflitante, elaborou-se a seguinte hipótese: A formulação e execução do projeto Rota Engenhos e Maracatus não promove a inserção de maracatuzeiros e artesãos no processo de implementação do turismo na Zona da Mata Norte de Pernambuco a não ser enquanto elementos a serem trabalhados neste projeto, uma vez que apresenta-se tímida e ineficaz a reforma agrária na região e inexistente uma cultura de gestão participativa que os incorpore no processo de tomada de decisões. Apenas vivenciando a sua condição de cidadania é possível garantir a sustentabilidade do desenvolvimento nestes municípios e, conseqüentemente, da Rota.

Para tentar se chegar a um entendimento sobre este assunto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as perspectivas e limitações que oferece a Rota Engenhos e Maracatus para a promoção do desenvolvimento socioespacial da Zona da Mata Norte de Pernambuco. Tendo em vista a concretização deste objetivo, foram propostos outros quatro objetivos: Perceber as transformações vivenciadas na região considerada, sob a perspectiva do *meio técnico-científico-informacional* enquanto fator vibilizador do desenvolvimento da atividade sem perder de vista as discussões travadas em torno do novo rural brasileiro; Discutir as relações que aproximam a Geografia e o Turismo, analisando os elementos destes espaços e realizando as suas caracterizações baseadas nas especificidades locais; Reconhecer de que forma se dão os arranjos espaciais na região ao longo da expansão da função turística, a partir da estruturação da Rota Engenhos e Maracatus; Analisar a maneira como tem se dado o relacionamento entre culturas subalternas e culturas hegemônicas no processo de consumo pelo turismo das manifestações histórico-culturais nos municípios da Mata Norte.

Adotou-se como método mais adequado para propiciar a compreensão do assunto estudado, o materialismo histórico e dialético que penetrou na discussão geográfica na década de 70 na medida em que o raciocínio formal e linear, em voga era insuficiente para proporcionar a interpretação de uma sociedade que cada vez mais se complexificava. Este método reconhece a completa ligação das relações sociais às forças produtivas e compreende uma análise que tem como um dos principais pensadores Marx (1980), que procurava explicar as transformações ocorridas na história da humanidade através dos tempos, quando compara:

na manufatura a ferramenta não pode manifestar mais resistência que as potências possuídas pelo homem (...) Na grande indústria, aquele que olha por uma máquina pode ser facilmente substituído por um outro, e a ferramenta continua a trabalhar, mesmo que o homem tenha que dormir ou comer (p.98).

Quanto ao objetivo da pesquisa realizada, procedeu-se primeiramente ao levantamento bibliográfico e a troca de informações com pessoas que já haviam realizado estudos sobre o tema na mesma região, dada a sua complexidade. Nesse sentido, baseou-se nas categorias de análise geográficas tempo-espço e suas

implicações na formação social; realizou-se o levantamento e análise de uma série de bibliografias acerca dos diversos temas abordados pelo trabalho bem como de representações cartográficas; elaborou-se questionários a serem aplicados junto aos proprietários e gestores de engenhos, maracatuzeiros, artesãos, proprietários de bares e restaurantes, gestores municipais de turismo, analistas de instituições supralocais voltadas ao turismo, proprietários de pequenas pousadas; coletou-se informações específicas para a caracterização dos municípios junto às instituições como Condepe/FIDEM, Promata, IBGE, Lamepe/ITEP; e finalmente, obteve-se acesso ao Relatório de Reestruturação e Implantação da Rota Engenhos e Maracatus, elaborado pelo Promata.

Em seguida, deu-se início à segunda etapa da pesquisa que foi a descritiva e que, segundo Gil (2002, p.42) vai “além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação”, favorecendo estudos que objetivam compreender atuações práticas. Envolveu a pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas estruturadas que permitiram, além do contato direto com os entrevistados, a observação da situação como um todo conferindo-lhe o teor qualitativo. Autorizou, também, generalizações já que as entrevistas estruturadas possibilitaram a análise estatística dos resultados ocasionando na probabilidade de ocorrência.

Combinou-se nesta etapa, o uso da observação simples, que pode ser ou não participante (Dencker & Viá, 2002), sendo percebida principalmente pelos sentidos. Assim, ao longo da pesquisa, foram realizados 3 deslocamentos para cada município que, além do intuito de realizar as pesquisas, também incluíram a participação no Encontro de Maracatus de Nazaré da Mata em novembro/2005, que teve o objetivo de perceber a interação entre o público e os maracatuzeiros e entre estes e o espaço de ocorrência do evento, no centro da cidade, distante das origens nos engenhos de açúcar.

Participou-se também do Encontro de Turismo da Mata Norte no município de Vicência em abril/2004, na intenção de perceber os temas que nortearam as discussões entre representantes de órgãos públicos, empresários do setor, instituições financeiras e interessados em geral, em torno das perspectivas do turismo para a Zona da Mata Norte. Ainda neste mesmo município, em abril/2006, houve a oportunidade de participar da Oficina do Sebrae “Juntos somos Fortes”

promovida para os artesãos de Vicência e que tinha como foco maior estimular o associativismo.

As entrevistas realizadas totalizaram aproximadamente 34 horas de gravação envolvendo 74 pessoas das quais 26 eram artesãos nos dois municípios, sendo 17 em Vicência – incluindo artesãos dos distritos de Trigueiro, Angélicas, Borracha, Engenho Suruagi e Vila Murupé, e 9 artesãos da zona urbana de Nazaré da Mata; 32 pessoas eram maracatuzeiros, muitos deles trabalhadores ou aposentados dos canaviais e pertencentes a 15 dos 19 grupos de Maracatu Rural de Nazaré da Mata; as diretoras de Turismo e Cultura de Nazaré da Mata e Vicência além do secretário de infra-estrutura de Nazaré da Mata; o presidente e o vice-presidente da Associação dos Maracatus de Baque Solto de Pernambuco; 6 proprietários de bares e restaurantes dos municípios; 4 proprietários de engenhos integrados à Rota de Engenhos e Maracatus sendo que há ainda 1 representante da gestão de engenho cedido em comodato mas que é gerente de fato da única agência de receptivo da região em Vicência; 3 proprietários de pousadas e hotéis, sendo 2 em Vicência e 1 em Nazaré da Mata; a supervisora técnica da área de turismo do Promata; uma analista do Sebrae do setor de turismo.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados como modalidade de pesquisa, adotou-se o estudo de caso que de acordo com Gil é o mais apropriado para pesquisadores interessados no detalhamento do conhecimento mediante “estudo profundo e exaustivo” (idem, p.54) sendo o mais adequado para “a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real” (idem, idem). Enquadra-se exatamente no assunto investigado neste trabalho e que é a expansão do turismo no espaço rural da Zona da Mata.

Assim, procurou-se estruturar o trabalho expondo no primeiro capítulo as tendências à interpretação das relações entre o campo e a cidade que têm incorporado novas práticas e construído um “Novo Rural” acompanhado de novas práticas socioespaciais. Além do mais, buscou-se analisar a evolução da sociedade canvieira sob a perspectiva do meio técnico-científico-informacional, enfatizando o lugar dos trabalhadores rurais na sociedade contemporânea, uma vez que trata-se de uma região produtora de cana-de-açúcar e serem todos os artesãos e maracatuzeiros ou trabalhadores/aposentados dos canaviais ou parente de algum

trabalhador rural, convivendo de perto com a situação da categoria, criadores das manifestações artísticas tidas como atrativos turísticos atualmente.

O segundo capítulo foi destinado às discussões relativas ao aporte teórico da Geografia, as relações de reprodução da sociedade a partir das categorias tempo e espaço, bem como procurou-se fazer uma aproximação entre a Geografia e o Turismo para favorecer a compreensão das dinâmicas socioespaciais em curso e impulsionadas pelo turismo. Depois passou-se à caracterização dos municípios estudados.

O capítulo seguinte, o mais extenso de todos, realiza um estudo aprofundado considerando para a análise da espacialização do turismo na região, considerando um modelo geográfico relativo ao deslocamento turístico a partir das atividades propostas nos roteiros elaborados pela Rota Engenhos e Maracatus. Em seguida, procurou-se analisar o projeto contextualizando-o nas propostas de desenvolvimento local, uma vez que é intenção do governo propor a sustentabilidade das ações em torno da diversificação econômica da região; e finalmente, analisa a Rota na perspectiva da “turistificação” em curso nos municípios enfocados na tentativa de fazer emergir uma espécie de arranjo produtivo do turismo na região como um todo.

O último capítulo, por sua vez, surge com o objetivo de trazer à discussão o que se entende por cultura subalterna e cultura erudita, enquanto elementos presentes na conflitante região estudada, caracterizada pela rigidez hierárquica das relações sociais, sendo necessário apreender de que forma estão inseridos os artesãos e maracatuzeiros de Nazaré da Mata e Vicência.

Assim, é abrangendo todos estes enfoques que a presente pesquisa se desenvolve, considerando a contemporaneidade do turismo que lá tem se desenvolvido inserido a menos de dez anos. Espera-se, a partir das conclusões a que se chegará, trazer elementos que possam contribuir para a reflexão e quiçá revisão das ações implementadas em caso da percepção de eventuais equívocos no planejamento do espaço rural, que agora é também objeto do turismo.

A Zona da Mata Norte e sua Inserção no Novo Rural Brasileiro

1.1. Relações Campo-Cidade: Modificações no Contexto do Novo Rural Brasileiro

No âmbito dos estudos das ciências sociais, a análise dos fenômenos por outras áreas do conhecimento proporciona a abrangência da interpretação e compreensão de pontos de vistas que se complementam.

Uma leitura analítica acerca das dinâmicas das relações campo/cidade, da existência de um campesinato produtivo que se vê inevitavelmente integrado a uma economia global, especialmente no espaço agrário da Zona da Mata Norte de Pernambuco, proporciona, gradativamente, a aproximação entre ciências tais como a Sociologia Rural e a Geografia, no intuito de examinarem os diversos contornos que a mesma vem adquirindo em face da consolidação do capitalismo no espaço rural e das implicações dele decorrentes.

Contudo, surge uma nova forma de desenvolvimento socioespacial que evidencia a associação de atividades agrícolas com novas formas de ocupação presentes no meio rural. São transformações que se justificam ou pela necessidade de integrar as sociedades rurais¹ nos mercados regionais, nacionais e internacionais, na expectativa de melhorar a sua condição socioeconômica, ou pela própria necessidade de sobrevivência. É a multifuncionalidade no campo que traz no seu conteúdo, a essência das novas ruralidades.

Por isso, o debate em torno das novas relações que se estabelecem entre o campo e a cidade, mais que nunca, tem despertado o interesse de pesquisadores dos diversos ramos das ciências sociais, cujas contribuições começam a tender para a interpretação holística desta realidade que, antes de qualquer coisa, prescinde de uma análise que a abranja em toda a sua complexidade.

¹ Entender sociedades rurais em, seu sentido amplo, que atualmente envolve também as pessoas oriundas do meio urbano que fixaram residência no campo.

São relações pautadas ora na dicotomia campo-cidade, ora no *continuum* urbano ou até na percepção que considera aspectos históricos e sociais como definidores de identidades e modos de vida únicos, e que responderão singularmente às influências e demandas de uma sociedade englobante.

Esta é uma tendência que se iniciou em países de economia avançada, tendo se acentuado a partir do processo de modernização da agricultura iniciado no pós-guerra e fundamentado no modelo produtivista.

Naturalmente, os fatores desencadeadores das mudanças nas relações entre o campo e a cidade, bem como a busca por alternativas que solucionassem os efeitos comprovadamente negativos da orientação produtivista nas sociedades rurais européias estão distantes de serem soluções passíveis de cogitação para a realidade agrária brasileira, fundamentalmente pelos seus fatores conformadores que historicamente estiveram sempre subordinados aos interesses do capital externo.

Aspectos como economia, configuração política e territorial, meio ambiente e cultura são definidores de uma sociedade que foi sendo constantemente reformulada ao longo dos séculos, apesar das orientações políticas e das crises. A modernização da agricultura, iniciada na década de 1960, teve como conseqüências para o Nordeste o fortalecimento da lavoura canavieira que foi estimulada pela possibilidade de produzir álcool (ARAÚJO, 2002, p.18) e o conseqüente êxodo rural. Foram tomadas decisões que iam de encontro às metas da recém-criada SUDENE – Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste em 1959, e que fortaleceram as antigas oligarquias da região.

Esse fortalecimento se dá a partir da industrialização da agricultura brasileira, em conseqüência à abertura da economia aos mercados internacionais e em sintonia com o desenvolvimento do capitalismo no campo em meio às determinações do mundo globalizado.

É um período caracterizado pelo aprofundamento da dívida externa brasileira, em que o país contraiu empréstimos em sucessivos governos, no intuito de fomentar a ampliação da produção industrial dos produtos agrícolas, configurando-se um processo que se auto-alimenta e conduz à ampliação da área cultivada por culturas de exportação como a cana-de-açúcar, no esforço de manter margens de lucro

consideráveis em detrimento do abastecimento interno com produtos alimentícios (OLIVEIRA, 1999).

O desenvolvimento do capitalismo na zona canavieira de Pernambuco reveste-se das características próprias de um sistema contraditório e combinado que, atrelado às especificidades da constituição agrária da Microrregião, tem adquirido contornos voltados ao esvaziamento das áreas rurais e ao “inchamento” das cidades, rodeadas que estão de uma população que sobrevive em condições de extrema pobreza. O reflexo da condição subumana a qual os moradores estão expostos, materializa-se nos seus problemas nutricionais, no aumento do índice de criminalidade por envolvimento com entorpecentes, no número de pessoas desempregadas em período de entressafra, e dispersas pelas ruas das cidades no desânimo e pouca confiança que depositam no poder público em favor da melhoria das suas condições de sobrevivência.

São problemas decorrentes de uma nova reestruturação socioespacial onde, como enfatiza WANDERLEY (1998), os próprios critérios brasileiros de demarcação do espaço, em rural ou urbano, denotam falhas. De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o reconhecimento do espaço urbano é feito a partir das áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

Segundo o Censo 2000 do IBGE, as populações urbana e rural do estado de Pernambuco vêm seguindo a mesma tendência do restante do Brasil, ou seja, constatou-se de 1991 a 2000 um aumento na concentração urbana em detrimento da rural, como se pode observar nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - População do Brasil 1991-2000 por situação de domicílio

	População Urbana		População Rural	
	População	Percentual (%)	População	Percentual (%)
1991	110.990.990	75,59	35.834.485	24,41
2000	137.755.550	81,23	31.835.143	18,17

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Brasil 1991-2000)

Tabela 2 - População de Pernambuco em 1991-2000 por situação de domicílio

	População Urbana		População Rural	
	População	Percentual (%)	População	Percentual (%)
1991	5.051.654	70,87	2.076.201	29,13
2000	6.052.930	76,50	1.859.007	23,50

Fonte: IBGE - Censo Demográfico: Pernambuco – 1991-2000

As tabelas comprovam a tendência à redução da população rural e à ampliação da população urbana em virtude da dificuldade que têm os municípios em aliar a modernização da agricultura de exportação e o incentivo à produção familiar com a fixação do homem no campo, devido, entre outros motivos, às lentas e insuficientes iniciativas de fomento à reforma agrária, como ocorre nos municípios de Nazaré da Mata e Vicência, caracterizados por uma economia tradicionalmente voltada à agropecuária e à agroindústria.

A complexidade se estende inclusive à caracterização da população rural e da população agrícola, o que já denota as múltiplas interpretações confusas que advêm quando da associação do homem do campo às atividades agrícolas, resultando em grandes equívocos.

Estudo realizado por SILVA e GROSSI (2002, p.14) no ano de 1999, traz à tona algumas informações acerca do comportamento da sociedade brasileira com relação à quantidade de pessoas ocupadas segundo o ramo de atividade e a situação domiciliar: pouco mais de 3 (três) milhões de pessoas se ocupam da agricultura, porém residem em áreas urbanas de regiões não-metropolitanas; afirmam, ainda, que o inverso também ocorre, ou seja, a grande maioria das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro reside em áreas rurais propriamente ditas de regiões não-metropolitanas.

TEIXEIRA e MOURA (1997) mostram que, no Nordeste, de um modo geral, vários aspectos concorrem com a baixa taxa de crescimento populacional experimentada a partir da década de 1980, especialmente nas áreas rurais. A primeira diz respeito à rápida desaceleração da taxa de fecundidade ocorrida inicialmente nas regiões mais desenvolvidas e urbanizadas do país, nos anos 70,

tendo se refletido no Nordeste a partir da década de 80, também como consequência da recessão econômica em que se encontrava o país nesse período.

O Recife, já a partir da década de 70, começa a apresentar uma moderação no seu crescimento populacional, ou pela queda antecipada da sua taxa de fecundidade ou porque começou a deixar de exercer grande poder atrativo. Com isso, as cidades de pequeno porte, como Nazaré da Mata, tiveram uma participação maior no total de residentes dentro das suas fronteiras. Fator esse que não impediu a migração interna da zona rural para a urbana, no interior do município, como consequência também do fechamento de muitas usinas na região e da oferta de emprego e renda. Melhores condições de vida, ainda que precárias, presentes na sede do município, quando comparadas àquelas encontradas na zona rural, também concorreram para essa migração.

CARNEIRO (1998) chama a atenção para a necessidade de se compreender as relações sociais que se reestruturam no espaço rural e afirma que “esse processo, ao invés de diluir as diferenças, pode propiciar o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade” (p.58). Naturalmente, reconhece-se que as implicações decorrentes da introdução de aspectos econômicos, culturais e sociais provocarão uma reestruturação dos núcleos rurais, o que não implica na sua completa descaracterização, mas resultam da própria dinâmica cultural desses núcleos, que não estão isolados.

O enfoque dicotômico da relação entre campo e cidade pressupõe uma visão que contrasta o rural e o urbano como se fossem realidades completamente distintas, onde o rural seria aquele espaço notadamente agrícola e atrasado, e o urbano estaria associado ao moderno e ao industrializado, o que significa que sua distinção estaria comumente definida a partir das diferenças que os caracterizam. Para MARQUES (2002), “a perspectiva dicotômica permite a oscilação entre os dois pólos, ora idealizando o passado e valorizando o tradicional, ora baseando-se no (...) progresso e valorizando o moderno” (p.101).

Esse contraste se acentua no momento em que a paisagem rural se transforma em objeto de consumo e vê a necessidade de incorporar à sua imagem, aspectos, quer sejam elaborados, quer valorizados, de identidades rurais para atender às exigências do mercado, constantemente em busca do novo. Isso se faz na tentativa de atender à demanda das populações residentes em grandes centros

urbanos, na busca pela fuga das condições de vida degradantes e desgastantes nesses locais.

Cria-se então, premeditadamente, novos valores que serão a base de sustentação dessa busca, pois o ar puro, a oportunidade de estarem a sós consigo mesmos e a simplicidade da vida no campo tornam-se elementos valorizados pelos moradores das selvas de pedra. O campo passa a ser procurado enquanto local de residência ou espaço de lazer e descanso. Em verdade, trata-se do “consumo, pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural” (CARNEIRO, 1998, p. 59).

Enquanto personagens que compõem a paisagem rural, recai sobre os maracatuzeiros e artesãos da Microrregião a responsabilidade pela manutenção simbólica de uma imagem construída, mas que assume contornos que acompanham a tendência à diversificação das atividades no espaço rural. Eles passam a ser, eles próprios, juntamente com o seu modo de vida, atrativos que em última análise contribuem com o processo de ressignificação do meio rural.

É uma situação que se reflete no campo da cultura nos municípios da Zona da Mata Norte de Pernambuco desde a década de 1990, quando o movimento musical de resgate da cultura pernambucana ganha corpo na Região Metropolitana do Recife na forma do *manguebeat*, não apenas recebendo influências da cultura urbana da capital, mas também assimilando a sonoridade da Zona da Mata.

Tomando como exemplo o emblemático caso dos maracatus e a sua incorporação pela política local, Nazaré da Mata destacou-se em fins da década de 1990 sob a nomenclatura de “Terra do Maracatu”. Entretanto, a seriedade do trabalho realizado pelos produtores culturais provenientes do Recife e do Sudeste, merece maior destaque pela perenidade e consistência das ações, inclusive porque fixaram residência no município.

O trabalho realizado junto com os maracatuzeiros da região como um todo é um exemplo dessa seriedade e vai além do fortalecimento da cultura local, importando mais as conseqüências dele advindas, havendo transformado o que os próprios folgazões chamam de “brincadeira” em trabalho sério, capaz de render retorno financeiro e destaque aos principais personagens, entre eles o “dono” do

maracatu, os mestres de maracatu², o mestre caboclo³, o terno do maracatu⁴ e o arreiamá⁵

Contudo, não é apenas o aspecto financeiro que norteia o trabalho dos produtores culturais, mas a ele subjazem os problemas inerentes à territorialidade, na qual articulam-se as relações de poder em uma região caracterizada por ser *locus* de conflitos que requerem controle social. A gerência desses conflitos só é possível pela centralização das ações políticas, econômicas e sociais nas classes que se encontram no poder. Assim, a cultura acaba por ser prejudicada e subdividida em cultura de massa, erudita e popular, sendo que é nesta última categoria que se encontram o maracatu. De acordo com OLIVEIRA (apud FEITOSA, 2006):

O ideal é que daqui a algum tempo, o artista popular não precise mais da gente. A região é carente em capacitação profissional na área cultural e precisa alcançar a auto-sustentabilidade. Estamos fazendo eles entenderem que política cultural significa a representação dos interesses da cultura no poder.

Assim, a aproximação entre o urbano e o rural como definidores de uma nova identidade tem apresentado respostas singulares às práticas socioespaciais na região. Valores rurais estão presentes em comunidades que se introduziram nos núcleos urbanos dos seus municípios. A necessidade de fixar moradia no espaço urbano não impede a manutenção do vínculo com o rural no exercício da atividade profissional, como é o caso dos trabalhadores da cana-de-açúcar.

As sedes dos seus maracatus também foram transferidas para a zona urbana do município de Nazaré da Mata, deixando de ser uma festa realizada por e para estes trabalhadores, para ser incorporada ao calendário turístico da região passando por um processo de folclorização, sofrendo interferências dos órgãos municipais de

² Mestre do Maracatu – é aquele que improvisa versos e loas, valendo-se sempre de um bastão como símbolo de autoridade e seu apito indica o movimento e a entrada do terno. É acompanhado pelo contra-mestre que repete, com um coro, os últimos versos cantados pelo mestre.

³ Mestre caboclo – é o chefe dos guerreiros e dança no centro da fila de caboclos que vai na frente. Ao comando do mestre, dá-se a evolução dos caboclos.

⁴ Terno – São os tocadores do maracatu rural, que utilizam instrumentos como a porca (lata coberta com couro de boi com uma madeira ao centro), o surdo, o gonguê, o tarol e mais recentemente incorporados aos instrumentos de sopro que junto formam um som rápido, frenético.

⁵ Arreiamá– caboclo que não usa lança, mas um machado, tem em sua cabeça um grande cocar de penas. É a representação da ligação primitiva com a natureza.

governo como a Secretaria de Turismo que, juntamente com os produtores culturais, assumem a sua organização e, em última análise, direcionam as “brincadeiras” também para o turista, seguindo a tendência de incorporação da cultura ao mundo globalizado e ambientando-os e instrumentalizando-os à vivência nesse novo contexto.

Da mesma forma, traços urbanos penetram nos espaços rurais e neles imprime características intrínsecas ao seu cotidiano. Considerando a hierarquia de classes existentes no interior da atividade turística, aquela que se encontra no topo, no poder, e por isso, conduzindo o processo de implementação do turismo, é constituída pelos proprietários de engenhos cujos equipamentos estão sendo gradativamente incorporados ao uso turístico.

Embora residam no interior da unidade produtiva, são pessoas de hábitos urbanos, afeiçoadas à tranquilidade do espaço rural. Cursaram o nível superior fora das cidades onde possuem seus negócios e, por isso, incorporam práticas ao espaço rural no intuito de atender à demanda do público consumidor. Exemplo disso é a crescente padronização do atendimento aos visitantes, a rigidez dos horários de trabalho dos funcionários e a introdução de condicionador de ar, frigobar, toaletes individualizados, que são estruturas típicas da hotelaria urbana, internalizadas nas unidades habitacionais, sendo que alguns empreendimentos contam também com piscinas. Sobre as transformações operadas no espaço em decorrência do turismo, BARROS (2002) analisa:

o turismo se expande, usualmente, por áreas onde existiam assentamentos humanos. Isto quer dizer que quando a difusão turística começa a acontecer em uma região, inicia-se uma interação entre os componentes da função nova (o turismo) e os componentes da região receptora (p.12).

Em estudo sobre a emergência de uma nova ruralidade, WANDERLEY (2000, p. 120) afirma que “mesmo quando os agricultores são economicamente fragilizados (...), a atividade agrícola permanece, real e simbolicamente, um dos eixos definidores do espaço rural”.

Alguns estudiosos das realidades brasileira e européia que têm se preocupado com as relações sociais e de trabalho no campo apontam, por outro lado, para um *continuum* entre o universo rural e o urbano no sentido da tendência à

homogeneização liderada por este último. Essa tendência estaria relacionada aos seus hábitos e costumes aliados às medidas modernizadoras na agricultura.

Para LEFEBVRE (1973), a relação campo-cidade se transforma e isso constitui um aspecto importante da mutação geral. Em suas palavras

Nos países industriais, a antiga exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação de capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e exploração, convertendo-se a cidade em centro de decisão e, aparentemente, de associação (p.89).

O autor descreve, de forma irreversível e negativa, o impacto da cidade sobre o campo ao afirmar que a expansão da cidade “ataca, corrói e dissolve o campo” (*ibidem*). E nesse impacto dissolvem-se alguns elementos tradicionais da vida do campo, bem como se transformam pequenos centros em centros urbanos caracterizados pela dinâmica comercial e/ou industrial e pela capacidade de tomada de decisões mais abrangentes para o município, podendo-se estender essa influência para os municípios vizinhos de menor porte.

Essa concepção encontra algum respaldo na interpretação que MARQUES (2002) faz da existência do *continuum* quando diz que: “o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana” (p.100). Essa corrente argumenta que há uma tendência à integração entre o campo e a cidade devido à modernização que vem sendo alcançada pelo campo e que redundaria na dissolução de práticas tradicionais.

É uma concepção, embora orientada para a relação de extensão do processo de urbanização da cidade para o campo, que reconhece a existência de dois espaços notadamente opostos. A autora acredita não ser plausível a possibilidade de homogeneização das relações entre ambos admitindo, portanto, “diferenças de intensidade e não de contraste” (*ibidem*).

CARNEIRO (1998) faz uma ressalva que vem a contrariar a tendência ao *continuum* urbano-rural quando diz que:

...seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções, não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas

não atingem com a mesma intensidade e proporção as diferentes categorias de produtores (p.64).

Isso ocorre porque o processo de modernização da agricultura em geral de maneira homogênea combina-se com as tradições culturais heterogêneas dos locais onde se insere, o que resulta na singularidade das respostas ao processo.

Assim, chega-se a um momento em que cada vez mais a oposição entre rural e urbano começa a se decompor ao se reconhecerem enquanto realidades distintas, e abre espaço para a recomposição de uma realidade baseada na integração de ambos. Entretanto, esses fatos não significam que os conflitos e contradições existentes nesses espaços tenham sido eliminados.

Podem estar sendo atenuados na Zona da Mata a partir da turistificação em curso na região, como consequência da expansão de uma nova ruralidade. CARNEIRO (*idem*, p.72) prefere considerar a ruralidade como “uma representação social, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades não homogêneas e que não estão necessariamente remetidos à produção agrícola”. As transformações no campo têm apontado para a emergência de uma nova ruralidade e não para o fim do mundo rural.

Apóia-se no conceito de pluriatividade desenvolvida por Silva e Campanhola (2000) entre outros, e que considera não ser este um fenômeno recente, mas que adquiriu contornos relevantes na atualidade em função das demandas que vêm sendo geradas. Assim, ressalta que há uma grande quantidade de pessoas no campo exercendo atividades não-agrícolas, bem como uma relevante parcela de agricultores que também combina a agricultura com outras fontes de renda (SILVA apud CARNEIRO, 1998, p.56). De acordo com WANDERLEY (2000):

nas sociedades modernas, o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda ‘ressignificação’ de suas próprias funções sociais (p.96).

Dessa forma, as relações entre o campo e a cidade, longe de serem marcadas pela dicotomia ou pela mera extensão de aspectos, hábitos e costumes urbanos para o ambiente rural, assumem feições únicas de comportamento,

socialização e interação devido à consideração do ambiente histórico e à assimilação dos elementos sociais do espaço onde foi constituído. Mas, o turismo serve-se muito bem das duas primeiras correntes simultaneamente: emprega o enfoque dicotômico nas estratégias de *marketing* no intuito de despertar no turista o desejo da fuga do urbano em busca do relaxamento que só pode ser encontrado no espaço rural. Ao mesmo tempo, para proporcionar eficazmente o descanso almejado por esses turistas, incorpora usos e equipamentos típicos de estruturas urbanas. Assim, também no setor de serviços turísticos da Zona da Mata de Pernambuco, o capital ratifica o caráter contraditório e combinado da sua reprodução.

1.2. – Evolução Socioeconômica e Espacial da Zona Canavieira de Pernambuco

A história da formação do Brasil confunde-se com a história do açúcar, e maior importância adquiriu onde foi próspera a sua produção, ou seja, nas terras de massapê. Como disse Freyre (1989) a respeito deste tipo de solo:

o massapê puxa para dentro de si as pontas da cana, os pés dos homens, as patas dos bois, as rodas vagarosas dos carros (...) A qualidade do solo, completada pela da atmosfera, condicionou como talvez nenhum outro elemento, essa especialização regional da colonização da América pelos portugueses que foi a colonização baseada na cana-de-açúcar (p.42-43).

Pensar a evolução da zona canavieira de Pernambuco até os dias atuais é resgatar as relações estabelecidas ao longo de séculos entre os elementos formadores da sociedade açucareira e a natureza com a qual continua a interagir, bem como significa analisar as razões que permitiram, ou melhor, que impulsionaram a conformação de um espaço geográfico tão desigual e, sobretudo de negligência para o conjunto da população que nele sobrevive.

SANTOS (1997) admite que o meio geográfico pode ser subdividido em três fases: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Ao longo da sua formação, a Zona da Mata foi, gradativamente, incorporando personagens, técnicas e informações cujas contribuições foram moldando a região enfocada, sempre atrelada ao comportamento dos mercados internacionais e regionais, tendo este último sido fortalecido nos últimos dez anos aproximadamente com a introdução do turismo na região.

Em relação à integração do Brasil aos mercados internacionais à época da sua ocupação, DABAT (2003, p.16) diz: “A crescente demanda por açúcar nos mercados mundiais provocou ao longo dos séculos, o avanço ‘civilizador’ dos canaviais da Zona da Mata cujos traços exibiram fortes permanências”.

As permanências a que se refere à autora são aquelas relacionadas ao monopólio da terra, nas mãos de poucas e grandes famílias; a insuficiente e vagarosa reforma agrária; a longevidade e estabilidade da cana-de-açúcar; a

disponibilidade do aparelhamento estatal e os poucos ganhos advindos das manifestações das classes subalternas, insuficientes para desequilibrarem a perenidade das classes dominantes. Esses são fatores que realçam uma trajetória de permanência em detrimento da urgência das mudanças que não têm sido efetivamente combatidas nas suas ramificações mais profundas.

A ocupação portuguesa das terras de Pernambuco deu início à intensificação das relações com os da terra e com a natureza na qual estes estavam estabelecidos. Nesse período, os índios já haviam criado algumas técnicas como a domesticação de plantas a exemplo da mandioca, e animais, como alguns pássaros. Conheciam as leis da natureza e as utilizavam harmoniosamente tendo como objetivo maior, a sobrevivência da coletividade. Atribuindo-se uma periodização, pode-se resumir esse momento às primeiras décadas do século XVI.

O estágio em que se encontravam, enquadra-se perfeitamente naquele que SANTOS (1997) denomina de meio natural. Segundo o autor, essa fase é caracterizada pelo uso que o homem faz da natureza, sem com isso provocar grandes transformações. Não se trata de um período de ausência de técnicas, mas no qual “as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação” (p.188).

Segue-se a esse período aquele conhecido como meio técnico caracterizado pela artificialização dos espaços em consequência do processo de mecanização que se inicia. O domínio da natureza pelo homem europeu é visto como uma vitória em relação aos tempos atrasados, na qual estava imerso o continente americano até aquele momento. SANTOS (ibidem) concebe esta nova etapa como aquela onde foi possível “enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses” (p.189).

A ocupação temporária promovida pelos traficantes de pau-brasil e animais e pelos portugueses em suas feitorias, passa a ser do tipo permanente. Na qualidade de colônia de posse portuguesa, esse tipo de ocupação se deu a partir do planejamento do território brasileiro, adotando-se a sua divisão em Capitânias Hereditárias, como mostra a figura 1. Não era um investimento, antes uma perspicaz solução adotada por um Portugal com escassez de recursos financeiros e de insuficientes contingentes populacionais, dizimados por sucessivas pestes.

As cidades atualmente pertencentes à Zona da Mata Norte de Pernambuco, no período das capitanias hereditárias, estavam integradas à Capitania de Itamaracá, que por sua vez foi anexada à Pernambuco apenas em 1760, segundo ANDRADE (1958 p.47). Diferentemente de Pernambuco que prosperou após a introdução da agroindústria do açúcar, Itamaracá organizou a sua economia inicialmente em bases policultoras, “passando a ocupação do solo a ser feita por criadores de gado, plantadores de cana, de algodão e de mantimentos” (ibidem, p.46) para em seguida ampliar os espaços destinados à cultura canavieira.

Figura 1 – Mapa das Capitanias Hereditárias



Fonte: <http://www.brazadv.com/images/capitanias.jpg>

O sistema engenho simultaneamente representava: a exclusão das demais culturas de subsistência diante da monocultura da lavoura canavieira; o monopólio da terra pela existência do latifúndio, e a imposição do regime de escravidão via coerção direta ou indireta. A conjugação desses fatores resultou na constituição do

sistema de plantação ou *plantation*⁶, sob a qual estruturou-se a sociedade canavieira patriarcal e que guarda muitas semelhanças com os proprietários de terras da região, como bem expressa MELO (1975):

A figura do senhor de engenho à frente dos seus domínios territoriais desempenhando cumulativamente as funções de empresário e de detentor ou dono dos fatores de produção, bem como funções de poder público expressas no amplo exercício da autoridade e na prestação de serviços às comunidades sob seu domínio. Com um autoritarismo autocrático, e não raro despótico, combinava-se um assistencialismo paternalista (...). A miscigenação étnica, as práticas religiosas como as das novenas rezadas nas capelas existentes perto das casas-grandes e das senzalas, o compadrio entre o senhor e seus subordinados, a convivência entre meninos brancos e moleques, representavam formas de relações existentes na sociedade dos engenhos (p.33).

Mintz e Wolf (1957) apud Dabat (2003) já discutiam a organização social na agricultura na América Central e nas Antilhas quando conceberam dois importantes termos para a análise da propriedade agrícola: fazenda e plantação.

Ambos os termos exigiam para o seu desenvolvimento algumas condições gerais, que os autores denominaram como: tecnologia adequada para produção de excedente; estratificação de classe enquanto aspecto necessário para permitir o acesso diferenciado aos fatores de produção e distribuição; produção para um mercado, ou seja, ambas são concebidas na sua essência com o propósito de atender a um mercado externo; acumulação de capital, tanto para a realização de novos investimentos quanto para a ampliação dos mercados; sistema político-legal, enquanto mecanismo que garanta o acesso aos principais fatores de produção terra e mão-de-obra, que forneça a base legal e política para estes sistemas sociais, e finalmente, que assegurem aos proprietários a apropriação dos excedentes dos produtores.

Para eles:

Dadas estas condições na sociedade como um todo, elas devem ser mobilizadas de modos específicos para produzir ou fazendas ou plantações. Lém do mais, estas condições iniciais devem ser combinadas em complexos que funcionem para promover a manutenção e o crescimento dos empreendimentos assim estabelecidos (Mintz & Wolf, 2003, p.157).

⁶ Conceito elaborado pelo Sidney W. Mintz (2003)

No caso de Pernambuco, vivenciou-se no período da modernização da agricultura a introdução das usinas de açúcar em fins do século XIX e que implicou na reestruturação espacial da região tendo como consequência à ampliação da fronteira latifundiária, e que anteriormente encontrava-se mais fragmentada como consequência da sucessão hereditária. A instituição de uma política ainda mais concentradora de terras ante a necessidade de ampliar a produção de cana favoreceu, da forma como foi conduzida pelo estado de Pernambuco, o controle da produção agrícola da cana-de-açúcar pela empresa fabril.

Nesse sentido, SANTOS (1997) diz que “as motivações de uso dos sistemas técnicos são crescentemente estranhas às lógicas locais e, mesmo nacionais” (p.189). As relações estabelecidas entre as usinas e o espaço na qual estavam localizadas extravasam a divisão político-administrativa municipal e até estadual.

Diferentemente do que ocorria com os antigos engenhos, as relações externas das usinas são mantidas basicamente com os centros urbanos das capitais dos Estados onde se localizam seus escritórios. Ao município onde se encontra a sede da fábrica, recolhem-se poucos bônus em função do pouco envolvimento das usinas com os municípios, e muitos ônus, especialmente, no período de entressafra da produção, onde centenas de trabalhadores ficam desempregados.

Para FREYRE (1989) “a industrialização e principalmente a comercialização da propriedade rural vem criando usinas possuídas de longe, algumas delas por Fulano & Companhia, firmas as quais os cabras trabalham sem saber direito para quem” (p.162).

O Proálcool, iniciado a partir de 1975, por iniciativa do governo federal estimulou plantadores e usineiros a produzir o álcool combustível, derivado da cana-de-açúcar, como resultado das preocupações em torno do esgotamento de recursos não-renováveis, especialmente o petróleo, e da crise mundial pela qual passou o seu fornecimento em 1974. Recursos públicos foram injetados no setor justificados pela garantia da soberania brasileira na produção energética do país.

Surge, então, uma prática danosa à saúde financeira do Estado de Pernambuco, que são as políticas de subvenção e auxílios do governo estadual e que persiste nos dias atuais, descrita por MELO (1975): “Em vez de oferecer-se uma segurança de remuneração aos donos de capitais que se aplicassem em modernas

fábricas de açúcar, ofereciam-se auxílio e amparo creditícios aos proprietários de terras que se lançassem a esses empreendimentos” (p.43).

Consolida-se a aliança entre os oligopólios e o Estado brasileiro na dinâmica da integração produtiva que seguia com a instalação de filiais dos grandes oligopólios industriais patrocinado pelo Estado (Araújo, 2000, p.163). Mas, a modernização esbarrou em velhos obstáculos para competir no mercado internacional e nacional, com desvantagem para o Nordeste, agravada, especialmente, na década de 1990: escassez de capitais e tecnologia defasada.

Em período de economia aberta e diminuição da capacidade do Estado em interferir na dinâmica de mercado, cada vez mais as forças que atuam no sentido de concentração de investimentos buscam as áreas mais dinâmicas e competitivas determinando espaços onde possam realizar a acumulação do capital. Pernambuco e a região Nordeste, como um todo, têm sido ultrapassadas nesse quesito.

Quadro 1 - Zona da Mata do Nordeste: Setor Sucroalcooleiro – 1994-95

Estado	Número de Municípios	NÚMERO DE UNIDADES			Paralisada	Moagem (milhões de t de cana-de-açúcar)	Sacos (milhões)	Álcool (Mil m ³)	Empregos (Mil)
		Total	Situação Normal	Em Dificuldades					
BA	1	2	1	1	0	S.I.	1,438	S.I.	5,996
PE	30	41	23	10	8	16,6	28,8	395,5	160
RN	4	5	2	2	1	2,4	2,7	117	13
SE	3	3	1	1	1	0,92	0,92	36	8
PB	8	16	6	3	7	3,4	1,2	261	20,411
AL	26	35	24	6	5	20,2	31,2	629	102
TOTAL	72	102	57	23	22	43,52	66,258	1.438,50	309,407

Fonte: Sudene (1996)

S.I. = sem informação

Várias usinas reduziram a produção, outras chegaram inclusive a paralisar suas atividades como mostra o quadro 1 acima, resultando em repercussões

devastadoras para o quadro socioeconômico da região, devido a “fases de queda dos preços, fenômenos climáticos, fim do Proálcool, dificuldades para modernizar e profissionalizar a administração das empresas, desregulamentação do setor e fim do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA (SIQUEIRA, 2001, p. 150)”.

No caso de Pernambuco, entre 1994 e 1995 quase metade das usinas estava em dificuldades, ou com as atividades paralisadas, o que significa a não geração de empregos para quase o dobro dos 160 mil trabalhadores da cana no estado naquele período, a redução na arrecadação de impostos e, por isso, o agravamento das condições de vida da população da região.

Mesmo assim, a cana-de-açúcar continua a desempenhar um papel relevante na absorção da mão-de-obra local. Quando comparada com as regiões Sudeste e Centro-Oeste do país nas quais o dinamismo, a busca constante da redução dos custos e aproveitamento econômico dos subprodutos derivados da cana, percebe-se que o seu nível de competitividade cai acentuadamente. De acordo com RIBEIRO (2004):

enquanto a média nacional de usinas e destilarias que deixaram de funcionar entre 1991-1992 e 1999-2000, foi de cerca de 17% a do Nordeste brasileiro, em torno de 31%, o Estado de Pernambuco teve 33,3% das suas unidades produtivas desativadas (p.67).

Programas outros como o Programa de Revitalização da Atividade Canavieira na Zona da Mata Norte (Prorenor) do Governo de Pernambuco, têm recuperado canaviais atingidos pela seca dos anos de 1997 e 1999 e se empenhado em recuperar a produção canavieira após a queda nas safras de 2004/2005 e 2005/2006 em decorrência do mesmo fator. De acordo com o Governo do Estado de Pernambuco (2006), serão injetados R\$ 5 milhões na Zona da Mata Norte, tendo como principal objetivo “oferecer cooperação técnica e institucional, buscando, assim, assegurar o bem estar e a normalidade social, além de fomentar a geração de emprego e de renda e incentivar a atividade econômica sustentável”.

Essa já é uma fase em que migrou-se para o *meio técnico-científico-informacional* e na qual a cooperação técnica, a busca por novas variedades de cana, a intensificação do uso de fertilizantes e agrotóxicos e a ampliação da

quantidade de barragens, são fatores que caracterizam este período no espaço canavieiro, dessa vez concebendo o rural como local, onde o processo de artificialização também se faz presente.

A informação passa a ser mais enfatizada enquanto diferencial nesse período, que é marcado pela intencionalidade da produção e da localização. SANTOS (1997) concebe essa nova fase como aquela na qual “a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a construir o seu substrato” (p.190).

É um momento no qual assiste-se à emergência do setor terciário em relação ao primário ou secundário, em um processo de retração lento ou avassalador, mas constante, percebido por SANTOS (ibidem, p. 292) nas seguintes palavras: “restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção, enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo”.

O turismo envolve todas as demais instâncias, pois ao se instalar a infraestrutura turística assentam-se as bases para a produção do serviço turístico. Este passa a ser distribuído ou oferecido àqueles que se deslocam à região favorecendo, a partir da sua circulação, o consumo do espaço turístico, objetivo final dos viajantes e turistas.

A Zona da Mata começou a vivenciar esta fase da reorganização espacial, em benefício do turismo, de maneira espontânea, desprovida do planejamento necessário, por se tratar de uma atividade englobante e sistêmica. Havendo sido percebida como alternativa econômica, foi sob esse parâmetro que foi incorporada, posteriormente, ao leque de interesses dos investimentos públicos - estadual e municipais - e privados, donos de engenhos, alguns bares e restaurantes.

Assim, a trajetória que atribui à Zona da Mata Norte de Pernambuco o título de uma das regiões mais desiguais do estado ao longo da sua formação socioeconômica, apresenta na sua paisagem, de modo incontestável, o espaço constantemente moldado pela injustiça nas relações sociais ao longo do tempo. Situação esta que permanece, reproduzindo-se desta vez pelo turismo, pois trata-se de uma atividade que se constrói tendo suas bases assentadas na rigidez das formas e das relações sociais.

1.3 – O Lugar dos Trabalhadores Rurais na Sociedade Canavieira Contemporânea

A necessidade de se focar os trabalhadores rurais em um momento específico deste estudo, deve-se a dois motivos principais: à importância dessa categoria na formação da sociedade canavieira, uma vez que se trata de uma economia de base agrária; e por ser a cultura dessa categoria percebida como atrativo que tem despertado o interesse turístico.

Apesar de parte dos entrevistados, especificamente os artesãos e maracatuzeiros dos municípios, não estarem declaradamente na condição de trabalhadores agrícolas, a própria constituição do território aponta, ao menos numa relação de parentesco, algum familiar que exerça a função nessa atividade. Esse fator, aliado aos aspectos socioambientais singulares da região e suas contribuições para a formação da cidadania local, influenciam decisivamente no tipo de postura adotada e cultura produzida pelo conjunto daqueles entrevistados.

Para além das abordagens acerca da formação socioeconômica e espacial detalhadas no subitem anterior, importa compreender as transformações sociais operadas no âmago da sociedade canavieira em decorrência da pouca mobilidade social ainda presente na região, e que atua como herança de um rígido regime de estratificação social, sendo este detalhado por ANDRADE (1986):

No ápice aparecia a figura do senhor-de-engenho com um prestígio e poder tanto maiores quanto maior fosse a extensão das suas terras, a produção dos seus canaviais ou o número de escravos que possuísse (...) Em segundo lugar estavam os lavradores que, por não poderem instalar engenhos, embora dispusessem de terras, ou por não terem terras, moíam ou cultivavam a cana no engenho do senhor (...) e tinha melhor situação que o morador, roceiro que cultivava produtos de subsistência, e os empregados, uma vez que estes, recebendo salários, estavam mais vinculados ainda ao senhor de engenho. Depois destes estavam os escravos, que eram considerados como coisa e tinham um tratamento semelhante ao dispensado aos bois e cavalos (p.72-75).

Na base dessa sociedade, encontravam-se moradores, empregados e escravos, predecessores do conjunto dos atuais habitantes da Zona da Mata Pernambucana. Inicialmente a forma de exploração da força de trabalho esteve

assentada sob o trabalho escravo, que atravessou todo o período colonial, tendo alcançado o Império sempre contando com a participação da Igreja Católica e seus mecanismos de controle das massas, para legitimar a estrutura das plantações e dos seus detentores na sua ascensão e manutenção na cúpula do poder nacional.

Não menos importante foi a constância com a qual a classe dos moradores persistiu por séculos a fio, havendo sido originada no período colonial prolongando-se até a década de 1960. Era uma classe procedente das terras litorâneas, camponeses expulsos, mas que aceitaram ter a sua liberdade limitada e se converteram em trabalhadores-moradores nas plantações, em troca da oportunidade de continuar cultivando nesta região e nas suas proximidades, mesmo tendo sua autonomia restringida.

O fim do regime de escravidão e sua relação com a condição da ‘morada’ já existente encontram uma explicação bastante coerente nas palavras de PALACIOS (1987), ao investigar o movimento ocorrido no Nordeste brasileiro contra o Registro de Nascimentos e Óbitos e a Lei do Censo de 1851:

No Nordeste, não foi o ‘trabalho livre’ que representou uma ‘solução’ para os problemas gerados pela extinção acelerada do escravismo a partir de 1850, mas sim o contrário, isto é, a extinção do escravismo, em aceleração crescente a partir - coincidentemente - dos anos da revolta contra o registro e dos outros focos de agitação dos cultivadores e pobres livres em geral, foi a única solução possível para resolver os problemas gerados pela presença de centenas de pobres livres carentes de mecanismos formais de controle (p. 351).

Eram produtores pobres livres⁷ em uma economia eminentemente agrária, que resultou no surgimento de trabalhadores rurais caracterizados pelo seu isolamento, pobreza e agricultura de subsistência (PALACIOS, 1987). Viviam em locais freqüentemente impróprios para o cultivo, quer pela dificuldade de acesso, quer pela limitação técnica e, ainda, pelas adversidades naturais, notadamente na Mata Norte, também conhecida por Mata Seca.

O Estado também atuou contra os trabalhadores livres, em conjunto com a Igreja, utilizando-se da repressão violenta, a quaisquer tentativas de diversificação

⁷ Considera-se a qualidade de ‘livre’, no sentido utilizado por Dabat (2003) em oposição àquela do não-proletário ou semi-proletário.

produtiva que houvesse sido iniciativa por essa classe⁸. Isto significou também a legitimação dos instrumentos utilizados no cerceamento da liberdade desses pequenos produtores, não raro através de fartas doses de autoritarismo, como no período do coronelismo, cuja essência ainda se faz presente na zona canavieira, reforçando o continuísmo da submissão desses trabalhadores ao Estado e à monocultura canavieira.

Algumas mudanças significativas provocaram alterações nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores livres após a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), assegurando-lhes direitos trabalhistas previamente garantidos nos espaços urbanos. A criação de órgãos de classe em âmbito estadual e federal, e a ampliação das Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho (DABAT, 2003) foram conquistas que, simultaneamente, promoveram a saída forçada dos trabalhadores das plantações, provocando a sua migração para as áreas periféricas dos municípios ou agrovilas, pois, em áreas de monocultura e latifúndio não restaram alternativas, como mostra a figura 1. Na análise de DABAT:

Essa mudança não só deslocou seu domicílio, como marcaria o fim da relação empregatícia considerada tradicional: a 'morada'. Pois, como o termo indica, ela supunha que o trabalhador rural morasse na plantação e dispusesse, além da casa, de um lote de terra cedido pelo empregador para culturas alimentícias (idem, p.21).

Dessa forma, a questão que se mostra crucial não só no meio rural brasileiro, mas em especial na Zona da Mata Pernambucana, refere-se às condições, ainda precárias, de acesso, do pequeno produtor e mesmo do assalariado, à terra. Por isso, a sua trajetória é marcada pelas constantes lutas com vistas à ocupação de um espaço próprio na economia e na sociedade, como foi o caso pioneiro das Ligas Camponesas, na década de 1950.

⁸ sobre este assunto ver PALACIOS, G. Campesinato e escravidão no Brasil: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres do Nordeste Oriental do Brasil: 1700-1875. 1987

Figura 2 – Agrovila na entrada do núcleo urbano do município de Vicência



Autora: Daniella Pereira, 2006

A transformação capitalista da plantação e o gradual desaparecimento de seu típico morador têm sido seguida pelo aparecimento simultâneo de um proletariado rural e de um campesinato (VELHO apud WANDERLEY, 1985). Essa situação caracteriza-se por uma agudização na decadência da condição humana no Nordeste açucareiro, tanto nas condições de vida do trabalhador rural quanto nas do operário, pois continua indo de encontro ao interesse da maioria desses trabalhadores, comprometendo as suas condições de saúde e de vida em favor da produção do açúcar. Aspectos tão negativos acabam por preponderarem na balança de avaliação do histórico da produção açucareira, que leva FREYRE (1989) a enumerar:

A diminuição da saúde do homem; a diminuição das fontes naturais da vida regional; a diminuição da dignidade e da beleza da paisagem; a diminuição da inteligência, da sensibilidade, ou da emoção da gente do Nordeste, que hoje quando se manifesta é quase sempre em atitudes de crispação, de ressentimento e de revolta (p.163).

Em se tratando da classificação dos trabalhadores rurais, CABRAL (apud DABAT, 2003) ainda distingue os trabalhadores rurais em três categorias, sendo que estas estão mais próximas da realidade percebida no espaço estudado:

...o assalariado puro, o semi-proletário e o pequeno produtor independente. O primeiro representa o trabalhador totalmente desprovido da propriedade ou posse dos meios de produção, não sendo, portanto, capaz de reproduzir parte da sua força de trabalho através de produção de subsistência. O segundo é capaz ainda de fazê-lo, embora já necessite, em diversos graus possíveis, do trabalho assalariado. E finalmente, o pequeno produtor independente, aquele que tendo a propriedade ou a posse da terra, produz cana basicamente com trabalho familiar (p. 320).

As entrevistas realizadas junto aos maracatuzeiros e artesãos apresentaram integrantes pertencentes às três classes acima relacionadas, mas cujas dificuldades desconhecem qualquer tipo de hierarquização, em termos financeiros, e têm como traço comum, a sua condição de precariedade.

A perda de produtividade do setor sucroalcooleiro após o fim do regime militar em 1985, com a redução dos subsídios e créditos do setor que ora estimulava a produção canavieira, resultou, ao longo da década de 1990, no fechamento de, aproximadamente, 20 usinas apenas em Pernambuco em decorrência das dívidas contraídas junto às instituições financeiras e aquelas resultantes de processos trabalhistas (BARROS, 2005).

Os impactos resultantes dos fechamentos das usinas Barra, em Vicência; Matari, na divisa dos municípios de Nazaré da Mata e Itaquitinga; e da Usina Aliança no município de mesmo nome foram, particularmente, devastadores para as economias dos municípios de Vicência e Nazaré da Mata. O encerramento das atividades das usinas resultou no fechamento de aproximadamente 150 mil postos de trabalho em toda a Zona da Mata, segundo cálculos de RIBEIRO (2005) apud BARROS (2005). Muitos ingressaram nos movimentos sociais como o MST, fazendo explodir a tensão social em torno da reestruturação fundiária e absorvendo, aproximadamente, 12 mil famílias de Pernambuco.

Mesmo aqueles que continuam a trabalhar com o corte da cana ou em outras culturas, tendo seu pedaço de terra, ou arrendando, ou até mesmo sendo assentado, é inegável a sua condição humana e por isso produtora de cultura. Cultura esta que brotou no cerne de uma sociedade de classes nitidamente definida e a partir de um contexto opressivo e de extrema miséria que não pode nem deve ser desconsiderado pelo turismo.

A atividade turística, que em grande medida tem sido percebida sob o enfoque econômico, como denota o próprio termo atividade, tem se apropriado da cultura local e extraído dela elementos singulares, formatados para o consumo dos viajantes. Utiliza-se, por exemplo, do símbolo mais representativo da cultura canavieira atualmente, que é o maracatu rural tido como ‘brincadeira’ séria pelos entrevistados.

Dentro do contexto de extrema violência e contenção de conflitos no qual foi gerado, acabou por reproduzir ao longo de décadas o sentimento de revolta. Sentimento este que pôde ser dado vazão utilizando-se do maracatu como meio, de acordo com o seguinte depoimento:

Como eu sou maracatu e sou do tempo da ignorância, encontro de maracatu era negócio de matar gente, era de dar lapada, levar. Naquele tempo ninguém cruzava bandeira, quando cruzava era cacete. Maracatu nunca teve amor não. Tem amor agora, agora vai, disputa de fantasia, mas de briga mais não (maracatuzeiro).

As mudanças introduzidas pela Associação dos Maracatuzeiros foram de grande importância para o turismo pelas medidas disciplinadoras adotadas. Congregando 99 maracatus da Zona da Mata Norte de Pernambuco, determinou a proibição das brigas entre integrantes de maracatus diferentes, sob pena do folgado ser expulso da associação, ou até mesmo punições relativas ao impedimento na realização das apresentações e, com isso, dificultaria sobremaneira a manutenção da ‘brincadeira’.

O maracatu rural está em situação de maior dependência nos dias atuais que no passado, em função do aprofundamento da pobreza na Zona da Mata que impede seus protagonistas de manterem a ‘brincadeira’ como antes faziam, quando viviam dentro dos engenhos, locais aonde se originou a manifestação.

A perspectiva festiva a ele atribuída como atrativo turístico, nada mais é que a estereotipação de uma manifestação revestida de antagonismos sociais, mas que têm sido atenuados pela ‘leveza’ e ‘satisfação’ trazidas pelo turismo no ato do consumo.

Seus integrantes sentem-se satisfeitos ao se apresentarem, esquecem-se momentaneamente da pobreza na qual estão imersos, mas reconhecem a cada ano

que passa, a importância de uma nova fantasia, envoltos que estão na esfera da competitividade que é acirrada no período carnavalesco, ao se premiar, tendo a beleza como um dos quesitos de avaliação, o maracatu rural vencedor.

Assim, também através da cultura se dá a penetração das relações capitalistas no cotidiano dos trabalhadores da região canavieira, por meio do estímulo ao consumo de artigos para a confecção das novas fantasias, recursos que por amor à 'brincadeira', em alguns casos, fazem falta para a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência de alguns trabalhadores, especialmente aqueles que presidem os folguedos.

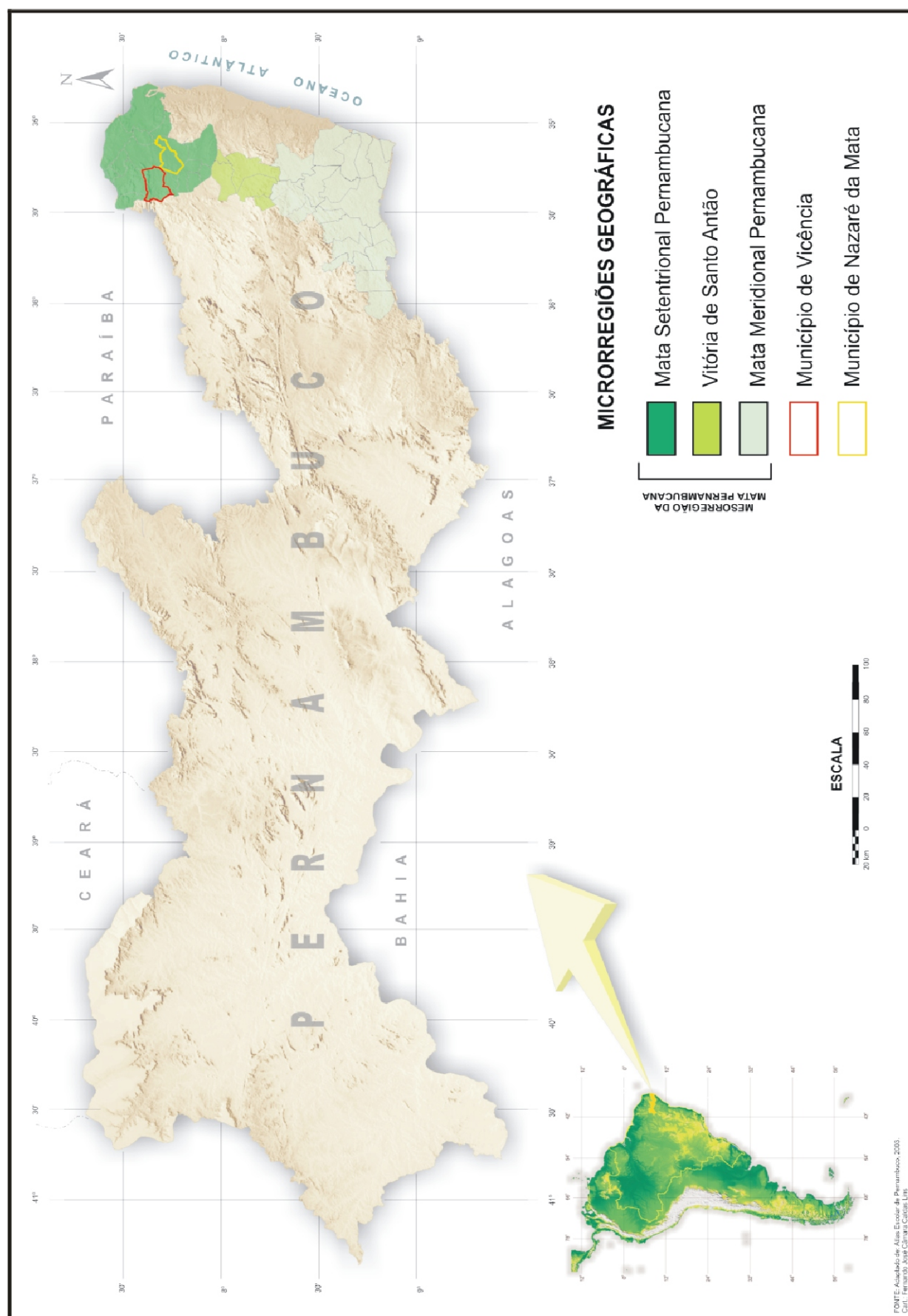
1.4 – Caracterização dos Municípios

Para efeito de melhor compreensão da divisão regional do Estado de Pernambuco, parte-se da consideração feita por ANDRADE (1959) na qual ele reconhece a existência de quatro regiões: Litoral, Mata, Agreste e Sertão. A região da Mata, por sua vez, pode ser subdividida em outras duas regiões, Mata Úmida e Mata Seca, sendo esta última a área objeto deste estudo.

A percepção que se tem especificamente da Mesorregião da Mata de Pernambuco, vista de forma generalizada, é a de certa uniformidade em virtude dos seus recursos naturais que, aliados ao seu perfil produtivo, definiram a maneira como se deu a ocupação humana nesta região.

Contudo, numa observação mais aproximada e atenta, é possível divisar três Microrregiões, a da Mata Setentrional também conhecida como Mata Seca ou Mata Norte, a de Vitória de Santo Antão e a Microrregião da Mata Meridional ou Mata Úmida ou ainda Mata Sul conforme mostra a figura 3, enquanto produto das diferenciações internas à Mesorregião, ao mesmo tempo em que se constituem na sua unidade geográfica.

Figura 3 Mapa das Microrregiões Geográficas



1.4.1 – Nazaré da Mata

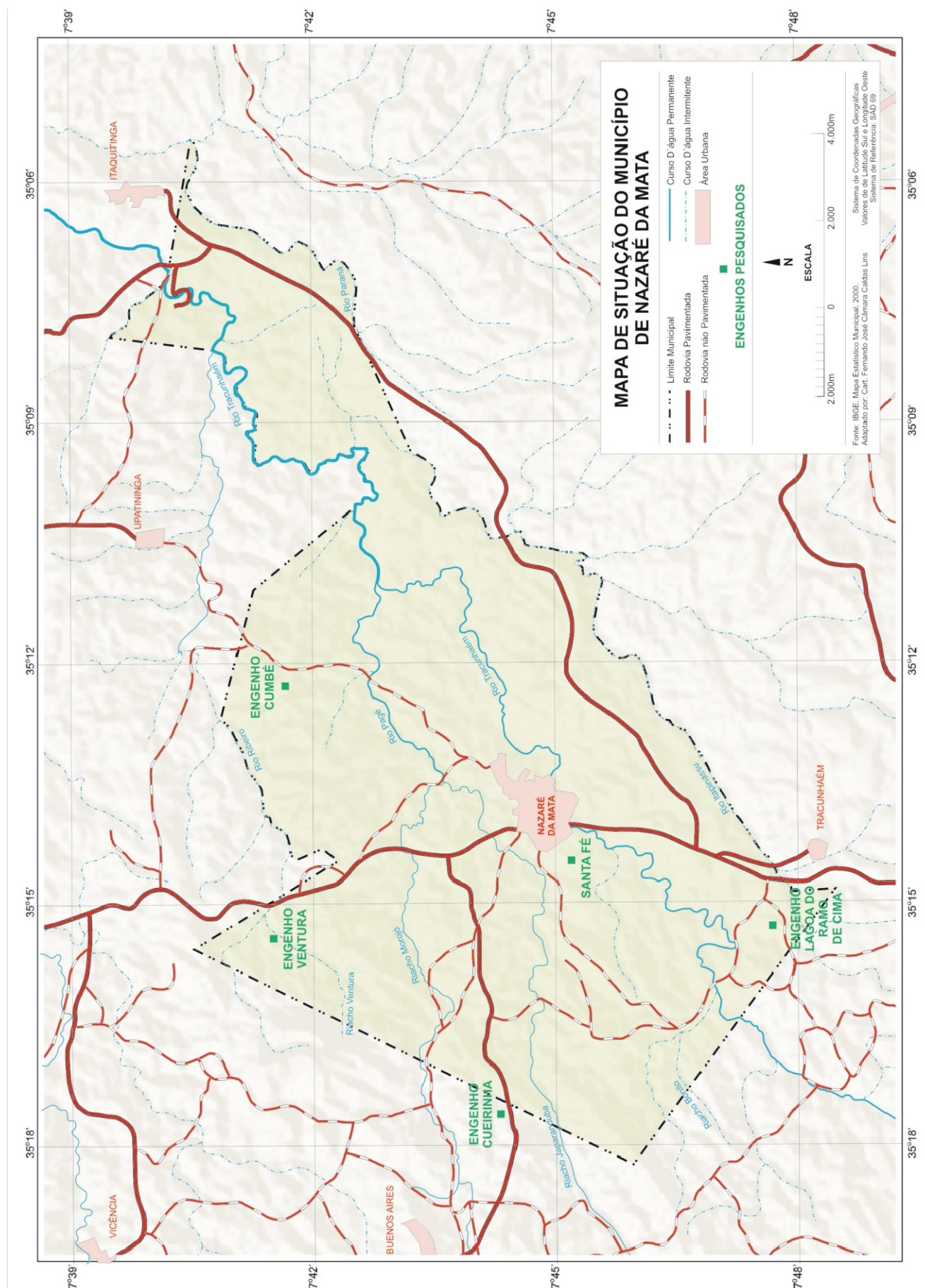
Originalmente, o município de Nazaré da Mata chamava-se Lagoa D'Antas devido à existência de engenho do mesmo nome, tendo se constituído no primeiro núcleo da cidade. Em princípios do século XIX, mais precisamente em 1808, era uma simples povoação onde o erguimento de uma capela, consagrada à Imaculada Conceição de Nazaré, juntamente com as feiras de Lagoa D'Antas, atraíam populações vizinhas.

Esses eventos resultaram na ampliação do seu comércio e no aumento do número de residências populares, expandindo-se, assim, a povoação que se desmembrou do município de Igarassu. Em 1833, tornou-se vila e, em 1850, foi elevada à condição de cidade. Teve ao seu nome acrescido o “da Mata” devido à sua localização ocupada pela vegetação da Mata Atlântica.

Está localizada na Mesorregião da Mata Pernambucana e na microrregião da Mata Setentrional Pernambucana. Nazaré da Mata ocupa hoje, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), uma área de 141,3 km² e faz limite ao norte com Aliança, Condado e Itaquitinga, ao sul com Tracunhaém, a leste também com Tracunhaém e a oeste com Buenos Aires e Carpina. O principal acesso ao município, distante 65 km da capital Recife, é pela BR-408 conforme mostra a Figura 4.

De acordo com o Promata (2005), a formação geológica de Nazaré da Mata caracteriza-se basicamente pela presença de rochas arqueanas do Complexo Gnáissico-Migmático encravadas na porção central do município, onde se encontra a sua sede. Em seguida, por ordem de importância, percebe-se o surgimento de rochas terciárias do Grupo Barreiras, onde estão assentados tabuleiros de aproximadamente 100m de altitude, localizadas, predominantemente, nas porções Norte, Sul e Sudeste do município. Formações do tipo Rochas Pré-orogênicas, do Proterozóico Inferior, e Rochas Filonianas, do Proterozóico Superior, encontram-se restritas a pontos localizados no extremo Oeste e Nordeste do município, respectivamente.

Figura 4 Mapa de Situação do Município de Nazaré da Mata



Fonte: IBGE

Adaptado por: Fernando Caldas Lins, 2006

Nazaré da Mata, uma vez situada na base das serras da Conceição e dos Dois Jiraus, recebe “maior quantidade de chuvas que o município de Aliança por estar na proximidade da encosta, que provoca ascensão das massas de ar, o seu conseqüente resfriamento adiabático, dando as chamadas chuvas de relevo” (ANDRADE, 1958, p.24).

As taxas pluviométricas em Nazaré da Mata são relativamente baixas, em torno de 1.252mm, havendo meses em que não há registro de chuvas. A sua irregularidade e as elevadas temperaturas verificadas, em média 25°C, oscilam a temperatura entre a máxima 30,5°C e a mínima 20,7°C, segundo informações do Laboratório de Meteorologia de Pernambuco do instituto de Tecnologia de Pernambuco (LAMEPE/ITEP), e contribuem para que os rios da região não sejam permanentes em sua maioria, ao contrário do que ocorre na Mata Sul.

A Mata Norte, também conhecida como Mata Seca, inicia-se, segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe) “a partir da bacia do Capibaribe e, daí para o Norte, vai até os limites com a Paraíba” (2000, p.42) compreendendo também a bacia hidrográfica do rio Goiana, onde se situa Nazaré da Mata. São rios importantes para a composição da rede hidrográfica da Mata Norte: os rios Cruanji, Morojó, Capibaribe, Capibaribe-Mirim, Siriji e Tracunhaém, como pode ser observado ainda na Figura 4.

Geomorfologicamente, no entanto, situa-se na região denominada Depressão Pré-litorânea cujas superfícies são caracterizadas por relevos tabulares ou vales, ou seja, são áreas de chãs, suavemente onduladas a onduladas. Pedologicamente, esses terrenos estão inseridos na classe de solos Podzólicos e Latossolos cuja coloração varia da cor amarelada ao vermelho-escuro.

De acordo com o IBGE (2000), Nazaré da Mata possuía nesse ano uma população de 29.254 habitantes, dos quais 24.704, aproximadamente 84,44%, estavam presentes na zona urbana, e 4.550, cerca de 15,56%, na zona rural, com projeções, segundo MOREIRA (2002), de elevar a população para 31.089 habitantes em 2005, o que significa uma taxa média de crescimento populacional de 0,62%, conforme apresentado na Tabela 3. Nela, entre 2000 e 2005 observa-se um discreto crescimento da população do município, especialmente, da população urbana, contra um decréscimo da população rural

Tabela 3 – População de Nazaré da Mata por Situação de Domicílio em 2000 e Projetada para 2001-2005 em Pernambuco

Municípios	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nazaré da Mata	29254	29612	29975	30342	30713	31089
Urbana	24704	25213	25723	26235	26749	27265
Rural	4550	4400	4252	4106	3964	3825

Fonte: Fundação Joaquim Nabuco, 2002

De acordo com o Promata (2002), em 2000 o Índice Municipal de Desenvolvimento Humano de Nazaré da Mata (IDH-M) foi de 0,703, sendo “superior ao do Estado de Pernambuco que foi de 0,692 e, próximo ao do Brasil (0,764)”, considerando que a meta de igualdade a ser alcançada seja 1,000. Esses indicadores medem a qualidade de vida do município mediante a consideração de alguns índices relativos à longevidade, à educação e à renda que, em Nazaré da Mata, são respectivamente de 70,10 anos, 75,76% de taxa de alfabetização acima de 15 anos de idade, e é de R\$ 118,37 a renda per capita mensal.

Ainda assim, são indicadores insatisfatórios quando confrontados com números contundentes, relativos à deficiência dos serviços ofertados nos quesitos educação, saúde, saneamento e assistência social.

O setor de educação segue em conformidade com os demais municípios do entorno, que se responsabilizam pela maior parte dos estudantes matriculados no nível fundamental. Havia, em Nazaré da Mata, em 2004, 32 escolas de nível fundamental, das quais 17 eram de responsabilidade da prefeitura, 6 do Estado e 9 eram escolas privadas, totalizando 6.888 alunos matriculados, de acordo com o censo do IBGE.

Por outro lado, as altas taxas de analfabetismo que entre jovens de 15 a 24 anos, é de 9,1% e, de 15 anos acima é de 24,2%, reforçam a insuficiência na quantidade dos estabelecimentos além dos elevados índices de reprovação e evasão escolar, de 34,9 % e 19,8 %, intimamente relacionados ao trabalho infantil, apesar do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Bolsa Escola. Esses programas devem priorizar a inserção de crianças e adolescentes na condição de cidadãos, de adquirirem alguma formação capaz de instrumentalizá-las

a ingressarem dignamente no mercado de trabalho, já que o turismo necessita cada vez mais de pessoas qualificadas.

Cidades marcadas pela exploração do trabalho infantil não são economicamente interessantes para a atividade turística, que objetiva a apropriação do belo, do original e se opõe terminantemente ao consumo de lugares socialmente degradados e ambientalmente devastados.

O Estado normalmente assume o ensino médio, e em Nazaré da Mata existem 5 estabelecimentos voltados a essa modalidade de ensino, dos quais 4 são do Estado e 1 privado. As vagas disponíveis na rede estadual totalizam 1.629 alunos, enquanto que a rede privada responsabiliza-se por 295 estudantes, totalizando 1924 matrículas. Uma diminuição lamentável que impede a imensa maioria dos alunos de continuarem seus estudos e ampliarem a sua qualificação para melhor contribuírem com o desenvolvimento do município.

Existe no município uma extensão da Universidade de Pernambuco (UPE), que é a Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata (FFPNM), mas que em virtude das poucas vagas ofertadas quando comparada à demanda existente em Pernambuco e em outros estados vizinhos, nem sempre aqueles que ingressam são oriundos do município ou da Microrregião; mas também das Regiões Metropolitanas, principalmente do Recife e da Paraíba, razão pela qual dificilmente ofertarão retorno à região quando do término dos cursos.

De acordo com o IBGE (2000), o setor de saúde de Nazaré da Mata dispunha, em 2002, de 15 estabelecimentos para atender à população, dos quais 11 eram públicos e 4 privados. Entretanto, os dois hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS), são insuficientes para o atendimento, especialmente da população mais carente, uma vez que a média de leitos na região é de 1,9 por 1.000 habitantes. “Vale ressaltar que a OMS - Organização Mundial de Saúde - considera baixo até 12 leitos hospitalares pelo mesmo número de pessoas” (Promata, 2002, p.21). Apesar dessas deficiências, tem o segundo maior número de equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) e outros programas voltados às necessidades de saúde da população, no território piloto do Promata.

O turismo utiliza-se da infra-estrutura básica do município, já que interage com outras variáveis que não apenas aquelas relacionadas à infra-estrutura turística.

Uma vez que se explora o turismo ecológico na Rota Engenhos e Maracatus, é necessário que esses equipamentos estejam em condições de atender às eventuais demandas decorrentes das práticas do turismo como o arvorismo, as trilhas e o vôo livre.

Problemas também existem no setor de saneamento, abastecimento d'água e coleta de lixo. No município, dados do Promata (2002, p.25) mostram que a inadequação desses serviços prestados aos domicílios atinge 11,3%, 26,7% e 23,8% respectivamente.

Contudo, são percebidos problemas também na disposição final dos resíduos sólidos, inadequadamente depositados às margens do rio Tracunhaém, responsável pelo abastecimento da cidade; no lixão situado em Lagoa do Ramo de Baixo, onde se pode encontrar famílias de catadores em meio ao lixo industrial, hospitalar e domiciliar, depositados aleatoriamente sem qualquer preocupação com o seu acondicionamento; e no Matadouro público, uma vez que o sistema de tratamento de efluentes líquidos existente no local está totalmente inoperante, ocasionado o seu despejo na encosta dos fundos do prédio, Promata (2005).

A economia da cidade tem apresentado mudanças relacionadas à oferta de empregos, a partir de 1991, à população, especialmente através da ampliação de vagas no setor de serviços e na administração pública, em contraponto à redução dos empregos no setor agropecuário que, de acordo com os censos de 1991 e 2000 do IBGE (2000), empregava 26,50% e 15,93% dos trabalhadores rurais do município respectivamente. Contudo, esse setor, capitaneado pela produção canavieira, vem continuamente procurando se revigorar com ajuda do governo estadual via subsídios e programas oficiais.

Esse aspecto traz à tona a questão da estrutura fundiária do município, caracterizada pela má distribuição da terra. Em Nazaré da Mata estão cadastrados 166 imóveis rurais os quais 64,4% ou 107 imóveis têm até 10ha e estão espremidos em uma área que corresponde a 2,8% do total; entre 10ha e 100ha existem 28 propriedades que ocupam 8,5% da área; de 100ha a 1000ha são 30 imóveis ocupando 55,6%; e acima de 1.000ha, contabilizou-se apenas uma propriedade que abrange 33,1% da área, mas representa apenas 0,6% do total de imóveis (Promata 2002). São dados que demandam urgentemente uma reforma agrária levada a sério.

O fechamento de várias usinas e engenhos da Zona da Mata de Pernambuco, a partir da década de 1980, ocasionou grande desemprego e êxodo rural, principalmente para a Região Metropolitana do Recife, fazendo com que movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST), pressionem o governo para a aceleração da reforma agrária com vistas à minimização da situação. Os resultados são constatados em Nazaré da Mata, que é o município com maior área ocupada por assentamentos, abrigando 265 famílias que ocupam 1.580ha.

O governo continua a aportar recursos via projetos como o Programa de Recomposição da Atividade Canavieira da Mata Norte (Prorenor) e do Projeto Renascer que, juntos, objetivam “recuperar a economia açucareira, reabrindo usinas e engenhos, assentando famílias e, conseqüentemente, gerando empregos” (p.29). ou melhor, sub-empregos.

A Tabela 4 mostra o comportamento do setor produtivo, apontando a quantidade de pessoas empregadas formalmente, numa evolução de 1991 a 2000 segundo dados fornecidos pelo IBGE.

Em 1991, a maior parte da população de Nazaré da Mata estava empregada em atividades agropecuárias, principalmente no cultivo da cana-de-açúcar, milho, feijão, laranja, batata doce e exploração da pecuária bovina. Em seguida, o setor terciário era o que mais absorvia mão-de-obra, destacando-se o comércio e reparação de veículos, objetos pessoais e de uso doméstico. Finalmente, no setor secundário, sobressaía-se a indústria de transformação.

Em 2003, de acordo com dados do IBGE (2000), constatou-se o predomínio da lavoura canavieira com uma produção de 452.400t cobrindo quase toda a área do município, seguida da banana (560t), batata doce (130t), laranja (90t), manga (52t), feijão (12t), milho (10t) e um pouco de mandioca (1.400t). É uma diversificação agrícola insuficiente para promover a melhoria da condição de existência dos produtores rurais do município, fato este que pôde ser constatado nos dias de feiras-livres, onde a pesquisadora percebeu que a maior parte dos alimentos comercializados vinha principalmente do Agreste do Estado, informação confirmada na Secretaria de Finanças de Nazaré da Mata.

Na zona rural, de acordo com diagnóstico realizado pela Prefeitura de Nazaré da Mata (2003), os pequenos produtores rurais cultivam, majoritariamente, “lavoura

branca de subsistência”, seguidos da fruticultura e do inhame. A cana-de-açúcar é opção apenas para pequenos fornecedores, que correspondem a 6,43% do total.

Tabela 4 – Pessoas Ocupadas em Nazaré da Mata por Atividade Econômica e Setor Produtivo, em 1991/2000

SETOR	ATIVIDADES	ANO	MUNICÍPIO	
			NAZARÉ DA MATA	
			Pessoas Ocupadas	%
PRIMÁRIO	SUBTOTAL	1991	2.27	26,50
		2000	1.18	15,93
	Agropecuária	1991	2.27	26,50
		2000	1.18	15,93
SECUNDÁRIO	SUBTOTAL	1991	1.42	16,70
		2000	1.28	17,30
	Indústria de Transformação	1991	805	9,40
		2000	731	9,84
	Construção Civil	1991	478	5,60
		2000	530	7,14
	Outras Atividades Industriais	1991	145	1,70
		2000	24	0,32
TERCIÁRIO	SUBTOTAL	1991	4.87	56,80
		2000	4.95	66,77
	Comércio de Mercadorias	1991	992	11,60
		2000	1.13	25,23
	Transporte e Comunicação	1991	379	4,40
		2000	323	4,35
	Serviços Auxiliares	1991	17	0,20
		2000	266	3,58
	Prestação de Serviços	1991	1.61	18,80
		2000	422	5,68
	Administração Pública	1991	567	6,60
		2000	922	12,42
	Social	1991	1.15	13,40
		2000	1.03	13,94
	Outras Atividades	1991	154	1,80
		2000	859	11,57
TOTAL		1991	8.58	100,00
		2000	7.42	100,00

Fonte: IBGE-Censo Demográfico 1991 e 2000

Ainda em 2003, a pecuária, mesmo de forma incipiente, apresentou pequenas criações de rebanhos bovinos (4.500 cabeças), suínos (1.180 cabeças), eqüinos/asininos/muare (590 cabeças) e ovinos (200 cabeças). O setor de avicultura também se expandiu e conta com 819.980 aves e também com um dos maiores abatedouros do Estado

Entretanto, a tabela 4 aponta uma redução pela metade na quantidade de pessoas ocupadas no setor agropecuário no intervalo de 1991-2000. O excedente de trabalhadores nesse setor possivelmente se dispersou nos demais setores produtivos ou está na informalidade.

O setor secundário caracteriza-se pela agroindústria açucareira, mas também pela indústria alimentícia, massas e biscoitos, e as indústrias de cerâmicas e panificadoras (Promata, 2005).

A única atividade que ampliou a sua capacidade de emprego no setor secundário foi a da construção civil, ocupando 7,14% da população. É uma atividade que não exige muita qualificação e por isso tem a capacidade de absorver os trabalhadores rurais dada a sua baixa formação. Houve também uma queda acentuada no setor de outras atividades industriais.

O setor terciário enfoca, nas categorias estipuladas pelo IBGE, comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos. Esse setor demonstrou uma ampliação na quantidade de pessoas empregadas no comércio de mercadorias e um salto nas atividades voltadas para serviços auxiliares, outras atividades e administração pública.

A diversidade de atividades econômicas em Nazaré da Mata não significa que a maior parte da população esteja empregada, pelo contrário. O IBGE (2000) informa que neste mesmo ano, 12.983 pessoas na faixa de 10 anos ou mais, conforme estipula a pesquisa, não tinham qualquer rendimento, contra 10.942 que recebiam salário. Destes, 52,02% ganhavam até um salário mínimo, sendo que os homens recebiam em média R\$ 339,90 e as mulheres R\$ 286,44.

De acordo com FALCÃO (2006), “a concentração do emprego formal no setor público é um quadro que se repete nos municípios pobres de todas as regiões do país”. Em regiões como a que se situa Nazaré da Mata, de Mata Seca, o problema da pobreza se agrava em períodos de seca e na entressafra da produção da cana-

de-açúcar, onde ficam desassistidos grande parte dos pequenos fornecedores e trabalhadores rurais, ficando na dependência das aposentadorias do INSS ou dos programas assistenciais do governo, benefícios esses que se estendem apenas àquelas famílias que têm algum parente neles incluídos.

Alguns artesãos vivenciam essa situação de receberem algum benefício do governo, especialmente aposentadoria mas a maioria encontra-se ainda desamparada, visto que o artesanato embora traga algum retorno financeiro, dependente da chegada de turistas, fluxo este instável.

Deve-se considerar que a maior parte da população economicamente ativa, ou seja, 15.020 pessoas, situam-se na faixa etária que vai dos 20 aos 59 anos; que a maior parte dos maracatuzeiros entrevistados são trabalhadores rurais, basicamente fornecedores de braços para a lavoura canavieira; que esta atividade é caracterizada pela sua sazonalidade; e que são dotados de baixíssima escolaridade, o que resulta dessa combinação de fatores é um desemprego em massa nos períodos de entressafra, sobrecarregando a máquina pública e diminuindo a sua capacidade de investimentos, tanto na diversificação econômica quanto na ampliação em escala, da economia de base local.

Alguns dos maracatuzeiros, neste período de entressafra, normalmente caem na informalidade sendo que alguns dos entrevistados já recebem aposentadorias, não por questão de idade, mas principalmente por problemas de saúde decorrentes do trabalho insalubre na lavoura canavieira.

A economia de base local normalmente vê-se agravada, especialmente no setor agropecuário, pelas dificuldades climáticas da região e pela incapacidade do governo de efetivar parcerias no seu sentido mais literal, ou seja, com bancos e demais instituições financeiras para viabilizar o acesso a empréstimos em condições realistas, diferenciadas e de execução monitorada. A dificuldade também existe para se estruturar as atividades nos outros dois setores da economia.

Além do mais, as esferas públicas falham em não firmarem convênios em quantidade com as universidades e faculdades da região e dos demais estados no intuito de somar esforços, tendo em vista que a homogeneidade da Zona da Mata ultrapassa as fronteiras político-administrativas interestaduais.

Falham também por não investirem suficientemente em pesquisas ora para estudos de viabilidade dos solos para outros cultivos, de atração de investimentos e de estímulo ao empreendedorismo, ora para implantação dos seus resultados, quando efetivamente realizadas.

E, finalmente, a falta de incentivo ou desinteresse com relação à qualificação dos funcionários públicos do município, e mesmo dos trabalhadores de um modo geral é aviltante, reforçado inclusive pela prática do nepotismo. São práticas que comprometem a eficiência na gestão dos municípios e mostra na Tabela 5 o reflexo no desempenho das finanças públicas de Nazaré da Mata, no período que vai de 2000 a 2003, a partir de dados fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional/FINBRA e disponibilizados pela Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE).

Tabela 5 – Finanças Municipais de Nazaré da Mata, em 2000-2003

MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA				
	2000	2001	2002	2003
DESPESAS	Despesa Total (R\$)	Despesa Total (R\$)	Despesa Total (R\$)	Despesa Total (R\$)
	10.508.659,00	11.933.528,85	12.713.835,51	12.774.032,78
RECEITA	Receita Total (R\$)	Receita Total (R\$)	Receita Total (R\$)	Receita Total (R\$)
	10.489.867,00	11.681.325,15	12.689.560,70	11.526.972,32
TOTAL	- 8.792,00	- 252.203,70	- 24.274,81	1.247.060,46

Fonte: AMUPE: Secretaria do Tesouro Nacional/FINBRA

Os dados acima colocados mostram, em linhas gerais, o *déficit* constante das finanças da prefeitura de 2000 a 2003. Embora não esteja especificado na Tabela 5, dos milhões desprendidos com despesas no município, o montante correspondente aos investimentos na cidade foram de apenas R\$ 551.094,00; R\$ 729.861,82; R\$ 963.778,58; e R\$ 682.837,82 respectivamente. É pouquíssima a capacidade de investimento de Nazaré da Mata, completamente dependente dos repasses de recursos intergovernamentais, da União e do governo do Estado que, somados, totalizaram R\$ 10.143.788,00; R\$ 10.594.353,31; R\$ 9.723.048,77; e R\$ 10.626.008,06 nos anos considerados.

São dados que comprovam a dificuldade em se pensar a implantação de um projeto de turismo de abrangência regional, como é o caso da Rota Engenhos e Maracatus, quando a contrapartida da prefeitura nos investimentos que se fazem e farão necessários para dotar o município de condições mínimas, não apenas para garantir qualidade de vida aos moradores, mas também aos turistas, está completamente comprometida.

Trata-se de um município rico em valores culturais, representados na diversidade do patrimônio arquitetônico, mais precisamente nos engenhos, como mostra a figura 5, que têm recebido investimentos de alguns proprietários no intuito de torná-los locais de visitação e hospedagem para turistas. Os engenhos envolvidos dotados de potencialidades, quer pela sua estruturação para receber visitantes quer pela existência de manifestações culturais no seu interior são mostrados ainda na figura 4.

Figura 5 – Engenho Santa Fé



Autora: Daniella Pereira, 2006

A oferta de atrativos engloba também os aspectos naturais da região, com seus rios, reservas de Mata Atlântica e alguma diversidade biológica. Manifestações artísticas e comemorações religiosas, somadas ao rico artesanato, compõem a oferta cultural do município, assentada na constituição do modo de vida de uma sociedade com base na riqueza, na opressão e nas reações decorrentes dessas relações.

Por fim, é importante salientar que Nazaré da Mata tem alguma projeção dentro dos demais municípios da Mesorregião, uma vez que é sede de Bispado, dispõe de uma GERE - Gerência Regional de Educação, é sede do 2º Batalhão da Polícia Militar e da FFPNM, enfim, de organismos que legitimam a importância da cidade.

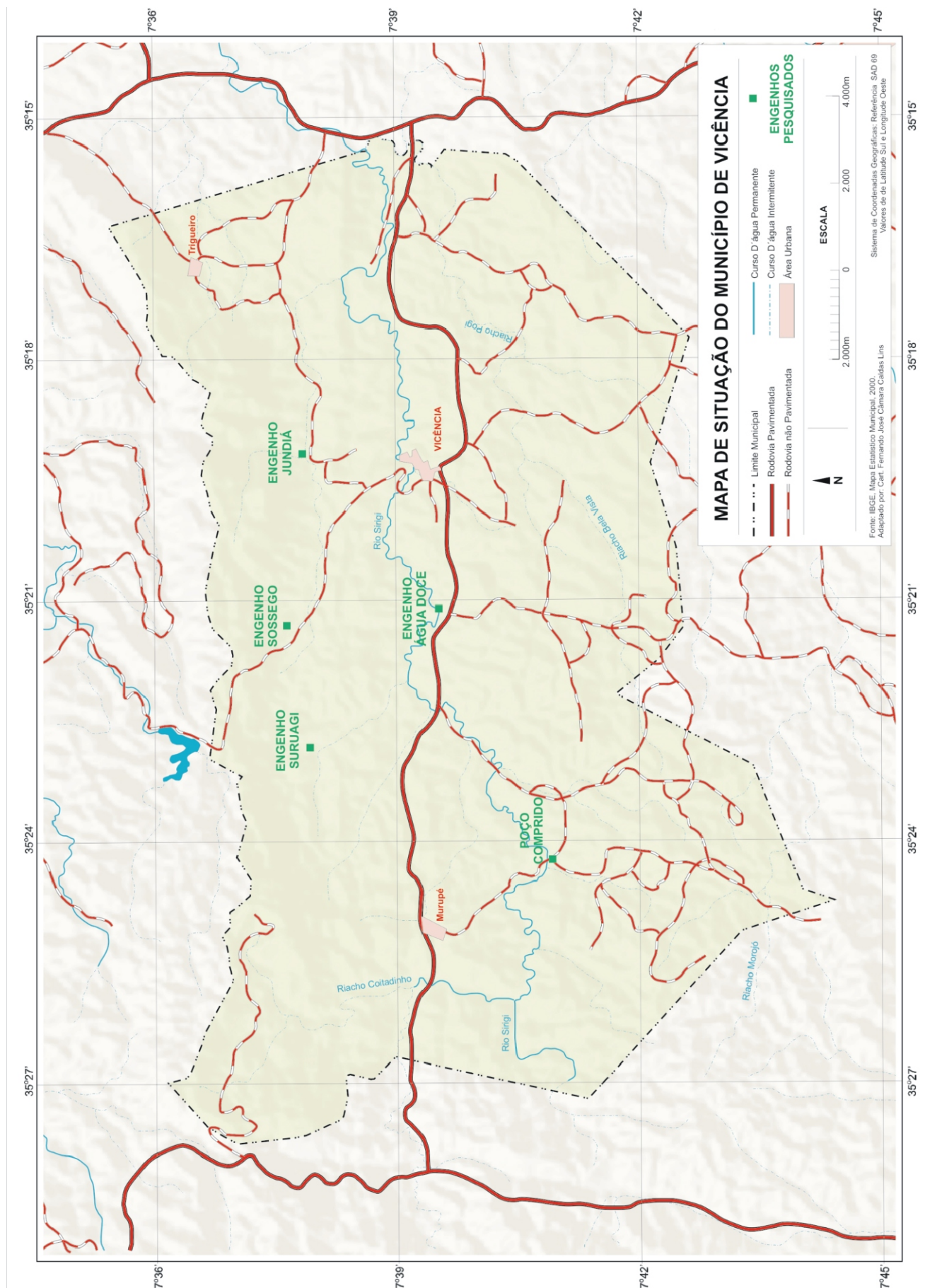
1.4.2 – Vicência

O atual município de Vicência, em 1850, resumia-se apenas a uma propriedade rural pertencente à D. Vicência Barbosa de Melo que mandou construir, próximo à sua residência, uma capela em homenagem a Santana onde, aos poucos, fez florescer a povoação, conhecida pelo nome da proprietária das terras. Em 1928 foi definitivamente elevado à categoria de município, e administrativamente é formado pelos distritos Sede e Murupé e pelos povoados de Trigueiros, Borracha, Angélicas, Usina Laranjeiras, Usina Barra e Agrovila Murupé. Está localizada na Mesorregião da Mata Pernambucana e na Microrregião da Mata Setentrional Pernambucana.

De acordo com o IBGE (2000), Vicência ocupa atualmente uma área de 231km² e faz limite ao norte com Timbaúba e Macaparana, ao sul com Limoeiro e Buenos Aires, a leste com Aliança e a oeste com São Vicente Férrer e Bom Jardim. Seus principais acessos são pela PE-74 (via Limoeiro) e BR-408 (via Nazaré da Mata), e distante 87 km da capital Recife, como pode ser visualizado na Figura 6

A caracterização geológica do município, de acordo com relatório do Promata (2005, p. 6.2.4), mostra a presença de rochas arqueanas do Complexo Gnáissico-Migmático, com coloração cinza-esverdeada e granulação fina a média, no extremo Sudeste do município; rochas Pré-orogências e do Complexo Surubim datadas do Proterozóico Inferior, mais presentes na sua metade Sul, com coloração avermelhada. Também ocorrem granitos finos de coloração rósea avermelhada, mais precisamente nas serras do Jundiá e do Mascarenhas; e, na porção central e Sudeste de Vicência é possível encontrar Coberturas Colúvio-Eluviais, onde há presença de areias de cor branca.

Figura 6 Mapa de Situação do Município de Vicência



Fonte: IBGE

Adaptado por: Fernando Caldas Lins, 2006

Aproximadamente 90% da área do município de Vicência está instalada, geomorfologicamente, nas superfícies rebaixadas com influência de material de recobrimento, segundo estudo do Promata (2005). “Apresenta-se sob a forma de relevos tabulares, denominados de Chãs, suavemente ondulados e ondulados” (2005). Pedologicamente, a maior representatividade de solos pertencem à classe Podzólicos, oscilando entre amarelos e vermelho-escuros, a exemplo do que ocorre em Nazaré da Mata.

O relevo da Mata Norte é composto pelas serras formadoras do Maciço do Pirauá que, em Vicência, é constituída pelas serras do Mascarenhas e do Jundiá como pode ser observado na Figura 7 .

Figura 7– Serra do Jundiá situada no Engenho Jundiá



Autora: Daniella Pereira, 2006.

Vicência está encravada no Vale do Siriji, local por onde passa um rio perene que corta o município de oeste a leste, conforme aponta a Figura 8, pertence à bacia do rio Goiana, e no município pode-se perceber a existência de inúmeros riachos menores, muitos deles nascidos nas elevações típicas do relevo ondulado da região.

Figura 8 Fac-Símile do Mapa do Vale do Siriji indicando o Rio Siriji



Fonte: O Vale do Siriji, Andrade, 1958.

Possui parte da bacia coberta pela vegetação de mata, favorecendo a sua não interrupção em períodos de estiagem, embora nesses períodos seu volume se conserve abaixo do demandado.

ANDRADE (1959, p.292) explica que no período de chuvas, que se estende pelo outono e inverno, na Mata Norte, os rios naturalmente aumentam o seu volume, mas, por outro lado, chegam a *cortar*⁹, no verão, por um período que varia entre 2 e 3 meses, sendo o caso do rio Tracunhaém.

Já o Capibaribe-Mirim e o Siriji, beneficiados pelas chuvas de relevo do Maciço do Pirauá, apenas cortam em anos muito secos e “têm seu alto curso em zona ainda com regulares reservas de mata” (1959, p.292), pois é possível se encontrar reservas de Mata Atlântica em pontos elevados das serras do Mascarenhas e do Pirauá, visto que estão expostas à umidade e aos ventos.

A vegetação original é a Floresta Subcaducifólia, quase totalmente extinta, restando algumas manchas de aproximadamente 255ha somadas, onde ainda é possível encontrar uma grande biodiversidade.

Considerando as semelhanças de localização com Nazaré da Mata, nota-se pouca diferença nas taxas pluviométricas de Vicência, com uma média histórica de 1.193mm. De acordo com a classificação de Köpen, o clima do município é do tipo As', quente e úmido, com chuvas de outono e inverno. A temperatura média é de 25°C, sendo a mínima de 20,6°C e a máxima de 30,6°C.

De acordo com o IBGE (2000), Vicência contava nesse ano com uma população de 28.820 habitantes, dos quais 10.502, ou seja, 36,44%, situavam-se na zona urbana e 18.318, correspondente a 63,56%, viviam na zona rural diferentemente do que ocorre em Nazaré da Mata, considerando os povoados dispostos ao longo do território vicenciano. Borracha possui 3.500 habitantes e Trigueiros aproximadamente 2.000 habitantes.

Observa-se que a população de Vicência, tanto a rural quanto a urbana, não apresenta variação significativa entre 2000-2005, conforme projeções da tabela 6, destacando-se uma pequena tendência à redução da população rural e à ampliação da população urbana.

⁹ Interromper o fluxo, segundo Andrade (1959)

Tabela 6 – População de Vicência por Situação de Domicílio em 2000 e Projetada para 2001-2005 em Pernambuco

Municípios	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Vicência	28.820	28.957	29.094	29.232	29.370	29.509
Urbana	10.502	10.658	10.815	10.975	11.136	11.299
Rural	18.318	18.299	18.278	18.257	18.234	18.210

Fonte: Fundação Joaquim Nabuco, 2002 .

Uma concentração maior da população fora dos centros urbanos do município, nos povoados de Trigueiros, Borracha, Angélicas, Usina Laranjeiras, Usina Barra e Agrovila Murupé, não se constitui em cenário favorável à distribuição de terras. Do total de 322 imóveis rurais no município, 63,6%, ou 211, deles têm até 10ha e encontram-se espremidos em uma área que corresponde a apenas 6,4% do total do município; entre 10ha e 100ha há 83 propriedades que abrangem 17,5% da área; de 100ha a 1000ha existem 38 propriedades que englobam 76,1% da área; mas não há sequer uma propriedade acima dos 1000ha, Promata (2002). Ainda assim, até 1999, com a atuação do MST, foram feitos 4 assentamentos no município, instalando 121 famílias que ocupam uma área de 1.187,4ha.

O município apresentou IDH-M - de 0,644, atrás de Nazaré da Mata e um pouco abaixo do de Pernambuco. São indicadores relativos à longevidade, à educação e à renda que, em Vicência, são respectivamente de 66,45 anos, 67,10% de taxa de alfabetização acima de 15 anos de idade, e é de R\$ 79,73 a renda per capita, dados tomados no ano 2000 e que demonstram os altos índices de pobreza da região.

Em 2004, segundo o IBGE (2000), havia em Vicência 31 escolas voltadas ao ensino fundamental, das quais 2 são estaduais, 27 municipais e 2 privadas que, somadas, totalizaram 6.970 matrículas, com sobrecarga para as escolas municipais que assumiram 5.860 daquele total. Na sequência, o ensino médio dispõe de 3 escolas sendo 2 estaduais e 1 privada que absorveram, juntas, apenas 1.768 estudantes dos quais 1.726 foram para as escolas estaduais onde há também a possibilidade de concluírem o magistério. De qualquer maneira, representa apenas 25,36% do total de estudantes que cursam o ensino fundamental.

O ensino superior, por sua vez, parece ser um sonho distante para aqueles que conseguem concluir o ensino médio em Vicência, pois têm que procurar

faculdades em outras cidades da região ou nas capitais. Esta última opção é realidade que se materializa para pouquíssimos estudantes devido à falta de recursos para se manterem nessas cidades.

Esses dados mostram a incapacidade do município e do Estado em dar prosseguimento à educação da população, ao menos para a conclusão do ensino médio. A baixa qualificação dos habitantes reflete-se a todo o momento na precariedade dos serviços prestados e na quantidade de pessoas pertencentes à população economicamente ativa, dispersas pela cidade, sentadas em praças, certamente por estarem desempregadas.

A saúde do município, como em todo território, é sofrível no quesito hospitais conveniados ao SUS, apenas dois totalizando 79 leitos disponíveis. Vicência pode contar também com oito postos de saúde pública e cinco ambulatórios odontológicos como complemento. Assim como em Nazaré da Mata, é preciso uma qualificação junto aos profissionais da área de saúde para que estejam em condições de atender àqueles praticantes de esportes radicais que, por enquanto não se deslocam com frequência, mas que tende a ser ampliada, além de no período do Encontro de Vão Livre, concentrarem-se em grande quantidade.

Com relação ao abastecimento d'água, os povoados que compõem Vicência são notadamente abastecidos pelas quatro barragens do município e também por rios, riachos e poços profundos, atendendo a 78,6% dos domicílios, conforme dados do Promata (2002 p.24). É preciso dimensionar o impacto que causaria a atividade turística no consumo de água do município, uma vez que aproximadamente $\frac{1}{4}$ dele já não é atendido pelo sistema.

O serviço de esgotamento sanitário, embora existente, é oferecido precariamente a 32,2% da população, e a coleta de lixo atende de 46,6 a 70,9% dos moradores, e nem sempre recebe um destino adequado, pois o lixo produzido não-coletado é depositado em terrenos baldios, em cursos d'água, ou então é enterrado ou queimado. Nesse sentido, causa prejuízo ao meio ambiente, polui os cursos d'água, destrói a beleza da paisagem e institui focos de doenças na população, ou seja, desdobram-se em fatores que só têm a prejudicar o desempenho atual do turismo e comprometem a expansão da atividade.

Com relação à economia do município, em 1991 o setor agropecuário era o que mais empregava trabalhadores no cultivo da banana, cana-de-açúcar, feijão, tomate, inhame e batata doce; em seguida vinha o setor terciário com a prestação de serviços e depois o setor secundário, com a indústria de transformação conforme dados fornecidos pelo Promata (2002 p.16). Em 2000, Vicência tinha 39,49% da sua população empregada no setor primário, 48,39% no setor terciário e apenas 17,30% no secundário.

Em 2003, de acordo com dados do IBGE (2000), a economia do município caracterizou-se pelo predomínio da lavoura canavieira com uma produção de 530.400t, quase 100 mil toneladas a mais que o que é produzido em Nazaré da Mata, mostrando que, mesmo a produção da banana, (40.000t) sendo bastante expressiva, constata-se o predomínio da cana-de-açúcar, especialmente pelo fato do município contar com uma usina, a Laranjeiras, para onde escoam as produções de outros fornecedores da região.

Outros produtos do setor primário que compõem a produção do município são: côco-da-baía (162 mil frutos), batata doce (156 t), abacate (65 t) feijão (61 t), laranja (60 t), manga (39 t), milho (31 t) e tomate (29 t) de acordo com o IBGE (2000). Essa produção também é insuficiente para abastecer o município havendo a necessidade de contar com a produção de outros municípios da região e também do Agreste.

Em 2003, a pecuária, sem grande destaque, apresentou pequenas criações de rebanhos bovinos (4.400 cabeças), suínos (860 cabeças), eqüinos/asininos/muare (790 cabeças) e ovinos (250 cabeças). O setor avícola conta com 381.500 cabeças.

O setor secundário caracteriza-se pela agroindústria açucareira, e o terciário destaca-se nas categorias estipuladas pelo IBGE, comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos, os mesmos que Nazaré da Mata.

A Tabela 6 mostra o comportamento do setor produtivo, apontando a quantidade de pessoas empregadas formalmente, numa evolução de 1991 a 2000 segundo dados fornecidos pelo IBGE.

Ela mostra que houve uma retração na oferta de vagas no setor agropecuário em 30,16% no intervalo de 10 anos. Outros setores ampliaram a quantidade de

vagas, podendo ter absorvido o excedente de trabalhadores desse setor ou parte dessas pessoas foram para a informalidade.

O setor secundário também fechou postos de trabalho nas atividades pesquisadas pelo IBGE, apenas o setor de construção civil mostrou ampliação de vagas em 35%. O setor de indústria de transformação, associado à produção canavieira foi o que mais eliminou vagas de emprego, quase 50%.

No setor terciário, assiste-se à expansão das atividades de comércio de mercadorias, e transporte e comunicação, que registraram um incremento de 61% e 79%, respectivamente. Este último é facilmente perceptível na grande quantidade de mototaxistas concentrados na entrada e no centro da cidade, e por trabalhadores das lotações de transportes alternativos. O setor de prestação de serviços eliminou 47,8% das vagas, embora o IBGE não informe que categorias profissionais estão compreendidas sob esta denominação e também a administração pública que mostrou uma leve redução de 1,4% no seu quadro funcional.

Assim como em Nazaré da Mata, a maior parte da população não tem qualquer rendimento. Neste grupo de pessoas sem rendimento, o IBGE (2000) informa que estão 11.904 pessoas com idade de 10 anos ou mais, contra as 10.289 pessoas que possuem algum rendimento. Das que possuem algum rendimento, 65,62 % sobrevivem com até 1 salário mínimo, sendo que os homens recebiam em média R\$ 246,63 e as mulheres R\$ 185,07. Aproximadamente 82% do total de entrevistados, não recebe qualquer tipo de auxílio dos programas governamentais.

Tabela 7 – Pessoas Ocupadas em Vicência por Atividade Econômica e Setor Produtivo, em 1991/2000.

SETOR	ATIVIDADES	ANO	MUNICÍPIO	
			Vicência	
			Pessoas Ocupadas	%
PRIMÁRIO	SUBTOTAL	1991	4.17	54,70
		2000	2.91	39,49
	Agropecuária	1991	4.17	54,70
		2000	2.91	39,49
SECUNDÁRIO	SUBTOTAL	1991	1.49	19,60
		2000	894	12,12
	Indústria de Transformação	1991	1.20	15,90
		2000	612	8,30
	Construção Civil	1991	182	2,40
		2000	246	3,34
	Outras Atividades Industriais	1991	99	1,30
		2000	36	0,49
TERCIÁRIO	SUBTOTAL	1991	1.96	25,70
		2000	3.56	43,39
	Comércio de Mercadorias	1991	368	4,80
		2000	943	12,78
	Transporte e Comunicação	1991	88	1,20
		2000	416	5,64
	Serviços Auxiliares	1991	39	0,50
		2000	148	2,01
	Prestação de Serviços	1991	583	7,60
		2000	304	4,12
	Administração Pública	1991	357	4,70
		2000	307	4,16
	Social	1991	404	5,30
		2000	779	10,56
	Outras Atividades	1991	123	1,60
		2000	672	9,11
TOTAL		1991	7.62	100,00
		2000	7.37	100,00

Fonte: IBGE-Censo Demográfico 1991 e 2000

Com relação ao desempenho das finanças públicas de Vicência, a Tabela 7 mostra a situação do município no período que vai de 2000 a 2003, a partir de dados fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional/FINBRA e disponibilizados pela AMUPE.

Tabela 8 – Finanças Municipais de Vicência, em 2000-2003.

MUNICÍPIO DE VICÊNCIA				
	2000	2001	2002	2003
DESPESAS	Despesa Total (R\$)	Despesa Total (R\$)	Despesa Total (R\$)	Despesa Total (R\$)
	9.202.159,00	12.140.982,63	13.942.035,90	14.109.948,65
RECEITA	Receita Total (R\$)	Receita Total (R\$)	Receita Total (R\$)	Receita Total (R\$)
	10.223.705,00	11.404.661,42	13.789.988,21	13.057.391,90
TOTAL	1.021.546,00	- 736.321,21	- 152.047,69	- 1.052.556,75

Fonte: AMUPE: Secretaria do Tesouro Nacional/FINBRA

Os dados acima colocados mostram, em linhas gerais, que o município de Vicência obteve *superávit* apenas no ano 2000, e que os anos posteriores foram marcados por seguidos *déficits* nas suas finanças. Apesar de não constar na Tabela 8, dos milhões gastos com despesas pelo município, o montante correspondente aos investimentos na cidade foram de apenas R\$ 659.105,00; R\$ 939.301,16; R\$ 970.488,85; e R\$ 664.407,24 nos respectivos anos AMUPE (2006).

Assim, percebe-se que é muito baixa a capacidade de investimento de Vicência, apesar de o município ter adquirido projeção nacional com o programa “Voando com Vicência”, ganhando o prêmio regional Governador Barbosa Lima Sobrinho, entregue pelo SEBRAE aos gestores que mais estimulam a criação de cooperativas, associações, micro e pequenas empresas, a partir de capacitações e apoio em ações empreendedoras.

Segundo dados da AMUPE, os recursos de Vicência são resultantes ou de financiamentos do repasse de verbas intergovernamentais, ou da União e do governo do Estado que, somados, totalizaram R\$ 9.768.495,00 R\$ 10.074.280,27; R\$ 11.409.246,80 e R\$ 12.175.873,06 nos anos pesquisados.

A situação de Vicência não difere muito daquela na qual se encontra Nazaré da Mata, no tocante às dificuldades de alocação de recursos com vistas a melhorar as condições de vida do conjunto de moradores, bem como de dotar o município de condições para fomentar o turismo. Entretanto, os convênios que se pretende firmar em benefício da atividade turística são mais visíveis neste município que em Nazaré da Mata, assim como, mais fortes também são as questões políticas em Vicência, relativas à rivalidade política entre a ex-prefeita e o atual gestor municipal.

Mesmo assim, o município tem investido no turismo no espaço rural apostando nos atrativos histórico-culturais, naturais e religiosos do seu território, no qual encontram-se engenhos de arquitetura única no país, como o Poço Comprido na figura 9.

Figura 9 – Casa Grande agregada à Capela no Engenho Poço Comprido



Autora: Daniella Pereira, 2006.

Os demais engenhos destacados na figura 6 correspondem àqueles que já estão preparados ou sendo preparados para receber visitantes ou são locais de residência de alguns artesãos. Há também oportunidades para a prática de esportes de aventura no Engenho Jundiá, além do casario, das igrejas e das capelas do município. Conta com bons artesãos que enfatizam o trabalho com a banana e seus derivados, e alguns têm, no Mercado Regional de Arte, o principal local para comercialização dos seus produtos.

As reservas de Mata Atlântica com a sua riqueza de fauna e flora também são passíveis de aproveitamento pelo turismo, como já vem acontecendo, ainda que de forma incipiente. Assim como em Nazaré da Mata, os proprietários de engenho estão adaptando as suas propriedades para receber turistas ou diversificando a atividade produtiva que, em última instância, também beneficia o turismo.

Aspectos da Geografia e do Turismo: Uma Abordagem Necessária

2.1. Espaço-Tempo: Categorias Universais de Análise da Dinâmica Social

As atuais transformações voltadas para a diversificação socioeconômica da Mesorregião da Mata Pernambucana, não podem estar dissociadas das categorias de análise tempo e espaço.

Maior relevância adquire esse aspecto quando, à diversificação proposta, associam-se arraigadas práticas políticas da região em foco, que comprometem a sua reestruturação e ocasionam desdobramentos nas esferas econômica, social, cultural e histórica.

Ao se referir à Zona da Mata de Pernambuco, imediatamente remete-se a um espaço agrário ocupado principalmente por propriedades canavieiras denominadas engenhos, rugosidades que trazem no seu conteúdo a perpetuação de relações sociais seculares caracterizadas pela rigidez das classes sociais e materializadas nas casas-grandes, senzalas, capelas e moitas.

São formas que se espacializaram ao longo do tempo e que, apesar de algumas estarem em inadequado estado de conservação, configuram-se como rugosidades, marcas de um período histórico anterior que continuam a influenciar as práticas sociais cotidianas na medida em que são, ao mesmo tempo, receptáculos de fluxos de inovação e propulsores de transformação desses mesmos fluxos mediante interação direta com as variáveis já presentes (SANTOS, 2004).

O espaço é local de reprodução das relações sociais; é onde a sociedade se concretiza, e é a partir dele que ela pode ser compreendida numa relação de interdependência, logo, é dialética.

Entretanto, apesar do espaço já ter sido interpretado sob o enfoque de depositário das ações humanas, numa visão essencialmente passiva da sua função enquanto contexto simplesmente dado, a perspectiva dialética, na qual o tempo e o

espaço “representam a forma objetiva da matéria” (SOJA, 1993, p.101), foi a grande contribuição trazida pelo materialismo histórico à discussão geográfica, conferindo-lhe o teor crítico que faltava a essa ciência de teoria social.

A geografia prontifica-se a analisar a evolução das sociedades humanas, tendo em vista os acontecimentos materiais, econômicos e tecnológicos, e a partir das suas interações. No cerne destes acontecimentos encontram-se as relações de produção cujas forças produtivas reconhecem, no mesmo patamar, indistintamente, tanto o trabalho executado por pessoas quanto por máquinas e instrumentos.

A partir das dinâmicas das relações de produção, surge a base econômica sob a qual se assentam as sociedades e de onde se originam os componentes políticos que trazem no seu bojo instrumentos de controle comportamental, utilizando-se das convenções religiosas, estéticas e jurídicas para ditarem o compasso evolutivo de cada sociedade.

A inseparabilidade das relações econômicas das variáveis político-ideológicas conduz à manipulação da produção do espaço pela classe dominante, detentora dos meios de produção. Ao subjugar a classe trabalhadora no processo produtivo, perpetua uma das maiores contradições das relações capitalistas de produção: a negação da condição da integridade humana em si, em detrimento da condição de agente direto da produção, cujos produtos resultantes da venda da mercadoria “força de trabalho” são apropriados pelo agente indireto da produção.

A massa trabalhadora, desse modo, encontra-se impossibilitada, em grande medida, de se inserir no mercado consumidor de bens por ela produzidos. Por essa razão, compreender o espaço geográfico através dos conflitos e contradições que nele se apresentam significa apreendê-lo na sua essência, em toda sua totalidade.

Na região da Zona da Mata, os conflitos e contradições estão presentes não apenas nas relações de sobrevivência material do conjunto da população, mas refletem-se no aspecto da produção cultural que se tornou objeto de apropriação pelo turismo. Recai, principalmente sobre as manifestações artísticas e culturais decorrentes das práticas sociais da base da população, grande parte da responsabilidade pela atração de turistas à região. Uma vez que exerce grande fator de atratividade, exatamente em função das condições socioeconômicas das quais

se originou e que ainda permanecem em sua essência, interessa, pois, mantê-las na tentativa de atribuir ao turismo o maior ineditismo possível.

Devido ao seu caráter sistêmico, requisitando permanente interação entre os diversos agentes envolvidos e pertencentes às esferas privada e pública e à sociedade como um todo, o turismo reveste-se do falso consenso da união entre agentes citados anteriormente, assentada em conflitos, perfeita e facilmente superáveis desde que devidamente trabalhados; propõe a unidade em torno da atividade, contudo, mascara as complexas relações sociais presentes na região.

Busca-se a unidade, consequência direta do conceito de totalidade pensado por SANTOS (1997, p.115), e definido como a reunião de “todas as coisas presentes no Universo”, mas cuja análise não deve restringir-se à soma das partes simplesmente. Permite-se ir além, uma vez que as condições econômicas, sociais, culturais e ambientais concorrem numa dinâmica única em um ponto específico da superfície do universo, constituindo-se na sua diferenciação.

Tempo, espaço e matéria estão irremediavelmente entrelaçados. O espaço é uma estrutura criada normalmente para atender às leis de desenvolvimento da sociedade e, por isso, a história dos homens vincula-se à história das suas contraditórias relações sociais, carregadas de um forte componente político-ideológico que agrupa indivíduos em campos distintos, não raro, opostos.

O espaço não se produz da mesma forma em todos os lugares. Ele é produzido ao mesmo tempo em que produz a *sua* história. Esta relação dialética torna-se ainda mais acentuada quando se compreende o espaço enquanto *lócus* de materialização do tempo.

Na sociedade contemporânea, a velocidade com que os espaços têm se reproduzido em decorrência das inovações tecnológicas e da ampliação dos mercados, tem ressaltado aspectos como a heterogeneidade, o reconhecimento das individualidades e da diversidade, em contraposição ao progresso linear, às verdades absolutas. Cada vez mais a individualidade dos lugares tem sido um instrumento valorizado pelo capital na expectativa de ampliar a sua margem de lucro a partir das vantagens inerentes à diversidade.

Para HARVEY (1998, p.189) “as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à

reprodução da vida social”. A dinâmica da organização do espaço, enquanto processo de criação, interação, manutenção e recriação, desencadeia um conjunto de práticas espaciais diferenciadas para o progresso da sociedade na qual operam.

Esse conjunto de práticas reflete tanto o despertar da consciência humana para a construção dos cotidianos das sociedades influenciadas pelas condições socioespaciais que lhe são próprias, quanto pelo desenvolvimento de técnicas temporalmente adequadas para a viabilização dessa sociedade.

Segundo CORRÊA (2003):

as práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o homem tem da diferenciação espacial (...) e, de outro lado, dos diversos projetos, também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou a própria sociedade como um todo. (p. 35)

As práticas espaciais se materializaram na Microrregião da Mata Setentrional a partir do processo de ocupação da região canavieira ao longo de mais de quatro séculos. Primeiramente, através da doação das terras em sesmarias pelo governo português, terras estas que em seguida foram repartidas em grandes lotes – latifúndios, fragmentados em decorrência da ampliação das famílias de proprietários para, nas primeiras décadas do século XX, reagruparem-se por questões econômicas decorrentes da reestruturação produtiva.

Esta reestruturação promoveu uma revolução na base sob a qual assentava-se a estrutura socioeconômica da época, caracterizada pela existência de uma extensa classe de trabalhadores da lavoura açucareira autorizados a cultivarem sua roça de subsistência com culturas temporárias, instalados nas terras dos engenhos e vivendo na situação de moradores de condição, envolta em toda sorte de incertezas, atribulações, conflitos e impotência, elementos rigorosamente presentes na rotina daqueles trabalhadores.

Embora após a sua expulsão das terras dos engenhos, tenha havido um fluxo migratório para as sedes municipais onde se localizam a infra-estrutura básica e as instituições de prestação de serviço público e privado, as condições de vida presentes na região desde então, e mesmo com a extensão da legislação trabalhista

também para o trabalhador rural, atualmente a Zona da Mata de Pernambuco não demonstra ganhos reais e consistentes em qualidade de vida para o conjunto da população.

Alguns problemas relativos à produção canavieira permanecem os mesmos devido à pouca inovação e implementação de novas técnicas produtivas ao longo de décadas, resultando na baixa competitividade desta região.

A produção da cana-de-açúcar é caracterizada pela sua sazonalidade. Em época de entressafra, muitos trabalhadores, não mais residentes nos engenhos, mas em vilas e arruados das proximidades, vêm-se desempregados e, quando não migram para a Região Metropolitana do Recife ou para a sua cidade de origem, normalmente no Agreste ou Sertão do estado, passam a desempenharem funções em atividades não-agrícolas, atuando principalmente na informalidade ou caem na dependência total dos programas de governo.

As estruturas socioespaciais agregam também outras variáveis como a produção e o consumo para favorecer a compreensão das relações sociais em sua totalidade. A relação produção-consumo resulta em sistemas freqüentemente impactados em decorrência de eventos naturais e/ou sociais, reproduzindo-se numa sucessão de sistemas.

É nesse enfoque que consiste a acepção geográfica do espaço como um todo, e não apenas a partir da combinação de variáveis que, isoladas entre si, não fornecem subsídios suficientes para objetivar a apreensão da problemática espacial, mas se resumiriam apenas na simples apresentação de problemas.

O turismo realiza-se quando ocorre o consumo do espaço. A densidade do fluxo, tal como se apresenta atualmente na Zona da Mata, embora temporariamente pouco intensa, é resultante de uma crescente campanha de publicidade em torno dos seus atrativos; de uma história secular, embora decadente, da aristocracia canavieira; da ampliação em quantidade e das perspectivas de melhoria em qualidade da infra-estrutura básica e turística, impulsionada que tem sido a partir da consolidação da sociedade de consumo de massa.

Para SOJA (1993):

a estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais de produção (p.99).

O espaço é, ao contrário, uma categoria de análise que reúne em si as relações gerais que são simultaneamente sociais e espaciais. Esta é uma reflexão crítica acerca do significado do espaço na teoria social, considerando outra importante variável que com ele interage: o tempo. Sem a associação de ambas, a compreensão das relações mútuas entre os eventos não passaria de mera abstração, de uma interpretação incompleta, imprecisa e parcial.

A abordagem espaço-temporal é um instrumento essencial para a compreensão das articulações passado-presente e presente-futuro de uma sociedade, porque, “é no espaço que a atualidade se dá” (SANTOS, 2004, p. 206).

A proposta de diversificação da economia da Zona da Mata, tendo como um dos seus pilares o turismo, demonstra o quanto as formas presentes no espaço na qualidade de fixos, dispersos ao longo da paisagem canavieira, manifestam-se não apenas como herança de um período em que a constituição desta sociedade esteve atrelada à ausência total de mecanismos que garantissem a revelação das vontades do povo dessa região, mas, também utiliza-se das formas realçadas pelo turismo, para atribuir-lhes novas funções apoiadas, desta vez, na exigência de cooperação e requisitando coesão. Novos processos orientados em sintonia com as necessidades demandadas pelo mercado, resguardado e, ao mesmo tempo, favorecido pelas estratégias governamentais de ação. Período aquele em que os grandes proprietários de terras da região utilizavam-se de processos repressivos, castradores da expressividade inerente aos seres humanos nas mais diversas dimensões: religiosa, artística, oral.

Nesse sentido, o turismo na Zona da Mata Norte ocorre em condições de conformismo pela maior parte da população, com a proposta pensada para esta região pelos governos e empresários locais, e silenciada em relação aos conflitos forçosamente adormecidos, mas de modo algum esquecidos.

Em sua obra *Por uma Geografia Nova (1978)*, SANTOS reconhece o espaço não apenas como mero reflexo da sociedade, mas como fator social. Assim,

o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente, e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (p.122).

A disposição em perseguir os meandros pelos quais se viabilizaram os sistemas temporais e espaciais sucessivos, é que possibilita a compreensão das situações cotidianas. O tempo se empiriciza no espaço ao deixar vestígios que são permanentemente superpostos à medida que as sucessivas inovações, enquanto motores da modernização, espacializam-se. Inovações que nunca cessam de existir.

Interessa divisar três momentos responsáveis por mudanças socioeconômicas na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Inicialmente, após o primeiro momento de inovação tecnológica, vivenciado em terras do Nordeste brasileiro nos primeiros séculos da colonização portuguesa, marcado pela espacialização da estrutura do engenho, sistematizando o processo produtivo em torno da monocultura da cana-de-açúcar e da mão-de-obra escrava.

Seguiu-se um segundo momento, caracterizado pela abolição da escravatura, mas não da essência da estrutura socioeconômica presente nos engenhos, e pela alavancagem do progresso tecnológico introduzido no processo produtivo industrial em fins do século XIX e começo do XX, em decorrência da Revolução Industrial em curso na Europa.

A modernização dos meios de transporte, a partir da introdução das linhas férreas, favorecendo o escoamento da produção; a introdução dos engenhos centrais, e, posteriormente, das usinas, enquanto modernas fábricas de açúcar, voltadas para o aumento da produtividade deste artigo, acirrando a competitividade e dilatando as fronteiras mercadológicas, resultaram na reestruturação agrária extremamente concentradora de terras, processo que continua em andamento.

Grandes foram os esforços do poder público em estimular a modernização da produção açucareira através de políticas de incentivo, programas de auxílio e subvenções que permanecem atualmente e mediante elogios do Sindaçúcar, embora convivam com outras políticas setoriais voltadas para a diversificação produtiva. Mesmo assim, são intervenções que não têm garantido a competitividade do setor em comparação com o Sudeste do país, nem asseguram a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da cana-de-açúcar.

Por último, há a inserção do turismo na região por meio de investimentos - ainda que tímidos em relação ao desafio de eliminar as precárias condições de sobrevivência nas quais encontra-se imersa a maior parte da população - que vêm sendo realizados em benefício da atividade, a partir das novas formas introduzidas no espaço rural, e da assunção de funções inovadoras em decorrência da introdução destes equipamentos.

Alguns engenhos têm adaptado sua estrutura para receberem turistas, surgem alguns hotéis e pousadas, amplia-se a quantidade de bares e restaurantes, espaços culturais são construídos, destacam-se o artesanato e as manifestações culturais da região num esforço conjunto de dotar a Zona da Mata de características capazes de gerar o fluxo turístico e dinamizar a economia regional. Incipientes ainda são os empregos gerados em decorrência da atividade, alguns pequenos negócios têm surgido, ainda que pertencentes ao setor informal, não apenas em decorrência do turismo, mas como consequência das políticas voltadas para a economia, e que ainda são quantitativa e qualitativamente insuficientes para sanar as carências básicas dos moradores.

Finalmente, as mudanças apresentadas resultam do conjunto de ações atuantes nos sistemas de objetos dispersos pelo espaço e ao longo do tempo, comprovando a impossibilidade do isolamento dessas duas variáveis na análise da reprodução das relações sociais. Relações estas que evoluem, numa dinâmica de permanentes transformações operadas a partir das inovações mercadológicas, e, apesar das necessidades de sobrevivência, podendo ter no turismo um fator decisivo na reestruturação socioespacial, notadamente, da Zona da Mata Norte de Pernambuco.

Admite-se que o espaço produzido pela ação do homem para atender aos seus anseios e necessidades estará em constante processo de transformação, estimulado pelos objetivos que a classe dominante tem para sua região, mas sempre propensos às instabilidades decorrentes da capacidade de reivindicações das classes oprimidas. Segundo ANDRADE (1984, p.81), isto só é possível por meio da “maior ou menor capacidade de resistência, de controle do sistema de poder pelas classes dominantes”.

O Estado está cada vez mais “falido”, impossibilitado de manter os tradicionais incentivos aos usineiros e grandes proprietários de terra da região o que,

por outro lado, não impede que esses ainda desfrutem do poder, poder este que ainda lhes proporciona a incrível capacidade de interferir, por meio da política no destino do Estado.

Decorre daí, uma resultante do comportamento da sociedade capitalista: alguns se beneficiam em detrimento da maioria. Observação relevante, especialmente quando se trata de uma sociedade agrária onde os homens agrupam-se rigidamente em classes bem definidas.

É, por isso, fundamental discorrer sobre o papel que a divisão da sociedade, em classes, desempenha na produção do espaço. Ao corroborar com a relação dialética das variáveis na produção do espaço, quando diz que em ser dinâmico o espaço é também dialético, ANDRADE (1984) reflete acerca das relações mantidas entre a sociedade e o Estado, dizendo que “(...) a evolução da sociedade e a ação do Estado que a representa não se procedem de forma linear, mas sofrem contestações que reformulam os princípios e as ações” (p.17).

Na Zona da Mata de Pernambuco, a relação intimista entre o Estado e a classe dominante ainda é muito presente. Ela se manifesta na representatividade que o Estado faz desta classe frente à classe dominada, por meio da utilização dos recursos do e pelo Estado, com vistas ao atendimento dos interesses dos detentores do poder na região.

2.2. – Uma Abordagem Geográfica do Turismo

Pensar o turismo implica reconhecer previamente a existência do fenômeno turístico enquanto um processo que, ao longo da sua ocorrência, pressupõe a interação de vários sistemas ao mesmo tempo, cujas atuações repercutirão num resultado final e singular (BENI, 1998).

Embora exija a articulação desta dimensão junto às demais esferas: social, cultural, ambiental e política, das sociedades ditas pós-industriais, a complexidade é a sua principal característica, à medida que, do fenômeno turístico, deriva-se a atividade do turismo tão realçada em sua dimensão econômica.

Mas, a compreensão dessa atividade requer a consideração de alguns elementos típicos do turismo. Em primeiro lugar, o deslocamento é um aspecto implícito à atividade que pressupõe o consumo do espaço. O período de estada fora do local de residência, como complemento ao aspecto anterior, assume papel decisivo na caracterização do fluxo turístico, conseqüentemente do viajante que pode ser turista ao passar mais de vinte e quatro horas no destino, havendo realizado pernoite fora do local de moradia; e do excursionista, que permanece menos de vinte e quatro horas (ibidem).

A temporalidade contribui para a formação do conceito do turismo quando estabelece que a permanência no local de destino não deve estar atrelada à fixação de residência por um período maior que 365 dias, ou estar-se-ia diante de uma situação de imigração. A consideração do homem-turista como ponto central, a partir do qual todas as relações constituídas estarão voltadas ao fornecimento da estrutura necessária à sua permanência na localidade visitada, é uma característica presente em vários estudos, frutos de uma visão puramente economicista do turismo. Essa é uma concepção que tem gozado de grande aceitação no âmbito do poder público e empresarial; tem se consolidado e norteado diretrizes e programas governamentais voltados para a implantação do turismo em diversas localidades.

É uma visão compartilhada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que define a atividade da seguinte maneira: "o turismo compreende atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual, por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros".

Entretanto, para o presente estudo, entende-se como as mais adequadas definições, as que tenham como base a compreensão do caráter holístico da atividade, como aquela elaborada por JAFAR JAFARI (apud BENI, p.38), para quem o turismo é “O estudo do Homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora”.

A ênfase dada à área receptora é um dos enfoques sobre o qual o pensamento geográfico se debruça ao analisar a apropriação e consumo de espaços pelo turismo, ou seja, a formação de territórios turísticos. O pensamento geográfico permite aos estudiosos do Turismo e da Geografia compreender a atividade na sua dimensão espaço-temporal, o que significa entender de que forma os espaços geográficos são transformados em espaços turísticos. A consideração dessa relação dialética é a base do estudo da Geografia do Turismo. De acordo com CORIOLANO e SILVA (2005) “o turismo materializa-se de forma contundente na lógica da diferenciação geográfica dos lugares e das regiões” (p. 12).

A organização socioespacial, promovida pelo uso turístico do território, opera sobre uma organização socioespacial previamente constituída. Decorre daí os inevitáveis embates a partir do choque entre distintas temporalidades. De acordo com CRUZ (2002, p.12) “Os nexos antigos assimilam as novidades, mas forçam, no limite, a coexistência”.

A implantação do turismo na Zona da Mata Norte tem acarretado a assimilação dessa nova função a partir da fixidez atribuída aos atrativos turísticos que outrora eram formas destinadas a usos reveladores de um passado não tão longínquo. Embora a criação de paisagens para o turismo seja válida para o estabelecimento dos almejados fluxos, o seu real significado só poderá ser completamente compreendido quando “extrapolados os muros das aparências” (ibidem, p. 13).

Entretanto, resume-se a nichos “de mercado” o quantitativo de turistas interessados na interpretação da paisagem, em ir além das formas expressas no espaço. A massificação da atividade dificulta ações em torno da sensibilização das práticas sociais nos núcleos receptores.

Contribui para a massificação da atividade, além da revolução tecnológica do setor de transportes e, posteriormente, das estratégias de comunicação, a facilitação das formas de pagamento. Assim, o turismo passou a ser trabalhado através das estratégias de *marketing* como sendo “o desejo coletivo espacialmente materializado” (PORTUGUEZ, 2002, p. 23) e facilmente acessível para aqueles com tempo e recursos financeiros.

Deslocar-se para a Zona da Mata Norte, em direção a Nazaré da Mata ou Vicência, não significa realizar grandes inversões financeiras. As simples instalações de alguns dos meios de hospedagem, o baixo custo da alimentação, a gratuidade na visitação a espaços públicos e a proximidade da capital Recife, impactando no menor custo com deslocamento, configuram-se em “condições ideais para a massificação da atividade”. Em se tratando de um espaço rural onde a escala de abrangência da atividade normalmente é reduzida em favor da fragilidade dos recursos naturais e culturais, existe aí um fator preocupante que é o de conciliar os interesses dos moradores, dos empresários, do poder público e dos turistas.

Apesar de o turismo ser um fenômeno disperso nas escalas internacional, nacional e regional, é precisamente na dimensão local que seus impactos podem ser percebidos. É nessas escalas menores, onde as relações cotidianas se fazem presentes, que se pode ter as respostas aos impactos positivos e negativos decorrentes da atividade.

Selecionar o espaço implica na fragmentação do seu uso já que, embora a globalização universalize o espaço mundial, ela ao mesmo tempo o fragmenta aumentando e/ou acentuando nessa relação dialética, as desigualdades. Essa fragmentação está de acordo com o ideal de pós-modernidade. De acordo com DINIZ (2000):

A melhoria do sistema de comunicações e o acesso imediato à informação, por sua vez, deram origem a um fenômeno novo que é a possibilidade da articulação do 'local' ao 'global', sem a necessária mediação do nacional. Isto implica que, ao invés de homogeneização dos espaços econômicos nacionais, o processo de globalização pode aumentar as diferenças entre as regiões de um mesmo país, aumentando a competição entre as localidades (p.212).

Essa é uma discussão subjacente à difusão do turismo pelos territórios mundo afora. Muitos destinos são formatados para satisfazerem as demandas previamente segmentadas pelo mercado turístico. Diante da imensa oferta de lugares nas prateleiras das agências de viagens e nos *sites* da internet, a acirrada competição entre eles é inevitável.

Desse modo, na tentativa de estimular a diversificação econômica de espaços estagnados, notadamente os dos países em desenvolvimento, os governos têm adotado medidas como isenção de impostos e implantação de infra-estruturas, endividando-se cada vez mais com organismos financeiros internacionais, na esperança de atrair investimentos e, enfim, gerar os propalados “emprego e renda” sugeridos pela implantação de projetos turísticos, que nem sempre compensam a amplitude dos impactos socioambientais negativos, muitas vezes irreversíveis, que incidem nos lugares, dada a falta de um planejamento de médio e longo prazo.

Para GALLERO (1999), na tentativa de ampliar seu mercado consumidor, as empresas turísticas, especialmente as transnacionais, afinam-se às diretrizes do pensamento liberal que se manifestam em “políticas econômicas de abertura absoluta do comércio internacional, a desregulamentação das relações internas, o ingresso ilimitado e estimulado de capitais externos” (p.34).

No turismo, as transformações decorrentes do processo de globalização, adquirem contornos revolucionários uma vez que possibilitam o aumento dos fluxos de pessoas, capitais e informações sem precedentes na história. Elas vêm permitindo que os transportes, as comunicações e as informações, somados, desempenham importante papel, impactando as relações entre o tempo e o espaço.

As distâncias tornaram-se mais curtas, as relações sociais ampliaram-se para além do círculo - de amigos e de parentesco - delimitado pela proximidade da moradia, ou seja, o espaço físico nos dias atuais não pode mais estar restrito como outrora. A intensa e gradual troca de informações diárias, entre pontos cada vez mais distantes do globo terrestre, atuam como fator que desperta a curiosidade em conhecer novas pessoas e lugares.

Por ser um fenômeno próprio de sociedades urbano-industriais, nota-se a ampliação da “necessidade” de se consumir espaços que se contrapõem à agitação típica dessas localidades. Ressalte-se, porém, que com a modernização e

flexibilização das relações de trabalho, especialmente no setor de serviços, nem sempre o desempenho de determinadas atividades profissionais está revestido do caráter estressante deliberadamente acentuado pelas campanhas promocionais do turismo.

Afirma-se que o turismo também incide seletivamente nos recursos tempo e finanças para atrair seu público-alvo. Significa então que, basicamente, são as classes rica e média que podem pagar pelo lazer na forma do turismo. Assim, CORIOLANO e SILVA (2005, p.13) relatam que a atividade turística “mesmo sem atingir todos os grupos populacionais, chegou a todos os continentes, a muitos lugares periféricos, ampliando seu raio de ação aos locais considerados subdesenvolvidos e relativamente, inserindo as classes pobres”.

O turismo torna-se ainda mais compreensível a partir da consideração da relação dialética entre o trabalho e o lazer. A necessidade do lazer cresce com a urbanização e a industrialização. As conquistas trabalhistas reforçam as transformações no universo econômico e familiar dos trabalhadores, ao ser-lhes assegurado um rendimento mínimo, bem como a redução e fixação da jornada de trabalho, e o direito a férias e folgas semanais remuneradas.

O turismo foi alavancado após a II Guerra Mundial. Contudo, registros históricos confirmam que as viagens sempre existiram motivadas por diversas razões que variavam da locomoção em busca da sobrevivência, à busca pela saúde, às guerras, pelo esporte, por motivos religiosos, enfim, por diversas razões que não tinham como componente essencial um dos aspectos fundamentais do turismo: a busca pelo lazer.

Atentando para o fato de que as viagens de negócios/eventos não significam o exercício propriamente de atividade remunerada no local onde se está, e que, o mercado identificou nesse nicho um perfil de elevado poder aquisitivo e de hábitos mais sofisticados, agregou à variável negócios/eventos além dos equipamentos normalmente utilizados por este público, como hotéis e restaurantes, opções de lazer e compras no destino de ocorrência do negócio/evento.

É por esse e outros exemplos que o turismo, como bem enfatizaram CORIOLANO e SILVA (ibidem, p. 43), é “uma invenção do capitalismo”. Ainda de acordo com os mesmos autores:

A viagem turística tem objetivos especiais, que é buscar o prazer e o gozo, tirar as pessoas do cotidiano e possibilitar o encontro com o novo, o diferente, o desconhecido, a satisfação dos diversos prazeres que vão do luxo ao consumo, a alguma coisa que possa levá-la a um resgate psíquico e, na expressão do senso comum, a ser feliz (ibidem).

Naturalmente, o crescimento do lazer, quantitativa e qualitativamente, está longe de ser homogêneo em todas as camadas da sociedade. Para DUMAZEDIER (2001, p.25) “Nos dias de hoje, o lazer funda uma nova moral da felicidade. É um homem incompleto, atrasado e de certo modo alienado, aquele que não aproveita ou não sabe aproveitar seu tempo livre”.

Diga-se de passagem, o tempo livre é aquele do não trabalho. Significa que apenas quem trabalha dispõe desse tempo e por isso os desempregados estão excluídos dessa análise essencialmente capitalista. Por outro lado, na qualidade de seres humanos, há que se enfatizar que o lazer, o gozo, a diversão não necessariamente precisam ser comprados quando desfrutados no local onde se vive. Ele pode ser gratuito, ao contrário do turismo.

Ocorre que a própria busca da felicidade, induzida pelas campanhas promocionais dos lugares reconhecidos como destinos turísticos, tem-se concentrado no desfrute de espaços cuidadosamente produzidos pelo capital que, valendo-se da ideologia do trabalho massacrante, oferta à massa trabalhadora urbana, a oportunidade de “recarregar as baterias” para voltar a produzir.

Nesse sentido, assiste-se à produção de cotidianos distintos, cujo objetivo é “mostrar o quanto certos lugares são cruéis em seu dia-a-dia para valorizar a tranquilidade dos outros, tidos como adequados, para se escapar dessa vida perversa” (PORTUGUEZ, 2001).

Portanto, o que se percebe é que o homem comum dificilmente consegue fugir da grande estrutura manipulada pelo capital. O comportamento normatizado se choca com o caráter individual dos prazeres pessoais. Daí a necessidade de subvertê-lo, na forma do turismo alternativo, GLS, turismo solidário, etc. Por outro lado, mesmo essa saída já foi apropriada e manipulada pelo capital por meio das “estratégias de *marketing*, na medida em que as viagens passam a ser vistas equivocadamente como superação de tudo o que é padronizado, quando na verdade

são padronizadas” (ibidem). O roteiro turístico¹⁰ é um exemplo disso. E a Rota Engenhos e Maracatus proposta para a Zona da Mata Norte de Pernambuco, segue em sintonia com o projeto de regionalização estabelecido pelo Ministério do Turismo, que incentiva a formação de roteiros regionalizados para atrair um público cada vez mais especializado. Na sua expansão, o turismo tem acontecido em lugares utilizando-se de práticas sociais locais que estão, cada vez mais, sendo por ele incorporadas a exemplo daquelas presentes nos espaços rurais.

No caso das manifestações culturais a exemplo do maracatu rural, uma forma de resistência cultural que floresceu a despeito da situação opressora na qual ainda se inserem os trabalhadores da cana-de-açúcar, o personagem do caboclo de lança é o que melhor sintetiza a essência do trabalhador rural, e também é aquele que mais causa reações distintas nos que assistem às suas evoluções, um misto que vai do espanto ao encantamento, que passa aos espectadores a impressão de ser um folgado de traços nitidamente guerreiros. “Não resta dúvida que o caboclo de lança é uma figura guerreira. Sua agressividade se constitui uma forma de expressar as tensões e os conflitos sociais” (MEDEIROS, 2005, p.130).

O artesanato da Zona da Mata Norte, igualmente originado das camadas populares, apresenta nos laços familiares, mesmo que distantes, a sua ligação com a lavoura canavieira, adotando, espontaneamente, ou sendo orientados, personagens do maracatu rural como fonte inspiradora dos seus trabalhos, no caso de Nazaré da Mata; ou mantendo alguma aproximação com o setor agrícola, mesmo que indiretamente, por meio da utilização da banana e seus derivados como matéria-prima, no caso da realidade de Vicência.

De acordo com BARROS (1998, p.07) “ao se difundir pela superfície da Terra, a função turística instalou novos equipamentos, criou ou alterou assentamentos naquelas áreas pelas quais se interessou, remodelou relações entre esses assentamentos e o meio ambiente”.

Assim, velhos lugares receberam nova função ou novos centros surgiram a partir do turismo. Daí o autor afirmar que “muitas paisagens passaram a receber novas representações visando torná-las um bom produto turístico” (ibidem).

¹⁰ De acordo com CORIOLANO e SILVA (2005), roteiro turístico pode ser compreendido como “interligações de núcleos turísticos possibilitando o acesso e a exploração de forma integrada”(p.114)

O produto turístico pode ser definido como a reunião de bens e serviços que estão disponíveis no mercado e, quando conjugados com a oferta, vêm dar suporte aos lugares considerados de interesse turístico no intuito de atender às necessidades básicas e de conforto dos turistas.

A oferta turística é constituída pelos recursos naturais, geomorfológicos e biogeográficos (clima, paisagem, florestas, ilhas, praias etc.), culturais (folclore, zonas arqueológicas, centros de convenções, artesanato, museus, etc.) e artificiais (complexos de entretenimento como parques temáticos).

Requer toda infra-estrutura básica e turística de apoio e suporte às atividades como saneamento, eletrificação, iluminação, sinalização, hotéis, restaurantes, agências de viagem, rodoviárias, aeroportos, etc. De acordo com BENI (1998, p.36), cerca de 52 segmentos da economia podem ser impulsionados pelo setor em decorrência da renda gerada, graças aos gastos dos turistas, desde a sua opção pela realização de uma viagem.

O Estado espera que o turismo gere superávit no balanço de pagamentos, e as empresas do setor apenas dimensionam a prestação dos seus serviços, quando norteadas pela lucratividade que dele pode advir.

Esse viés capitalista, considera a necessidade no mundo contemporâneo de se repensar a diversidade de lugares, mas não aprofunda as discussões em torno das suas singularidades, portanto atribui menos importância à complexidade da atividade turística; e a cultura merece lugar de destaque nas discussões a serem travadas, especialmente quando se trata do seu consumo pelo turismo. Importa compreender que, a diversificação da oferta cultural local, necessita ser reavaliada, nos caminhos que têm sido propostos, na área objeto da pesquisa. YAZIGI (2003, p. 24) faz uma reflexão bastante lúcida sobre este aspecto, embora ainda não seja este o caso dos maracatus, quando diz: “Tradições e costumes também se renovam, mas quando ao invés de passarem pelo cotidiano e pela organização do trabalho locais, cedem na vertente do consumismo ou do espetáculo gratuitamente, aí então cometem suicídio”.

O turismo pode significar foco de grandes problemas quando não ocorre de maneira planejada, e o planejamento deve ser entendido como um processo contínuo, por isso, constantemente avaliado. Nesse processo, está prevista a

produção dos espaços turísticos, alterações promovidas nos lugares a partir de um instante do tempo que se materializa no espaço, aqui conduzido pelo elemento impulsionador da vez, o turismo.

Lugares onde a miséria predomina, como na Mata Norte, em que a degradação da paisagem especialmente nas pontas de rua, proliferadas em torno do distrito sede dos municípios selecionados, reflete a condição de degradação completa do conjunto da população em seu cotidiano, a atração de turistas soa como um paradoxo uma vez que a paisagem funciona como elemento repugnante e distanciador.

Um planejamento turístico que se faz distanciado da atuação conjunta com as demais secretarias municipais e apresentando pouca eficiência na atuação conjunta, junto às esferas de poder estadual e federal, e que desconsidera os elementos de aniquilamento da condição de cidadão nessa região, aceitando tacitamente a convivência entre dois pólos tão distintos e o impedimento de ascensão social dos moradores, certamente está fadado à predominância e arrefecimento principalmente dos impactos sociais negativos do turismo.

É preciso que essa atividade funcione não apenas como instrumento catalisador das oportunidades de emprego e de renda para os municípios nela enquadrados, mas que, antes de tudo, essas perspectivas de ascensão econômica sejam reais, efetivas e duradouras e que estejam acompanhadas da ascensão social que, espera-se, seja uma realidade a partir dos projetos turísticos previstos.

Implicações na Expansão da Função Turística

3.1 – As Contribuições da Rota Engenhos e Maracatus na Ressignificação Espacial da Mata Norte

Descortina-se para o Estado de Pernambuco um grande desafio em torno da estruturação do espaço da Mata Norte para o aproveitamento turístico. Como exposto em capítulos anteriores, as dificuldades presentes na região denotam o estágio de atraso econômico e degradação social na qual foi lançada a maior parte da sua população.

Há aproximadamente quatro anos, o governo do estado instituiu um órgão específico responsável pela execução das ações planejadas pelas demais secretarias de governo na Zona da Mata, o Promata. As suas ações estão voltadas à dotação de infra-estrutura na região, diversificação econômica e melhoria da qualidade de vida do conjunto da população, embora as intervenções ainda sejam pontuais e bastante lentas. Para isto, realizou o Plano de Investimento Municipal (PIM), originado do diagnóstico feito em cada município da região e onde foi possível identificar as potencialidades para neles se trabalhar, entre outras atividades, o turismo.

Em sintonia com o Plano Nacional de Turismo (PNT), elaborado pelo extinto Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), na gestão anterior do governo federal, Pernambuco procurou seguir as diretrizes relativas à interiorização do turismo. Na atual gestão do executivo federal, desta vez sob o comando do recém-criado Ministério do Turismo houve uma reestruturação dessas diretrizes culminando com o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) sob a responsabilidade, no caso de Pernambuco, da Empresa Pernambucana de Turismo (Empetur), onde encontra-se a câmara temática da regionalização.

A Empetur realizou algumas oficinas de sensibilização nas cidades contempladas, em seguida, oficina de mobilização com prefeitos e secretários

municipais dos municípios integrados à Rota, outra oficina junto para os empresários do setor voltada à participação no Salão de Turismo, realizou oficina para elaboração do plano de ação para a atuação das Instituições de Ensino Superior e para capacitação na atualização do Inventário turístico, reunião para a definição dos roteiros, entre outras.

É nesse órgão que as ações são planejadas e cabe ao Promata estruturá-las e executá-las. Assim, para a concretização do Programa de Regionalização do Turismo deu origem à Rota Engenhos e Maracatus, a partir da proposta de roteirização, cujas ações para a sua implantação foram direcionadas para 20 (vinte) municípios da Zona da Mata Norte, agrupados de acordo com a metodologia de trabalho da instituição, em territórios compostos por quatro ou cinco municípios, sendo que Nazaré da Mata e Vicência, inserem-se no território piloto:

- Território Piloto – Aliança, Buenos Aires, Nazaré da Mata, Tracunhaém e Vicência;
- Território 01 – Camutanga, Ferreiros, Macaparana e Timbaúba;
- Território 02 – Condado, Goiana, Itambé e Itaquitinga;
- Território 03 – Carpina, Lagoa do Carro, Lagoa do Itaenga e Paudalho;
- Território 04 – Chã de Alegria, Glória do Goitá, Pombos e Vitória de Santo Antão.

Os recursos para implantação do programa são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que responde por 60% do total dos investimentos, enquanto que os outros 40% são a contrapartida do estado. A rota envolve vinte e dois municípios pertencentes às Microrregiões da Zona da Mata Norte e de Vitória de Santo Antão, tendo o Recife como cidade de origem dos fluxos, sendo que este projeto consiste na estruturação de produtos turísticos com o propósito de integrá-los ao leque de ofertas necessário à elaboração dos roteiros ecológico, histórico-cultural e religioso, bem como dos roteiros temáticos e aqueles voltados para portadores de deficiência.

Com relação ao roteiro histórico-cultural, pretende-se fazer das manifestações culturais uma grande indutora do fluxo turístico procedente dos estados próximos como Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Nessa tipologia estão

envolvidos: a gastronomia, o artesanato, a musicalidade, os grupos folclóricos, a arquitetura civil e religiosa, entre outros elementos culturais da região (SANDRA MIRANDA, 2004).

O roteiro religioso, embora seja um traço da cultura de um povo, está estruturado à parte devido a sua peculiaridade. Por isso, está voltado para o aproveitamento da religiosidade no intuito de “promover a utilização dos espaços como conventos, mosteiros, igrejas, santuários e casa de ex-votos. Além disso, deve-se aproveitar a riqueza dos centros de peregrinação, de romaria e de seus ícones” (idem, p. 7).

Em se tratando do roteiro ecológico, pretende-se trabalhar o “enorme potencial” da Zona da Mata, encontrado na cultura da cana-de-açúcar, da Mata Atlântica e das praias, já que alguns municípios da região também têm costa litorânea. O roteiro é constituído por “‘Unidades de Paisagem’ incluindo reservas particulares, resquícios de mata atlântica, áreas litorâneas” (idem, p.8).

O sucesso da Rota Engenhos e Maracatus, nas palavras da mesma consultoria, depende “da pesquisa de demanda turística e dos projetos de comunicação, de *marketing* e de comercialização dos roteiros elaborados”. Nota-se pelo teor da explicação, o enfoque nitidamente econômico em detrimento da potencialização das capacidades dos moradores.

O turismo tem a propriedade de organizar o espaço e assim promover transformações próprias à atividade por demandar estruturas urbanas e regionais que expõem, em níveis espaciais, o modo de reprodução daquela sociedade.

A mobilidade é subjacente ao fenômeno turístico uma vez que o turista precisar efetuar o deslocamento com o propósito de realizar o ato de consumo no lugar turístico. Aliado a este fator, a atividade adquire características ainda mais singulares ao ser interpretada sob o enfoque das feições territoriais que assume.

Os estudos de CHRISTALLER (1955) apud SILVA (2003) relativos à perspectiva locacional do turismo são uma contribuição fundamental para a compreensão da atividade sob o enfoque geográfico. Ressalta a relação existente com as periferias de áreas densamente urbanizadas, periferias que adquirem ainda mais relevo haja vista tratarem-se de cidades, normalmente, dotadas de elementos valorizados pela geografia, como “atrações do clima e paisagem, possibilidades para a prática de

esportes, fontes com qualidades terapêuticas, tesouros artísticos e antiguidades, perspectivas históricas e culturais, especialidades econômicas e peculiaridades” (p.21). Ao mesmo tempo, as localidades tidas como de periferia podem assumir distintos significados devido à distância ou à sua situação econômica tornando-se lugares esquecidos, estagnados ou deprimidos, sendo este último, o caso da região enfocada.

Para efeito de análise constitutiva da Rota Engenhos & Maracatus, considerando os municípios de interesse, serão enfocados apenas aqueles que mantêm uma relação de contigüidade, ou seja, Aliança, Buenos Aires, Nazaré da Mata, Tracunhaém e Vicência, Carpina, Lagoa do Carro, Lagoa do Itaenga e Paudalho.

Esses roteiros foram definidos considerando o excursionismo – roteiros de apenas 1 dia; roteiros de 3 dias e 2 noites; roteiros de 8 dias e 7 noites; roteiros temáticos e roteiros para portadores de deficiência.

Vale salientar que a execução de todos os roteiros dos territórios selecionados para o presente estudo, utiliza a BR-408 como principal via de acesso/retorno à/da região. A centralidade da rodovia; a baixa diversificação produtiva - com poucas indústrias instaladas, número reduzido de produtores rurais e incipiente fluxo turístico; e os escassos investimentos na abertura de mais vias de acesso, fazem dessa estrada também uma rota recreativa em expansão. As vias estaduais, conhecidas por PEs, são responsáveis pela ligação das cidades não localizadas às margens da BR, com esta artéria da região.

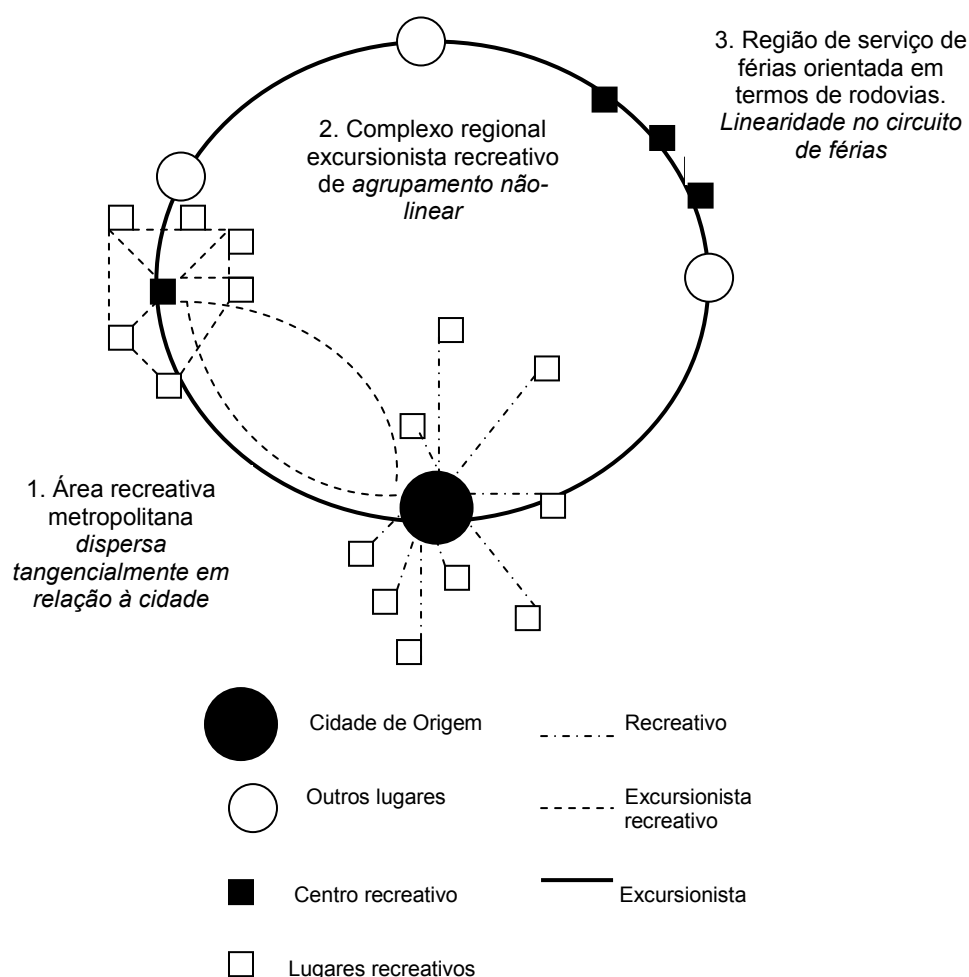
Começa a se produzir o espaço turístico a partir da disposição de formas estritamente ligadas à nova função, que toma corpo no território sob análise, ou que também vêm dar suporte à estruturação dos roteiros.

Assim são observadas algumas variáveis nesses roteiros elaborados para a Rota Engenhos e Maracatus, que fornecem subsídios para a sua análise à luz do modelo espacial de deslocamento idealizado por CAMPBELL em 1967 (PEARCE, 2003).

Nesse modelo, atribui-se maior ênfase aos fatores “percurso” e “estada” em uma viagem, conforme mostra a figura 10. Enfocam-se diferentes padrões de movimento, sempre para fora dos centros urbanos onde a noção de excursão está

fortemente presente, pois estimula a visitação em diversos lugares durante o percurso ao invés de restringir a viagem apenas ao local de destino. Esta é exatamente a proposta da Rota, promover o deslocamento dos visitantes pelos municípios envolvidos estimulando a interação entre moradores e turistas, enfocando principalmente a geração de emprego e renda na região.

Figura 10 - Modelo de Campbell de viagem recreativa e excursionista



Fonte: Adaptada de Campbell (1967) apud PERACE (2003)

Nesse modelo, CAMPBELL procurou enfatizar a existência de três grupos distintos. O primeiro deles é o “recreativo”, onde a atividade recreativa em si é a essência da viagem. Neste grupo, a viagem tende a gravitar em torno da cidade de

origem, em direção aos lugares recreativos. Do ponto de vista da sua posição geográfica, os roteiros propostos pela Rota não ultrapassam os 100 km de distância em linha reta em relação a Recife, o que é uma vantagem comparativa, especialmente, quando se tem em boas condições o asfalto das estradas, tornando-se um fator positivo na redução do tempo do deslocamento, quando se compara com as precárias condições de algumas estradas ao se percorrer Pernambuco no sentido Leste-Oeste.

O grupo recreativo normalmente enquadra-se nos roteiros de 1 dia que contemplam uma média de 3 a 5 cidades. Em se tratando dos roteiros temáticos, perfeitamente percorríveis em 1 dia, os mais relevantes para os municípios em questão seriam: o roteiro dos maracatus, que inclui apenas os grupos de Nazaré da Mata com a conseqüente permanência apenas neste município; o roteiro de artesanato e trabalhos manuais que contempla tanto Nazaré da Mata, com a produção artesanal de caboclos de lança, quanto Vicência, cujas visitas estão previstas no Mercado Regional de Arte e na casa do artesão, conforme definição na Rota; o roteiro da cultura da cana-de-açúcar, que engloba os engenhos situados nestes municípios e seus aspectos culturais, naturais e econômicos; e os roteiros voltados para portadores de deficiência, auditiva, visual e também alguns equipamentos estruturados para pessoas com deficiência física presentes nos dois municípios analisados; enfim, são roteiros que atribuem a esses espaços a funcionalidade de lugares recreativos mais semelhantes à proposta do modelo de CAMPBELL.

O grupo “excursionista” realiza o deslocamento, considerando o percurso a principal atividade da viagem, trajeto no qual é possível efetuar “diversas paradas durante os passeios circulares para fora da cidade” (Pearce, 2003, p. 31). Esse perfil está voltado principalmente para a viagem do tipo “de férias”, orientando-se em termos de rodovias e seguindo uma trajetória de linearidade no seu circuito de paradas. Na Rota Engenhos & Maracatus, ajusta-se melhor aos roteiros propostos para 8 dias e 7 noites que incluem paradas em outros lugares na região, estando privilegiados aqueles municípios, centros e lugares recreativos dispostos ao longo da BR 408, seguido daqueles ligados à rodovia pelas PEs, mas não desprezando os deslocamentos realizados pelas estradas vicinais.

Esse grupo é o que mais dinamiza a economia dos municípios envolvidos, evitando a polarização de alguns espaços e distribuindo com mais igualdade os recursos financeiros ao longo da viagem.

Os equipamentos turísticos dispostos ao longo da BR 408, a que possui a melhor estrutura, são bares e restaurantes, meios de hospedagem e espaços culturais ainda em pequena quantidade, embora adequados ao baixo fluxo de turistas que se dirigem à região motivados pela Rota. Entretanto, é importante ressaltar que são equipamentos que atendem, principalmente, a turistas de negócios, moradores e população do entorno.

Por outro lado, ao longo do percurso via BR 408, alguns problemas são percebidos e dificultam o sucesso no desempenho da atividade: inevitavelmente, depara-se com a inexistência de sinalização em muitos trechos, ou, depredação daquelas eventualmente instaladas, que normalmente destacam apenas alguns equipamentos incluídos na Rota; ausência de postos de informações ao longo do trajeto; inexistência de acostamento em diversos trechos das estradas; descuido com relação à necessidade da ambientação relativa aos atrativos sobressalentes em cada município; iluminação insuficiente ao longo das estradas.

Finalmente, o grupo “excursionista recreativo”, caracteriza-se por realizar viagens curtas a partir de uma base regional. Neste grupo é possível haver a combinação de elementos característicos dos grupos anteriores. É perfeitamente possível deslocar-se de uma cidade como Recife, em direção a centros recreativos a exemplo de cidades como Nazaré da Mata e Vicência, que se comportam como uma base regional a partir da qual lugares recreativos podem ser alcançados. Por se tratar de um agrupamento não-linear, favorece o retorno a lugares que mais interesse despertaram ainda na mesma viagem ou, quiçá, em outro momento, já que os deslocamentos efetuados normalmente não atingem grandes distâncias. Encaixam-se melhor os roteiros de 3 dias e 2 noites previstos na Rota Engenhos e Maracatus, que tem sido divulgada país afora.

Ações de *marketing* estão sendo implementadas a partir da participação do Promata como a introdução de imagens gigantes dos engenhos no desembarque do aeroporto e as feiras de turismo de âmbito regional e nacional, desde o ano de 2005, no intuito de fomentar o fluxo de turistas provenientes do Sudeste e do Sul do país, possivelmente a partir da preferência que estes têm em desfrutar do seu período de

férias nas praias do Nordeste. Por outro lado, ao mesmo tempo em que Recife é área geradora, comporta-se como destino de parte dos turistas ou até mesmo, como uma base regional para aqueles que têm como destino as praias do litoral sul de Pernambuco. Nessa situação, expõe a sua condição de destino metropolitano de tráfego recíproco, principal portão de embarque de turistas de outros estados e países em Pernambuco, local de concentração dos maiores investimentos em infraestrutura turística, mas, ao mesmo tempo, notadamente dispersora.

Ao se considerar a dispersão do fluxo e o tradicional enfoque das ações promocionais na região litorânea do Estado, é de se esperar uma relação de competitividade entre o *trade* turístico da capital e o *trade* da Rota na disputa pela ampliação do tempo de estada dos turistas, considerando o perfil empresarial das regiões mencionadas, embora a Rota tenha sido planejada no intuito de estimular atitudes parceiras em torno do fortalecimento da cadeia do turismo no Estado.

Recife, enquanto destino nodal, acaba por exercer influência sobre os demais municípios da Zona da Mata especialmente no tocante às possibilidades de deslocamento. A maneira como foi concebida a Rota favorece o tráfego basicamente através de carros particulares ou excursões em grupo. Trata-se de uma afirmação baseada nos depoimentos dos empresários do setor hoteleiro, que descrevem o perfil de turistas do seu interesse, como aqueles pertencentes às classes média e média alta, por isso, dificilmente chegariam utilizando transporte público. As diretorias de turismo dos municípios se preocupam com a chegada espontânea dos turistas sem agendamento prévio, o que dificulta a atuação do receptivo e reconhecem que esses turistas acabam sentindo-se perdidos.

Entretanto, existe uma demanda ligada às manifestações artísticas e culturais, especialmente quando há eventos nestas cidades, compostas majoritariamente por habitantes da Região Metropolitana do Recife, e também de turistas “mochileiros”, sendo muitos deles originados de países europeus. Este público utiliza-se com frequência do transporte público e encontra dificuldades.

Os ônibus com destino às cidades da Zona da Mata Norte, especialmente Nazaré da Mata e Vicência, saem do Terminal Integrado de Passageiros e também do terminal de ônibus da Av. Dantas Barreto, no centro da cidade e nos horários apresentados no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Horário de Partida dos Ônibus.

RECIFE – NAZARÉ DA MATA		RECIFE – VICÊNCIA
06hs	13:50hs	06:20hs (via Buenos Aires)
06:50hs	14:40hs	07:30hs
08:50hs	15:10hs	09:30hs
09:30hs	15:40hs	11:30hs
09:50hs	15:50hs	15:20hs (via Buenos Aires)
10:10hs	16:50hs	17:45hs
12:00hs	17:00hs	
12:10hs	18:15hs	
13:00hs	18:40hs	

Fonte: Viação 1002

Apesar da boa frequência de ônibus para esses destinos, é uma viagem demorada, cansativa, em ônibus desconfortáveis, e que pode levar até três horas para se percorrer 87km devido às paradas realizadas em cidades da região ao longo do percurso. Partindo destes municípios, as linhas existentes são apenas aquelas que interligam poucos municípios da região entre si e estes municípios à capital Recife.

Não existe nenhuma linha de ônibus que interligue capitais próximas, como João Pessoa, a qualquer cidade da Zona da Mata, à exceção de Goiana na divisa com o Estado da Paraíba mas que, a partir dela, constitui-se enorme dificuldade para se chegar, por exemplo, à Vicência cuja rodoviária apenas recebe ônibus provenientes de duas cidades: Recife e São Vicente FÉRRER, esta última também na Zona da Mata, ambas realizando intermináveis paradas até chegar ao destino final e, conseqüentemente, inibindo o fluxo de turistas que pensem num eventual retorno à região ou até propagando negativamente a imagem do destino.

Considerando-se a existência de inúmeros meios de transporte alternativos, a prática de deslocamento e fretamento de automóveis entre municípios e povoados vizinhos, na região, e o elevado índice de desemprego; os trabalhadores, os órgãos municipais competentes relativos ao turismo e aos transportes e o Departamento de

Trânsito de Pernambuco (Detran), firmarem uma parceria no intuito de regularizar, vistoriar, credenciar e tornar estes motoristas aptos a transportarem não apenas os moradores como também os turistas em segurança e confortavelmente.

Seria o caso também de fortalecer a categoria, extremamente competitiva, e de familiarizá-la com os roteiros propostos com vistas ao estímulo à criação de linhas alternativas de deslocamento, que ligassem as cidades de origem a outros lugares e a centros e lugares recreativos, negociando-se valores acessíveis também aos moradores e garantir que esses preços sejam devidamente fixos e praticados.

Assim, ao procurar compreender a Rota Engenhos e Maracatus, sob a perspectiva dos modelos de cunho geográfico, a intenção era observar principalmente a orientação do fluxo de acordo com os equipamentos existentes e relacionados no projeto. A Rota está acontecendo há aproximadamente dois anos, apesar de não ter sido oficialmente lançada pelo Governo do Estado, em virtude, segundo o Promata, da não conclusão de um projeto que está em andamento e é fundamental para agregar valor ao empreendimento: a sinalização turística dos equipamentos e municípios a ele integrados. Assim, por ser muito recente, é impossível realizar uma análise acerca do estágio onde se encontra a região considerando o ciclo de vida do produto turístico.

3.2 A Rota no Contexto do Desenvolvimento Local

No Brasil, apesar dos recentes e freqüentes relatórios apontando a melhoria no desempenho da economia nacional, vive-se uma realidade dura, com poucos ganhos significativos para a maior parte da população e sinais permanentes de crise refletindo-se nos precários ganhos com investimentos no setor social, que mais funcionam como ações paliativas a reestruturadoras.

Nesse sentido, cabe considerar as diferenças embutidas no conceito de desenvolvimento, responsável por intensas discussões no âmbito conceitual. Por um lado, o desenvolvimento seria consequência direta do crescimento econômico, normalmente medido por indicadores do PIB, e da modernização tecnológica. Constatou-se, ao longo dos anos, ser este um processo violento e esmagador do bem estar da maioria das pessoas uma vez que se apóia na acumulação de riqueza para poucos.

O segundo, mais aceito e em sintonia com o Relatório BRUNDTLAND “Nosso Futuro Comum” (1988, p.46) diz ser, “satisfazer as necessidades e as aspirações humanas, o principal objetivo do desenvolvimento”. DOWBOR (1996) apud MAMBERTI & BRAGA (2004) defende a necessidade de deslocar o foco exclusivamente da variável econômica e centrar o processo de desenvolvimento no aspecto social, tendo, o ser humano, como ponto central cujo somatório dos esforços individuais deverá contemplar os interesses coletivos e da maioria, não da minoria como tem ocorrido.

Mas o desenvolvimento deve postular as interações benéficas entre o homem e o meio ambiente, tendo em vista “a superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima” (SOUSA, 1997, p.18). Em busca do alcance desse objetivo, na década de 80 surgiu a noção de desenvolvimento local como uma tentativa de minimizar os aspectos negativos do modelo de desenvolvimento vigente, orientado “de cima para baixo”.

Na base desse modelo estão as “sinergias locais”. Sua essência está na consideração das especificidades do território e no enraizamento dos atores como forma de viabilizar a realização de projetos úteis para o local (ACSELRAD, 2002, p.40).

Assim, cada vez mais essa escala espacial assume um papel de destaque por aparecer ora como *locus* de uma política alternativa de resistência, ora como espaço que assimilará a diretriz econômica dominante (idem, p.33). Nessas situações, a opção por uma alternativa interpretativa ou outra, reside exatamente na possibilidade de dispor ou não de um “espaço simbiótico” onde, acima de tudo, prevaleça a articulação entre a sociedade civil, a classe empresarial e o poder público, como indispensável para se pensar o protagonismo das cidades no contexto do desenvolvimento local.

Contudo, é fundamental reconhecer que no caso do turismo, as articulações entre as esferas global-local estão impreterivelmente implicadas devido aos requisitos necessários à sua operacionalização: fluxos de pessoas, investimentos e informações.

Observa-se a existência de um paradoxo no discurso do desenvolvimento local, quando este pressupõe o envolvimento das esferas políticas, particularmente habituadas à adoção de “soluções” práticas, adequadas aos objetivos do rápido crescimento econômico, e normalmente dissociadas dos interesses do conjunto da população.

A associação entre a classe empresarial e a classe política no processo de tomada de decisão, ressaltando o caráter elitista da aliança, está orientada para a concentração de esforços capazes de reposicionar esses municípios na competitiva hierarquia entre as cidades. Com este propósito, busca-se a atração de investimentos e melhor desempenho econômico.

Algumas categorias merecem ser destacadas para efeito de investigação do tipo de desenvolvimento presente nos municípios sob análise e também as possibilidades de inclusão dos artesãos e maracatuzeiros pelo turismo: autonomia dos atores locais, que compreende o exercício da democracia; integração social do conjunto amplo das populações; educação; e as possibilidades dignas de emprego.

Com relação à autonomia dos atores locais, é fundamental reconhecer a necessidade da mudança de “mentalidade” aonde prevaleçam entre outros aspectos o pragmatismo e as vantagens do consenso, apostando no estímulo a novas formas de solidariedade não necessariamente conduzidas pelo Estado, o que não significa a sua exclusão por completo desse processo (ACSELRAD, 2002, p.40).

É exatamente o que ocorre na Zona da Mata de Pernambuco, estigmatizada pela monocultura canavieira e pelo paternalismo nas escalas municipal, estadual e federal. Nesta última escala, a ajuda manifesta-se em favor da classe empresarial canavieira através do tímido empenho com que se tem efetivado a reforma agrária e o assentamento das famílias rurais, bem como a não cobrança das dívidas milionárias que donos de engenhos, usinas e fornecedores de cana têm com as instituições financeiras da União.

Em nível estadual, pelo consentimento da ampliação dos latifúndios das usinas de açúcar, pela pouca seriedade com a qual vem sendo tratada a questão da sazonalidade e a precariedade dos empregos e pela lenta diversificação produtiva da região. Por fim, no âmbito municipal tem-se a situação de opressão na qual está submetida particularmente a massa de trabalhadores rurais dos canaviais e a visível inação da gestão pública em seu favor.

Atuações do poder público como as acima descritas dificultam a participação democrática da maior parte da população, entendida a democracia como a capacidade do indivíduo de exercer a sua cidadania, estando consciente das vantagens coletivas da sua participação. Outro fator agravante está relacionado ao cerceamento do comportamento imposto à maior parte da população pela tradicional rigidez da estratificação social.

São posicionamentos que repercutem negativamente no propósito de desenvolvimento local pretendido, uma vez que a maior parte da população não é atendida em muitas das suas reivindicações, ou, sequer, tem oportunidade de se mobilizar ou ser mobilizada neste sentido. Ao contrário, a prática existente em Nazaré da Mata e Vicência é a do nepotismo e a da nomeação de pessoas por vezes inexperientes, incapacitadas e desinformadas para cargos de confiança.

São municípios de baixa circulação de dinheiro, dependentes em sua maioria do pagamento dos benefícios pelas prefeituras. Em Nazaré da Mata, alguns comerciantes do setor gastronômico reclamam da redução do consumo dos moradores em decorrência da tomada de empréstimos com desconto em folha, o que agrava ainda mais a circulação de dinheiro na cidade.

Fatores outros como a existência de uma faculdade no município e a impossibilidade de terem seus filhos em condições de competirem, com chances

reais de sucesso, pelas vagas, devido à deficiência na qualidade do ensino local, configuram-se, para parte dos entrevistados em Nazaré da Mata, entre donos de bares e restaurantes e um proprietário de hotel, como motivo de descontentamento com a escassez de oportunidades oferecidas pelo município.

O pouco dinamismo econômico, a insuficiente assistência médica, a baixa renda dos moradores e a preponderante falta de articulação entre os atores públicos, privados e os moradores, são fatos que reforçam a falta de perspectiva de melhoria das condições de vida da família e da cidade como um todo, conforme demonstram os seguintes depoimentos:

“A dificuldade é porque a renda daqui é muito pouca (...). que quando o povo recebe não dá nem pra fazer as compras dele, né(...) inventaram esse negócio de empréstimo com desconto em folha né, aí o movimento aqui caiu uns 60%. (...) Já faz não sei quantos anos que voto nele e ainda não vi retorno de nada. E esse ano piorou” (proprietária de restaurante).

“Dificuldade é o comércio, o dia a dia...fraco, rendendo pouco pra o sustento dos filhos, dá educação, essas coisas”(proprietária de bar).

“É que às vezes a gente trabalha e não ganha nem o dinheiro da feira (...)Quando a gente sai ganhando em uma, sai perdendo em três. Aí a gente tem que levar do jeito que Deus quer e consente, né” (produtor rural e maracatuzeiro)

“Não existe nenhuma ligação (com a prefeitura), apoio, programa de nada não. Simplesmente a gente presta serviço quando tem algum evento.” (proprietário de hote)

“Olhe, as piores dificuldades é nós querer e num poder, porque eu quero dá aos meus filho o que eu nunca tive” (cortador de cana e maracatuzeiro)

No caso dos maracatuzeiros, embora estejam sendo estimuladas reuniões periódicas, semanais, às vezes quinzenais, com a Diretoria de Turismo e Cultura de Nazaré da Mata, para se amadurecer o projeto turístico que envolve a categoria, infelizmente o processo tem sido falho, pois conta apenas com a participação de alguns integrantes. 86,2% dos maracatuzeiros entrevistados afirmaram ter participado de alguma reunião sobre o projeto. Isto acontece pela seguinte razão: apenas donos de maracatus e/ou componentes da diretoria estão sendo convocados

a participar, e não estão repassando aos demais integrantes dos maracatus o que está sendo deliberado.

Um dos motivos é o fato de todos se reunirem basicamente quando há apresentações marcadas, e que são pouquíssimas. E mais, em virtude de serem basicamente trabalhadores rurais do município, de cidades ou até estados vizinhos, a dificuldade do encontro favorece o desconhecimento do projeto, conseqüentemente, não opinam e não participam dos encaminhamentos que estão sendo dados.

Sobre o processo participativo dos maracatuzeiros no projeto, diz a diretora¹¹:

“A gente faz um trabalho com eles. A gente apresenta o que tá fazendo, os roteiros turísticos. Agora vai ter essa agenda (cultural, com apresentações de maracatus em determinado fim de semana a cada mês) a gente já apresentou como vai funcionar e eles concordaram(...) Com relação ao cachê deles, eles disseram quanto queriam receber em cada apresentação... quer dizer, é um trabalho que vem sendo desenvolvido em conjunto” (Diretora de Turismo e Cultura de Nazaré da Mata.).

Apesar da compreensão equivocada acerca do processo participativo dos maracatuzeiros na Rota Engenhos e Maracatus, a diretora de turismo é uma pessoa bem esclarecida, ativa e empenhada, reconhece a importância da participação de todos os atores interessados, notadamente o papel dos maracatus para o turismo e tem se aproximado deles com muita frequência.

Tem procurado dialogar, mas a sua agilidade e intenções por vezes são limitadas pela Secretária de Turismo do município, desaprovada por grande parte dos entrevistados no seu desempenho à frente da pasta de tamanha responsabilidade, difícil de ser encontrada em seu gabinete e afeita aos carnavais fora de época que coincidem em data, horário e local, com o Encontro de Maracatus como ocorreu em novembro de 2005.

Com os artesãos a situação é um pouco pior. A Diretoria reconhece a existência de duas associações, cujos representantes têm dificuldades em manter um bom relacionamento; equivocadamente toma partido de uma delas, de um artesão em especial; e faz seleção dos objetos a “terem o direito” de serem expostos

¹¹ Entrevista concedida pela Diretora de Trismo e Cultura de Vicência. Vicência, 2006

no Espaço Cultural do município, sede da Secretaria e Diretoria de Turismo, com a ressalva de que os objetos devem estar, necessariamente, associados a motivos de maracatus. Nesse sentido, a compreensão da importância do conceito de participação é ainda muito limitada e equivocada principalmente por parte dos gestores do turismo em Nazaré da Mata.

Ainda não perceberam que participar significa manifestar a liberdade, que ambos configuram-se como atitudes indissociáveis, até mesmo indispensáveis ao propósito de promoção do desenvolvimento. Para o Prêmio Nobel de Economia, AMARTYA SEN (2000 apud MELLO E SILVA, 2003):

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (p. 23).

Em Vicência a situação não chega a tanto mas é tensa politicamente, inibindo a manifestação de parte da população, especialmente os partidários da antiga gestão. A pouca iniciativa para diversificar a economia da cidade e assim dinamizá-la, esbarra na fragilidade dos laços sociais, pouco coesos intersetorialmente e internamente à mesma categoria profissional. Ademais, reconhece-se a ineficiência dos órgãos competentes no tocante à sua pouca agilidade, que não acompanha o fôlego dos artesãos, esperançosos que ficam, ao fim de cada oficina realizada pelo Sebrae, e assistem a um retorno lento das promessas que vieram acompanhadas junto com as oficinas.

Uma delas são as parcerias que têm sido firmadas entre o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UNB), o Centro de Educação Federal Tecnológica de Pernambuco (CEFET/PE), o Banco do Brasil e a prefeitura de Vicência, para agilizar a disponibilização do local e a compra do maquinário adequado para armazenamento e manuseio da palha da banana, além dos cursos de capacitação em turismo.

A ressalva é feita exatamente na questão da participação dos maiores interessados. Ao se firmar o compromisso na Câmara Municipal, a maioria dos

artesãos não foi convidada, sob pretexto do pouco espaço para acomodar todos, quando existe o Ginásio de Esportes, perfeitamente adequado para a ocasião.

Os artesãos ressentem-se da impossibilidade em prosseguir os estudos; da carência na divulgação do produto, uma vez que, o pouco fortalecimento da categoria e o fato de viverem em uma sociedade paternalista, acabou por reforçar o hábito de sobrecarregar a prefeitura com obrigações outras que não as da sua alçada, e penetrou nas demais camadas sociais, chegando à sua base; à perseguição política; à orientação e capacitação profissional, notadamente nos quesitos *design* do produto e acabamento, são fatores que, como em Nazaré da Mata, acabam por desacreditar a prefeitura e o desenvolvimento do turismo no município.

“A gente tem vontade eu e meu irmão de fazer uma faculdade, outros cursos só que o dinheiro não dá. Só dá pra se manter, o necessário”(artesã.).

“A principal dificuldade é na divulgação do produto. Matéria-prima é fácil, é mais a divulgação”(artesão)

“A mim nenhum(apoio), agora eu acredito que as outras pessoas têm recebido. Porque minha irmã é vereadora da oposição, aí eles cortaram totalmente (o apoio)” (artesã)

“Tem muita gente bacana no interior que tem capacidade, mas num tem suporte, num tem quem leve, num tem quem diga: ‘isso aqui tá errado, isso aqui fica melhor, vou expor em tal lugar...’”(artesã)

Quando se avança para a segunda categoria de análise, que engloba integração social do conjunto amplo das populações, alguns esforços, ainda que tímidos, têm procurado estimular a aproximação entre alguns atores diretamente envolvidos com o turismo, embora atualmente as informações apuradas não sejam animadoras para os municípios enfocados.

Mesmo tendo sido firmada parceria com a Associação de Mulheres de Nazaré da Mata (Amunam), no intuito de finalizar a apresentação visual do Parque dos Lanceiros (figura 11 e figura 12), falta iniciativa para buscar outras parcerias com mais atores não governamentais no intuito de fomentar discussões em torno da

efetiva participação dos interessados no turismo e para agilizar a necessidade de respostas às expectativas que já foram criadas a partir do projeto.

Figura 11 – Lanceiros de Cavani Rosas no Parque dos Lanceiros em Nazaré da Mata



Autora: Daniella Pereira, 2006

Figura 12 – Estado de abandono do Parque dos Lanceiros



Autora: Daniella Pereira, 2006

Nazaré da Mata vive uma situação de desarticulação entre donos de bares e restaurantes, prefeitura, proprietários de engenhos, maracatuzeiros e artesãos. Quando perguntados sobre a existência de parcerias, os resultados foram os seguintes:

- 80% dos entrevistados afirmaram não haver qualquer parceria entre artesãos e a prefeitura, na forma da Secretaria de Turismo;
- Não existe qualquer trabalho conjunto entre artesãos e proprietários de engenhos envolvidos no projeto turístico de acordo com 83,3% do total de entrevistados;
- Em 57,1% dos casos, há parceria entre donos de bares e restaurantes e a prefeitura;
- Entre proprietários de engenhos e a prefeitura, aqueles que responderam positivamente quando perguntados sobre a existência de parceria correspondem ao total de 100%;
- Mantém-se distante a relação entre maracatuzeiros e proprietários de engenhos. Para 81,2% dos entrevistados não existe qualquer trabalho conjunto entre eles;
- E, finalmente, entre os maracatuzeiros e a prefeitura, as respostas afirmativas em torno do trabalho parceiro foi positiva para 100% do total de entrevistados.

A prefeitura consegue manter um excelente patamar de parceria com os proprietários de engenhos e com os maracatuzeiros. O tipo de aproximação que a maioria dos maracatuzeiros entende por parceria é a assistência dada pela prefeitura aos maracatus no período carnavalesco, basicamente na cessão de transporte para levá-los às outras cidades onde também se apresentam e, eventualmente, quando algum evento solicita um maracatu para fazer apresentações bem como auxílio para a refeição dos componentes. O cachê pago pela prefeitura foi um aspecto igualmente lembrado pelos entrevistados que atribuíram a ele até mais importância que o transporte. Segundo eles, são pagos valores que variam entre R\$ 2.800,00 e R\$ 3.300,00 de acordo com o tamanho do maracatu.

Ou seja, o poder público consegue a confiança e o voto dos maracatuzeiros, não apenas pelo gosto do prefeito em ver o maracatu, algo ressaltado por muitos entrevistados, mas por uma benfeitoria pontual e que lhe vale a boa imagem junto a essas pessoas para as próximas eleições, em detrimento de um projeto de fortalecimento e trabalho conjunto com eles, como deveria ser pensado.

Mesmo assim, não tem logrado êxito no sentido de eliminar as barreiras existentes entre categorias, historicamente, tão distantes e distintas. A ironia está exatamente no título do projeto: Rota Engenhos e Maracatus. Mantém-se no imaginário dessas classes sociais, mas pela via da cultura, já que o projeto está pautado principalmente no aproveitamento das potencialidades histórico-culturais da região, as ainda presentes relações de hegemonia e subserviência, embora os subservientes, no caso os maracatuzeiros, não percebam claramente. Afirmção esta que pode ser confirmada a partir dos seguintes depoimentos de alguns maracatuzeiros e donos de engenhos:

“Eu entrei em contato essa semana, com aquele menino é... do engenho Cueirinha...ele falou que ia arrumar apresentação pro maracatu pra ser lá né, pro turista lá”(maracatuzeiro).

“Tem senhor de engenho que dá o melhor apoio pra gente, porque a gente foi criado bendizer em engenho, que agora a terra aqui tudo era engenho né e agora o dono do Cumbe tá dando o maior apoio à cultura brasileira” (maracatuzeiro).

“A gente já foi! Páscoa, entendeu, já fomo na Páscoa, no pesque-pague famoso(engenho Santa Fé). Outros engenho aí fomo. Hoje em dia num tem mais, parou né, porque eles num tão chamando mais. A gente só vai quando eles chama né?”(maracatuzeiro)

“Tudo bem, eu só até presidente de honra de um, o Leão Formoso. Eu me dou muito bem com o pessoal por aqui, agora eu tenho o problema de falar a verdade, quer dizer, de criticar, de responder, essas coisas todas, então....” (proprietário de engenho).

“Muito boa, todo o carnaval nós recebemos um maracatu completo aqui no hotel. Uns 70, 80 integrantes. Eles vêm aqui, pagamos a eles, eles fazem umas evoluções de 1 hora mais ou menos, ou hora e meia. Fazem algumas evoluções, e além do pagamento, oferecemos o lanche e a famosa batidinha de maracujá(...) Quando é um hóspede mais curioso, a gente vai até a casa do mestre, ele vê o rapaz bordando as golas, que são só os homens que fazem”(proprietária de engenho).

Os aspectos que se refletem em expressões do tipo “arrumar apresentação”, “dá o melhor apoio”, “a gente só vai quando eles chama”; refletem a continuidade da situação de dependência dos maracatuzeiros com relação aos donos de engenhos, confirmando a não extinção de alguns hábitos eficientemente arraigados e limitadores do exercício da liberdade, da tomada de decisões e da iniciativa.

No caso dos engenhos, ainda que com as melhores das intenções, está implícito claramente o sentido paternalista que vem sendo mantido na forma como está sendo conduzida a atividade turística, onde se mantém a figura do ‘pai’ simbólico¹² atribuída ao dono do engenho, e dos ‘filhos’ simbólicos aos trabalhadores rurais e maracatuzeiros. Um deles em especial tem a iniciativa de levar alguns turistas “mais curiosos” para as sedes dos maracatus, o que já é uma atitude que se espera ver repetida sempre.

Em pior situação está o relacionamento entre os artesãos e os proprietários de engenhos. No Engenho Cueirinha se tem a impressão de realmente estar-se na “Terra do Maracatu”, uma vez que os objetos de decoração, também apreciados pelos proprietários, muito simpáticos e receptivos, são deixados em consignação, embora haja “hóspede que encomenda uma gola e a gente manda fazer, roupinhas pras crianças...”¹³. É exatamente o contrário do visualizado no Engenho Santa Fé que não dispõe de nenhum objeto que traga a mais leve lembrança desse fato, a não ser o museu de Cavani Rosas, artista plástico, responsável pela criação dos caboclos gigantes que enfeitam o Parque dos Lanceiros na entrada da cidade.

Os bares e restaurantes e a prefeitura mantêm uma relação menos conflitante porque esta “ajuda o comércio aqui sempre comprando a gente”¹⁴, ou porque oferece cursos em parceria com a associação comercial, o Sebrae, entre outros.

Em Vicência, a relação entre donos de engenhos, prefeitura e artesãos também está pautada na desarticulação:

¹² De acordo com ABRAMOVAY (1992), o grande proprietário apenas se mantém na condição de grande, graças à responsabilidade que adquire junto à comunidade onde ele se faz grande e respeitado, ou seja, ao atendimento das perspectivas desta comunidade e vice-versa. Esta é a Lógica da Dádiva.

¹³ Informações fornecidas em entrevista realizada em abril de 2006

¹⁴ Informações fornecidas em entrevista realizada em abril de 2006

- 83,3% do total de artesãos entrevistados afirmou haver parceria entre eles e a prefeitura;
- 75% consideram haver algum tipo de trabalho conjunto dos proprietários de engenhos com a prefeitura;
- E 89,5% dizem não haver qualquer parceria entre proprietários de engenhos e artesãos.

No município está instalado o Mercado Regional de Artes e a ARTVI - Associação dos Artesãos de Vicência, no local onde era o Mercado Público, inicialmente projetado, pela Rota Engenhos e Maracatus, para ser um local exclusivamente dos/para os artesãos, onde artistas dos cinco municípios selecionados exporiam seus objetos. Atualmente, três municípios abandonaram o espaço uma vez que o compromisso antes firmado, de cada um dos municípios contribuir com um salário mínimo para a manutenção do prédio e dos funcionários, acabou sendo abandonado, onerando a prefeitura de Vicência que decidiu instalar a Secretaria de Turismo do município no local, assumindo definitivamente as despesas e limitando a liberdade de ação dos artesãos.

A concepção de parceria, apontada por 83,3% dos artesãos, é compreendida basicamente pela manutenção do Mercado Regional de Arte e pelas oficinas que eventualmente ocorrem. Ou seja, assim como em Nazaré da Mata, é a política do dar que continua a imperar e envolver esses artistas da cultura da região tendo, esta conotação, o significado de parceria para eles, como mostram seus depoimentos:

“Agora mesmo tá apoiando muito, trazendo esses cursos do Sebrae pra capacitar mais, qualidade, acabamento, tá ajudando muito” (artesão)

“Tem dado o local né e os funcionário que fica lá pra vender. Quer dizer, eu acho que só falta mesmo, surgir o curso (...). A gente tem falha que pode até ser do próprio artesão que não tá mais dado as mãos, de tá junto, tem a falha de tá distante. Mas meus colega artesão vende. E vende até direitinho. Eu acho que depois desse trabalho com a palha vai unir mais as pessoa. Eu tô esperando isso” (artesã)

“No meu ponto de vista eles dão o apoio possível que eles possam dar. Na divulgação, no evento que tem no Recife, como na Fenneart que vai ter, dão o carro e condições... assim...dão comida, esses negócios”(artesão).

“Desde que nós estamos aqui com os artesãos apoiando e fomentando o turismo de Vicência, o prefeito José Rufino, ele tem dado o caminhão dele, pessoal, por ele ser o segundo maior produtor de banana (...), oferecido o motorista, o feitor dele, feitor não é nem bom dizer porque é do tempo da escravidão, eu diria o gerente de campo dele, pra escolher junto com os artesãos a palha(...). Mas isso não é a solução. É um paliativo que foi necessário no momento”(Diretora de Turismo de Vicência).

A partir dos depoimentos, percebe-se que embora haja parceria entre alguns proprietários de engenhos e a prefeitura, esta é uma relação marcadamente diplomática ou até mesmo precária, especialmente porque a questão política se faz muito presente nesse caso. O casal de proprietários da Cachaçaria Água Doce é emblemático. São ex-prefeitos de Vicência, e a questão política provocou o isolamento do empreendimento no município e, na intenção de permanecer integrado ao projeto turístico para a região, mantém-se vinculado via Nazaré da Mata..

De acordo com proprietários e gestores de engenhos, a gestão anterior da prefeita acima citada, foi mais sensível ao desenvolvimento do turismo na cidade e por isso sentiram-se mais integrados. Note-se pela discrepância dos depoimentos realizados, acompanhados daquele fornecido pela Diretora de Turismo de Vicência:

“Olhe é muito precária mesmo, é uma falta de entrosamento total, até alguma ajuda às vezes consegue, no sentido assim ter um evento, a gente conta com alguma coisa com as apresentações, a gente requisita alimentação, cachorro-quente, aí eles providenciam, mas a questão de entrosamento não tem, e apoio maior também não. A prefeitura poderia fazer na parte de divulgação, por exemplo, já como não tem entrosamento, a gente não sabe nada que acontece, de eventos, lá fora. (...) Aconteceu o MITUR e a gente não sabia, porque? Vem pra onde esse comunicado, esse ofício? Pra Diretoria de Turismo, que a gente não tem comunicação nenhuma, porque simplesmente a gente não tem parceria nesse sentido, que ela não comunica” (gerente do receptivo Poço Comprido).

“Acho que a prefeitura, através da Secretaria de Turismo e de Finanças (tem efetivamente se empenhado na Rota Engenhos e Maracatus). Mas T. sonha muito, uma pessoa muito eficiente, muito trabalhadora, mas sonha muito.(...) Nessa nova gestão nós tivemos um pequeno desentendimento, mas que foi logo superado, por causa dos contratos anteriores(com a gestão anterior).” (proprietário de engenho)

“Nós temos os empresários rurais aqui em Vicência, equipamentos turísticos como engenho Poço Comprido, que é gerido pelo Promata e AFAV com apoio da prefeitura, temos o engenho Jundiá que além do turismo científico ele tem a Serra do Jundiá e também um casarão do

século XIX que o proprietário ainda mora nele e mantém com seus próprios recursos e apoio da prefeitura porque nós fazemos questão de apoiar cada equipamento turístico.” (Diretora de Turismo de Vicência).

A situação mais difícil é exatamente a falta de parceria entre os artesãos e os engenhos do município. O pouco fortalecimento entre ambas as categorias exprime, assim como em Nazaré da Mata, esse distanciamento. O caso do Engenho Poço Comprido é diferente. Administrado pela AFAV - Associação dos Filhos e Amigos de Vicência, dispõe de uma pequena sala para venda do artesanato, embora não atinja grande número de artesãos, motivo este por se refletir nas respostas de apenas 10,5% do total de entrevistados, quando perguntados. Há, inclusive, artesãos do município que sequer conhecem o engenho Poço Comprido.

Com relação ao outro indicador de desenvolvimento selecionado para o presente estudo, a educação, extraiu-se uma reflexão de CORIOLANO (2003) sobre o tema. Ela entende que:

Toda e qualquer mudança e habilitação do homem passam pela educação. Assim, qualquer tentativa de desenvolvimento implica preparar o homem, reconduzi-lo ao seu devido lugar, o protagonista do processo de desenvolvimento (p.31).

A partir de informações colhidas junto ao público pesquisado, notadamente os artesãos e maracatuzeiros de Nazaré da Mata, concluiu-se que 75,86% do total de maracatuzeiros interromperam os estudos enquanto cursavam o ensino fundamental. Destes, 81,82% tiveram que abandonar os estudos no equivalente ao antigo primário, principalmente porque foram impelidos a trabalhar desde cedo, enquanto que outros 10,34% são analfabetos.

Em situação um pouco melhor estão os artesãos do município onde 44,44% não concluíram o ensino fundamental e outros 44,44% têm o ensino médio completo. Com relação à Vicência, as entrevistas realizadas junto aos seus artesãos mostraram que 53% do total de entrevistados concluíram o ensino médio, índice melhor que aquele verificado em Nazaré da Mata, enquanto que 29,4% não concluíram o ensino fundamental.

Os dados apontam para a necessidade de estímulos que prolonguem o tempo e a qualidade da escolaridade do conjunto da população, acompanhado da constância dos cursos de qualificação no artesanato, por exemplo. O estímulo à educação deve ser o vetor capaz de tornar os indivíduos aptos a exercerem a cidadania, e impacta no fortalecimento das associações de artesãos e maracatuzeiros possibilitando posteriores reivindicações de posicionamentos e cobrança de ações junto ao poder público e empresários do turismo, voltados aos seus interesses dos componentes daquelas associações. Em última análise, significa apropriar-se de uma fatia maior dos benefícios advindos com o turismo quando a atividade estiver consolidada e que só será possível quando, desde o lançamento das suas bases o turismo possa ser planejado de forma a minimizar os conflitos de interesses.

E finalmente, com relação ao emprego, RIBEIRO (2004) fornece elementos importantes e atualizados que enfocam a absorção de mão-de-obra nos engenhos da Zona da Mata Norte, onde o turismo rural tem sido implantado, e extraiu as seguintes conclusões:

- As atividades voltadas ao turismo não têm empregado um significativo contingente de trabalhadores nas propriedades rurais pesquisadas;
- Em sua maioria, os trabalhadores empregados nas atividades turísticas são basicamente funcionários responsáveis pela manutenção da sede da propriedade, como jardineiro, cocheiro, camareira - que é a mesma que faz os serviços domésticos, entre outros;
- O número de trabalhadores fixos empregados exclusivamente em atividades não-agrícolas é ínfimo;
- Os trabalhadores pluriativos recebem mais que aqueles dedicados exclusivamente às atividades agrícolas ou não-agrícolas;
- No entanto, esses pluriativos, ao acumularem duas funções no intuito de incrementarem a baixíssima renda, não dispõem do dia dedicado ao descanso prejudicando o relacionamento familiar;
- A mão-de-obra especializada no turismo, como garçons, cozinheiros e ajudantes, é normalmente contratada, e quase sempre como diarista,

com remuneração entre R\$20 e R\$30, dada a oscilação do fluxo turístico;

- A remuneração básica fica em torno de 1 salário mínimo, uma vez que a oferta de mão-de-obra é excessiva.

Em depoimento interessante, um proprietário analisa a dinâmica das contratações no seu engenho:

“O engenho foi grande depois foi encurtando... além de que eu fui o primeiro e passei muito tempo sozinho(...). Aqui em Nazaré mesmo você tem três pesque-pague. Então houve uma mudança de número. Você foi enxugando... então hoje eu tenho no restaurante um garçom e um cozinheiro; na casa grande tem uma camareira e um rapaz que cuida do campo, que é uma espécie de motorista, gerente, faz feira, faz tudo. Então são agregados hoje 4 funcionários. Agora quando precisa, como hoje, tem quatro diaristas. Então tá criando um sistema de diarista. Tem dia aqui que eu tenho que trabalhar com vinte diaristas. São pessoas da cidade, não da propriedade porque não mora ninguém aqui na propriedade, a não ser eu. Quando tem evento você chama” (proprietário de engenho).

Em relação aos demais setores agregados à atividade, artesanato e manifestação cultural, ganha-se muito pouco no primeiro, em função da pouca divulgação e baixo fluxo de turistas, e os maracatuzeiros em especial passam metade do ano desempregados, dada a sazonalidade do trabalho da maioria.

Em situações como as que foram relatadas e analisadas, onde não há o comprometimento na formação do consenso como também da prática da democracia; onde a integração entre os demais atores se faz precariamente; também em ocasiões de baixíssima escolaridade, com dificuldades perceptíveis de articulação das idéias e da fala de alguns entrevistados; e onde as possibilidades de emprego no turismo são poucas, inadequadas e de pequena perspectiva de ampliação; será bastante difícil pensar em desenvolvimento local.

Mas, o turismo rural é uma modalidade de turismo que acena com uma proposta de ganhos para os atores envolvidos. De acordo com as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil (2004), criado pelo Ministério do Turismo, a atividade pode ser definida como: “O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (p. 7, www.turismo.gov.br).

Sobre o turismo rural são relevantes algumas considerações. Primeiramente, aquela relacionada à motivação do turista. Sabe-se ser impossível estimular um deslocamento com base em apenas uma motivação, especialmente quando o que está sendo considerado é a complexidade de uma sociedade notadamente urbana, conflitante, permanentemente comprimida pelos altos índices de violência dos grandes centros urbanos, pelo trânsito caótico, pelo excesso de trabalho, pela competitividade, pelo pouco verde, enfim, para cada uma dessas razões existe mais de uma motivação.

Ainda sob o enfoque da demanda, que legitima a exploração do turismo pelo turista urbano, tem-se a perspectiva da interação do visitante com espaços distintos daqueles onde ele vive e trabalha, e prevê a aproximação entre povos de culturas distintas, promovendo o enriquecimento cultural, já que passa a ser consumido como espaço natural e humanizado. Sobre esse aspecto CAVACO (1999) reflete o seguinte:

Perante os custos ambientais e sociais do turismo de massas, convencional, gregário, quase popular, próprio duma sociedade de consumo, organizado 'industrialmente', afirmam-se procuras diferentes, novas, responsáveis e sustentáveis, seletivas em termos econômicos e em valores e comportamentos pessoais, preferencialmente no próprio país e em regiões não muito distantes, prefigurando talvez o turismo do futuro: um turismo individualizado, de escala humana, bem integrado nos locais de destino, de estrutura familiar e artesanal, culturalmente rico, não necessariamente muito dispendioso, mas raramente com o cunho de turismo social (p.104).

A descrição acima sugere o modo ideal de exploração da atividade, supondo a inexistência de problemas estruturais, a convivência pacífica entre classes e a educação do visitante para o turismo, ou seja, o turismo aflora num cenário de diversificação econômica não necessariamente para estruturar, mas como condição natural e possível numa sociedade como a européia que tem suas principais demandas sanadas.

No entanto, está-se diante de uma realidade completamente avessa àquela experimentada na Europa. Trata-se de uma região empobrecida e estagnada, que pretende concentrar e direcionar recursos no intuito de conjugar esforços pelo turismo, envolvendo as diversas escalas geográficas de atuação da atividade, inclusive a internacional já que parte dos recursos é proveniente do BID.

O turismo empenha-se em se tornar um dos pilares da diversificação econômica da região, e é, também para ele, que as articulações e benfeitorias já estão sendo pensadas e executadas. Vale salientar que muitas das ações previstas serão uma espécie de retoque na aparência e não uma modificação estrutural promissora no seu interior.

A forma como o turismo vem sendo implementado na Mata Norte distingue-se bastante do processo em curso no Sul do país, por algumas características que são peculiares a esta região: a situação agrária bastante favorável onde, no que tange às propriedades rurais, a atividade é praticada em pequenas e médias unidades, favorecendo a maior inserção dos moradores, especialmente, quando se trata daquelas onde se desenvolve a agricultura familiar; tendo como consequência a maior participação na receita advinda com o turismo. Outro traço favorável é o distinto processo de estruturação fundiária operado na região, que permitiu a formação de um complexo, dinâmico e diferenciado conjunto de relações sócio-econômicas, culturais e políticas ao longo do tempo e contextualmente espacializadas em comparação com a zona canavieira de Pernambuco.

Aqui, se por um lado a complexidade também favorece a diversidade histórico-cultural presente na região, por outro, exerce baixo poder de atratividade turística pela predominância da monocultura da cana, que carrega consigo a monotonia da paisagem restando apenas as poucas opções de reserva ecológica, manchas espremidas entre os canaviais como a que se encontra na Serra do Jundiá, no engenho de mesmo nome, em Vicência.

O turismo rural caracteriza-se ainda como uma atividade a ser implementada em pequena escala e por esta mesma razão não pode ser vista como panacéia para resolver os problemas crônicos desse espaço rural a menos que esteja associada a outras atividades que podem estar inclusive no setor agroindustrial, como o fomento a pequenas indústrias de transformação das frutas típicas em doces. Atividade perfeitamente possível naqueles assentamentos e sítios, assim como também o é a produção da cachaça e o beneficiamento da palha da banana.

Por fim, o turismo rural deve ser visto como mais uma opção de desenvolvimento local, uma vez que frente às transformações em cursos ele estimula o repensar do espaço rural e suas relações com o meio urbano com o qual mantém profundas ligações.

No cerne da atividade turística no espaço rural, as possibilidades de sucesso concretizam-se ao envolver o âmbito local das decisões, o controle dos processos de desenvolvimento nessa mesma esfera de atuação e, acima de tudo, reconhecer que é nela, na esfera local, que devem estar retidos os benefícios decorrentes da atividade. Uma atuação nesse sentido irá favorecer a retroalimentação da cadeia e, conseqüentemente, a avaliação permanente do que foi planejado porque, acima de tudo, desenvolvimento local significa planejamento participativo e integrado. No dizer de ALMEIDA E BLOS (2003):

O desenvolvimento local é, em distintas proporções, um desenvolvimento desde a base, autocentrado e endógeno. Não somente autocentrado, porque o enfoque não tem obrigatoriamente uma ênfase comunitária; não somente endógeno, porque contempla a utilização de recursos externos à comunidade (p.77).

E desde a base, porque deve ser pensado “de baixo para cima” numa reação aos efeitos comprovadamente indesejáveis do modelo de desenvolvimento tradicional predominante.

3.3 Nazaré da Mata e Vicência: Emergência de um Arranjo Produtivo Local?

A dinâmica do capitalismo contemporâneo, vivenciada em todo o mundo, tem trazido implicações notadamente nefastas nas suas relações socioeconômicas nos diferentes âmbitos das escalas geográficas quer seja global, nacional, regional ou local.

Esse contexto tem obrigado a adoção de processos eficazes que garantam um alto padrão de competitividade, a partir da análise dos comportamentos atuais e futuros de consumidores, produtores e fornecedores como um requisito necessário para a definição de ações estratégicas. Por conseguinte, percebe-se o reforço na concentração de atividades produtivas em determinado espaço geográfico. Partindo desse entendimento, SANTOS et al (2004) escrevem o seguinte:

A ação de um pólo de desenvolvimento, ao atrair investimentos para um dado local, geralmente cria ou reforça aglomerações de empresas, as quais, na medida em que exportam para outras regiões, reforçam o próprio pólo de desenvolvimento: elevam a renda, atraem pessoas e induzem investimentos públicos em infra-estrutura (p.5).

Assim constituem-se os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Em verdade, os arranjos produtivos constituem-se em agrupamentos compostos por empresas e instituições, que interagem entre si com vistas à obtenção de retornos cada vez maiores que são possibilitados pela permanente capacidade de inovação.

No caso específico do turismo, as correlações estabelecidas entre os diversos agentes foram estruturadas, no Brasil, por BENI (1998), ao procurar, no seu Sistema de Turismo (Sistur), mostrar as interfaces entre as relações ambientais, a organização estrutural e as ações operacionais no turismo.

A constituição de Arranjos Produtivos Locais de Turismo surge enquanto mecanismo necessário à sobrevivência e fortalecimento dos espaços turísticos, ante a necessidade de responder às influências de fatores externos, típicos da inserção na economia moderna, sendo necessário ampliar a compreensão para o caso brasileiro. Embora as políticas de APL não ataquem diretamente os problemas estruturais que emperram o desenvolvimento do país como um todo, têm o mérito de, onde ocorrem, demandarem a cooperação entre os agentes locais e também de

estimularem a produção de conhecimento internamente ao APL. Sobre este assunto, THOMAZI (2006) faz algumas observações:

Discute-se com mais intensidade a criação de valor no turismo sob a perspectiva de uma cadeia produtiva ou dos arranjos produtivos locais e dos movimentos de cooperação, em substituição à antiga matriz de avaliação das potencialidades de oferta e demanda que, tradicionalmente, inventaria as vantagens comparativas concebidas nos estudos de planejamento turístico (p.20-21).

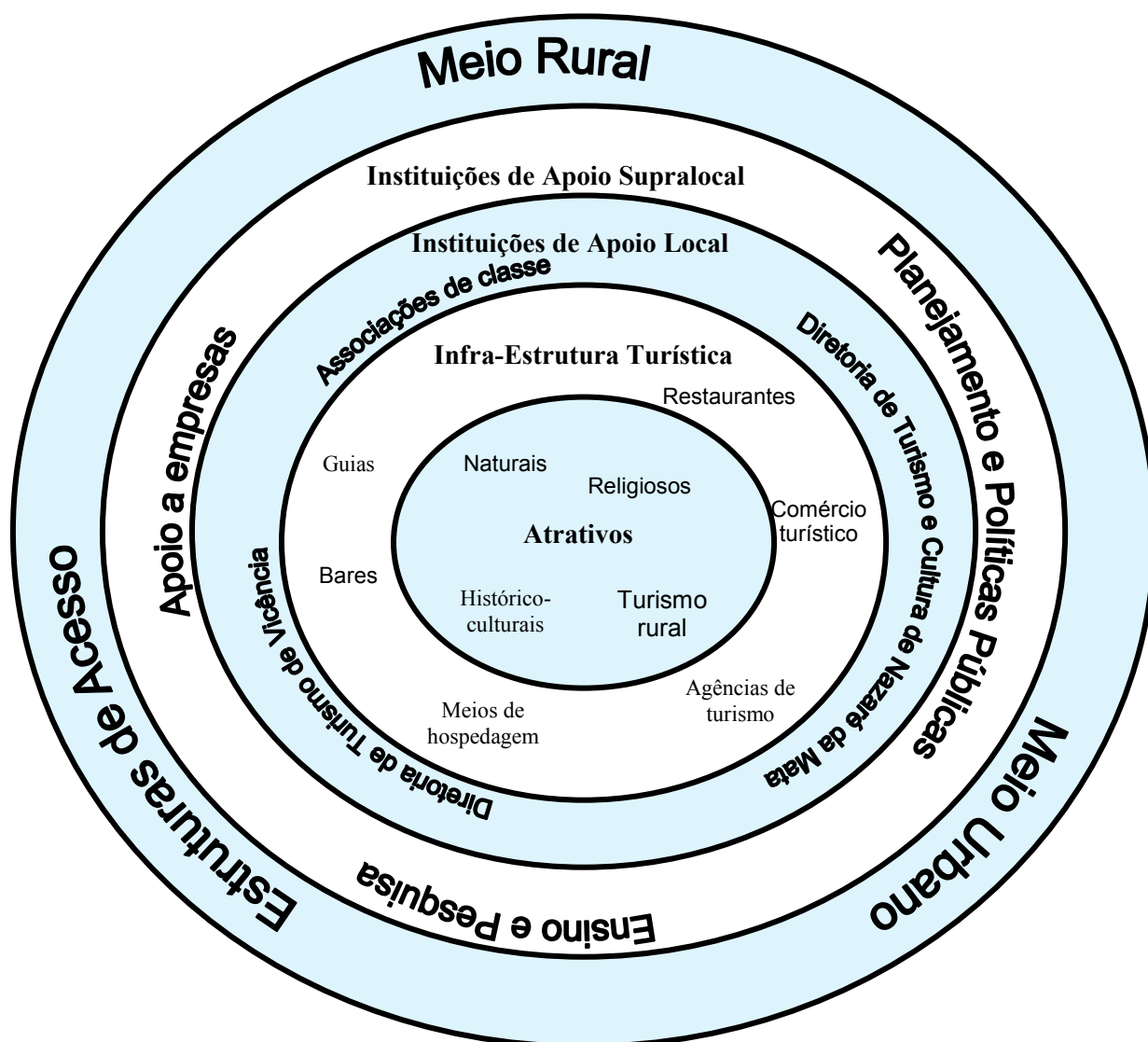
É preciso reconhecer que no turismo as proposições de constituição de um arranjo produtivo esbarram na amplitude das relações intersetoriais presentes na atividade, e por isso faz-se necessário “identificar, organizar e analisar a sua cadeia produtiva para fazer-se uma análise sistêmica” (MAMBERTI e BRAGA, 2004, p.6) que busque enfocar o aspecto integração como alicerce para o desenvolvimento de políticas administrativas capazes de beneficiar o planejamento turístico.

Embora se perceba a intenção de evoluir para um arranjo produtivo na Zona da Mata, por isso ainda incipiente, considerar-se-á a metodologia e as explicações propostas na obra de BARBOSA e ZAMBONI (2000), que mostra a posição dos atores envolvidos e o nível correspondente de correlações a partir de cinco anéis. Esta visualização, juntamente com as informações detectadas em campo, permitem constatar do ponto de vista organizacional, em que estágio se encontra a Rota Engenhos e Maracatus, conforme mostra a figura 13.

O epicentro é formado pelos atrativos da localidade, nos quais as modalidades turismo religioso, histórico-cultural, rural e ecológico constituem os valores mais importantes; o segundo anel engloba a infra-estrutura turística – engenhos adaptados à hotelaria, hotéis, pousadas, agências de turismo, bares e restaurantes, meios de transporte, guias e comércio voltado ao turismo; o terceiro anel agrega os atores sociais ligados direta e permanentemente à atividade turística - órgãos do poder público local e associações de classe; o quarto anel é constituído pelos órgãos de apoio com atuação supralocal – órgãos públicos federais e estaduais que atuam na área de turismo, cultura e meio ambiente, organizações paraestatais voltadas à capacitação empresarial e à qualificação de trabalhadores, instituições de ensino e pesquisa e da ONG voltada para a área de cultura e

cidadania; o último anel constitui o pano de fundo sobre o qual se desenvolve o turismo e que engloba todo o meio urbano, rural e as estruturas de acesso.

Figura 13 – Anéis Representativos do Arranjo Produtivo



Fonte: Adaptado de BARBOSA e ZAMBONI (2000)

Antes de adentrar na análise do arranjo produtivo do turismo na região, é fundamental contextualizar a atividade e as circunstâncias que favoreceram a sua expansão. O turismo no espaço rural de Pernambuco é um fenômeno recente, introduzido, primeiramente, na fazenda Sambaíba, município de Brejão, no Agreste do Estado, em 1993, quase dez anos depois do primeiro registro, que se tem notícia

no país, no pioneiro município de Lages - SC, em 1984. Em se tratando da Zona da Mata Norte, o turismo teve início em 1997 após a seca de 1993 na região, tendo resultado na perda de grande parte da safra de cana-de-açúcar, dos fornecedores que começaram a optar pela diversificação econômica apostando no turismo.

Esse recorte temporal considera o entendimento comum que se faz em torno da terminologia “turismo rural” como sendo aquela baseada na existência de atividades turísticas dentro de propriedades rurais e que são promovidas pelos produtores.

A partir dessa compreensão, admite-se que o turismo na Mata Norte surgiu oficialmente por iniciativa dos proprietários de engenho da região, seguida da atuação do Promata que interveio no sentido de movimentar toda uma cadeia econômica envolvendo bares e restaurantes, agência de turismo, hospedagem, artesanato e manifestações culturais. No caso de Nazaré da Mata, as primeiras transformações concretas em benefício da atividade surgiram com a instalação de um pesque-pague no engenho Santa Fé, acompanhado de uma incipiente comercialização de alimentos e bebidas para os seus freqüentadores.

A expansão do turismo, em Vicência, ocorreu de uma forma um pouco diversa daquela originada em Nazaré da Mata. Por iniciativa da antiga prefeita, reeleita até o ano de 2004, e este é um dado importantíssimo, pois significa a perenidade das ações, o município decidiu investir no desenvolvimento local integrando-se à Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), tendo iniciado suas atividades nesse sentido em 1998.

A principal condição colocada foi a da melhoria do nível de educação local, que daria o suporte necessário para alavancar os segmentos identificados como cruciais a serem trabalhados, que foram “o potencial turístico e de acervo cultural, arquitetônico e artístico existente, que, devidamente explorados, deveriam gerar trabalho e renda”(DLIS, 2004).

No caso dos engenhos, à exceção do Poço Comprido que é gerido pela AFAV, todos os demais têm seus proprietários ainda residindo neles. Por isso, motivações distintas e de caráter pessoal incidiram na decisão de investir em turismo, como mostram os seguintes depoimentos:

*“Foi uma opção de a gente querer se ocupar e fazer o que gosta”
(proprietário de engenho) .*

“Se você tem uma condição de vida boa, você jamais vai abrir sua casa ao público. Ninguém venha dizer que faz turismo rural porque acha bonito não. Faz por necessidade. As mudanças que teve aqui foram todas por necessidade de sobrevivência. Porque se eu tivesse com as 50.000 toneladas de cana que eu tinha, jamais, jamais, em hipótese alguma, eu teria alguma coisa em turismo rural.” (proprietário de engenho) .

“Eu decidi mais por insistência das outras pessoas que chegavam, achavam o engenho bonito” (proprietário de engenho) .

“Aproveitar as instalações do engenho, a estrutura física, parte dela está ociosa (...) pra agregar valor, claro, na renda da propriedade” (proprietário de engenho).

3.3.1 – Os Atrativos

São três os enfoques priorizados nos municípios: ecológico, religioso e histórico-cultural. Em relação ao aspecto ecológico, a estrutura geo-climática garantia uma exuberante floresta pluvial tropical, que foi gradativamente devastada em decorrência das ações antrópicas, mas que ainda são objeto de interesse para a exploração pelo turismo, dados os resquícios de Mata Atlântica e as reservas particulares. O relevo favorece a conservação dessas manchas de Mata no cume das elevações, já que a topografia ondulada limita o acesso à mecanização para expansão da lavoura da cana-de-açúcar.

São objetos de aproveitamento pela Rota, a Mata da Alcaparra em Nazaré da Mata, com fins ecoturísticos para a prática de trilhas e arvorismo, e em Vicência, na reserva de Mata Atlântica do Engenho Jundiá, onde, na serra de mesmo nome, é possível para os aventureiros realizarem três trilhas: a do Café, a do General e a da Pedra da Negra, sempre acompanhados de um condutor, como também é possível praticar esportes radicais, pois no topo da serra foi construída a rampa de vôo livre e de pára-pente onde anualmente ocorre o evento desportivo nessas modalidades. E, embora existam bicas neste município e sejam objeto de interesse da Rota, ainda é bastante limitado seu aproveitamento para a atividade.

No aspecto religioso, o projeto de turismo procura estimular a visita à arquitetura religiosa, a participação em eventos e em manifestações religiosas,

especialmente aquelas voltadas à igreja católica, que sempre esteve presente como um dos pilares da manutenção da ordem local. A terceira idade é um público que tem sido incentivado com esse propósito, professores e grupos religiosos também são do interesse da Rota, que catalogou capelas e igrejas em engenhos, a Igreja Matriz de Sant'ana, em Vicência, e a catedral de N. Sra. da Conceição, em Nazaré da Mata. No entanto, percebe-se como embrionário o deslocamento de visitantes com esse propósito para os municípios enfocados.

O turismo rural liga-se diretamente aos engenhos incorporados à Rota, e busca integrar os turistas às atividades típicas do campo como “participar da ordenha, marcar o gado, pescar, alimentar galinhas, andar a cavalo e acompanhar o processo de colheita e plantio da cana-de-açúcar, (...) e a fabricação da rapadura, do açúcar e da cachaça” (Apettur, 2006).

Aquelas atividades relacionadas ao lazer, oferecidas nos engenhos Cueirinha, Santa Fé e Jundiá, também incentivam o turista a “praticar esportes ecológicos e de aventura, como trilhas, caminhadas, cavalgadas, observação de pássaros, rapel, vôo de asa delta” (idem). Complementando a oferta, existe no município 3 pesque-pague, todos situados dentro dos engenhos como o Santa Fé, o Cueirinha e o Pedregulhos.

O Engenho Ventura aposta no turismo pedagógico, direcionado à história do engenho e aos costumes da época, os quais há mais de cinquenta anos vêm sendo relatados pela proprietária, D. Maria Olímpia de Andrade, nascida e criada neste engenho. O Poço Comprido centra-se na divulgação dos seus aspectos históricos, ressaltando o conjunto arquitetônico restaurado e os acontecimentos que marcaram a história de Pernambuco, nos quais teve participação destacada.

Os aspectos histórico-culturais são os que têm mobilizado o maior fluxo para a região no intuito de conhecer o acervo dos municípios. No caso dos donos de engenho, há um público muito específico que de fato frequenta as instalações: aqueles cujos avós, tios ou pais foram proprietários de engenho, migraram para a capital após o surto de expansão usineiro, e têm a curiosidade de conhecer o ambiente no qual se originou a família, agora predominantemente urbana, numa espécie de nostalgia não vivida.

Os engenhos de Vicência, incluídos no projeto turístico para visitação, são três. São explorados em seus atrativos históricos, naturais e religiosos. O Engenho Poço Comprido pertencente à Usina Laranjeiras, de propriedade de conhecido político de projeção nacional, é um dos mais antigos da região havendo sido tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1962, pela originalidade mantida da sua arquitetura e por uma peculiaridade: a capela e a casa-grande são conjugadas.

“A setecentista casa grande assobradada é a única remanescente do século XVIII em Pernambuco. O engenho teve importante papel na história do Estado: foi testemunha da Confederação do Equador uma vez que abrigou Frei Caneca, quando refugiado. Foi, ainda, sede do Governo do Estado por alguns dias, durante a gestão do governador Nilo Coelho.”(www.promata.pe.gov.br)

Desde 1999, o conjunto arquitetônico do engenho foi entregue em comodato para ser gerido pela Associação dos Filhos e Amigos de Vicência (AFAV), por um período de vinte anos. É um engenho com área de aproximadamente 900ha, dos quais 1,9ha é a área sob gerenciamento da associação que inclui a casa grande, a capela, a moita e seu entorno, ou seja, a arborização na parte de trás estendendo-se até as margens do rio Siriji.

O engenho começou a ser restaurando em 2001 pelo IPHAN, e foi entregue à comunidade para utilização com fins turísticos em 2004. É auto-sustentado em termos financeiros com rendimento proveniente exclusivamente das atividades turísticas, decorrentes tanto do pagamento da taxa de visitação quanto dos eventos nele realizados.

Exemplo destes eventos são as festas juninas, onde são firmadas parcerias com hospedagem, restaurantes, músicos locais e artesãos do município. Nas terras próximas ao engenho existe uma pequena comunidade de artesãos que trabalha com sementes, e que tem sido integrada ao turismo pela AFAV. Fazem o trabalho em um espaço específico, nas proximidades das suas residências, e colocam à venda na loja do engenho, embora haja turistas que prefiram apreciar a confecção dos objetos e adquiri-los enquanto os artesãos trabalham, o que possibilita a negociação direta entre produtores e compradores.

O Engenho Jundiá tem uma peculiaridade: está sob responsabilidade da mesma família há quatro gerações. Seu comunicativo proprietário orgulha-se em mostrar aos visitantes fotos da família de até 150 anos atrás, que se encontram penduradas nas paredes. É um engenho de pouco mais de 300ha, dos quais 31ha são cultivados com banana, 110ha ocupados com gado, 62ha é uma reserva de Mata Atlântica e o restante é canavial.

Nele, destacam-se as potencialidades histórico-religiosas que começaram a ser exploradas há quase dez anos. No engenho existem três procissões anuais, tendo N. Sra. da Conceição como padroeira da capelinha do engenho; tem o conjunto histórico formado pela casa-grande, mobiliada e conservada com os mesmos móveis da época, a moita, a senzala e a capela. Enfim, toda esta estrutura favorece a exploração do turismo rural no interior da propriedade que não oferece hospedagem, mas refeições e banho após as atividades, conforme previamente agendado com o proprietário.

E o Engenho Água Doce, cujo casarão é de meados da década de trinta do século XX. O engenho especializou-se na produção da cachaça produzida na moita da propriedade após grande incentivo do Sebrae. É uma cachaça produzida em alambiques de cobre. Além disso, dispõe de um restaurante rural instalado na casa-grande do engenho. Vale ressaltar que é um equipamento pertencente ao casal de ex-prefeitos do município.

Em Nazaré da Mata, no antigo matadouro do município, está instalado o espaço Mauro Mota (figura 15) - em homenagem ao grande poeta e jornalista que viveu na cidade - onde há a permanente exposição do artesanato local e onde situa-se a Secretaria e Diretoria de Turismo e Cultura do município. No município existe também um antiquário que deverá ser melhor integrado à atividade turística quando a Rota estiver mais consolidada.

Figura 14 – Espaço Cultura Mauro Mota, antigo matadouro de Nazaré da Mata



Autora: Daniella Pereira, 2006

O Parque dos Lanceiros é um espaço ladeado por figuras representativas do maracatu rural. Será destinado a apresentações das manifestações culturais e quando finalizado contará com boxes para comercialização de produtos artesanais. A idealização do Parque dos Lanceiros teve um custo de manutenção estimado pela Associação de Artesãos de Nazaré da Mata e o Centro de Cultura do município de Carpina em quase R\$ 5.000,00 mensais, um valor elevado e algo com que se preocupar. Deve-se considerar a limitada capacidade de atração e manutenção de um fluxo turístico permanente, mesmo de excursionistas, e que se vê agravada pela instabilidade nas taxas de ocupação das unidades habitacionais disponíveis na rede hoteleira local e que é a maior dos cinco municípios envolvidos. Assim, duas alternativas poderiam ser pensadas para a manutenção do espaço, mas estariam fadadas ao fracasso.

A primeira delas seria o rateio do custo total com as demais prefeituras, já que é um espaço destinado à apresentação de maracatus da região inteira. Suposição esta com poucas chances de sucesso, pois as diferenças políticas são um fator limitador da atuação conjunta. A outra opção poderia ser a cobrança de ingressos

dos possíveis freqüentadores, que é outra alternativa inviável para a região, pois muitos maracatuzeiros afirmam que a população residente não aprecia os maracatus, fato visivelmente comprovado durante o Encontro de Maracatus, em novembro de 2005, onde, ao se coincidir a sua data com a do carnaval fora de época, a Micaré, percebia-se a participação maciça dos moradores neste evento em detrimento daquele.

Com relação às “brincadeiras” ou folguedos, o maracatu rural ou de baque solto, como também é conhecido na Zona da Mata, não é a única manifestação encontrada em Nazaré da Mata, ao contrário, existem outros folguedos típicos da região como a ciranda, a embolada, o coco de roda, o cavalo-marinho, o bumba-meu-boi que merecem estar incorporados à dinâmica de um turismo sério e consciente, de modo que não se percam essas manifestações, a exemplo do que tem ocorrido com o fandango, praticamente extinto.

O maracatu rural data do início do século XX, sendo que os mais antigos de que se tem conhecimento são o Cambindinha de Araçoiaba e o Cambinda do Cumbe ou Cambinda Brasileira de Nazaré da Mata, fundados respectivamente em 1914 e 1918. São manifestações históricas e não folclóricas, como defende Silva (2005), ao dizer que “nós, o povo brasileiro, não somos folclóricos; somos históricos e donos de nossa história. E dizemos isso com graça, beleza e alegria, a graça, a beleza e a alegria sempre dificultaram aqueles que, pelo medo, se estabeleceram no poder” (p.17).

O capitalismo demanda novos bens de consumo, incute isso tanto no turista como nos demais integrantes da cadeia do turismo. A mídia já estampa como símbolo da cultura de Pernambuco, independentemente de ser período carnavalesco ou não, até mesmo como logomarca de eventos, o maracatu rural na figura do caboclo de lança. Exalta a sua beleza e exotismo, e o turismo apropria-se da imagem criada para incorporar ao seu leque de opções esta manifestação autêntica da cultura da Mata Norte.

O maracatu rural, em sendo um folguedo do cortador de cana, tem sido obrigado a sobreviver nas mesmas condições precárias que o seu criador, não obstante o interesse desmedido dos que se apossam da sua imagem. Em situações-limite como esta, vê-se obrigado a se manter mediante a realização de apresentações em eventos notadamente técnico-científicos, ao longo do ano,

“pegando carona” na superexposição da sua imagem. No entanto, há um fator restritivo para alguns maracatuzeiros, quando da sua participação em eventos no período em que estão na lida do campo:

“Quando vem dinheiro pra gente se apresentá, apresenta em todo tempo(...). Quando for pro mês de maio ou de abril que tiver apresentação a gente vai. Fica difícil no meio da semana porque os trabalhador tão trabalhando num pode tá faltando. Eu queria que as apresentação pra ir, fosse num domingo ou no sábado, porque aí ficava melhor pros trabalhador, porque no meio da semana pro caba ir, ele qué que o maracatu pague o dia de serviço dele”. (maracatuzeiro)

Os artesãos são o último aspecto constitutivo da oferta cultural sob a qual se assenta o turismo em Nazaré da Mata e Vicência. Em relação àquele município, do total de entrevistados, 77,7% afirmaram direcionar seus trabalhos para a confecção de artigos relacionados a maracatus, na forma de golas para uso pessoal ou de pequenos estandartes decorativos, chapéus, miniaturas de caboclos em barro, esculpidos em madeira, estampados em quadros, feitos de papel reciclado ganhando um acabamento final em tons de ouro envelhecido. Apesar de serem predominantes artigos decorativos, trabalha-se também com objetos utilitários como o crochê, tricô, bordado, papel vegetal, fuxico, panos em geral, como mostram as figuras 15 e 16.

É importante ressaltar que a maior parte dos artesãos entrevistados, 89%, têm dez anos ou menos de profissão, o que coincide, aproximadamente, com o período no qual o maracatu rural começou a se projetar no cenário cultural do Estado, reforçando o simbolismo criado em torno da “Terra do Maracatu”.

Figura 15 – Tapete confeccionado em Nazaré da Mata por ocasião da Feira Nacional de Negócios do Artesanato (FENNEART) em PE



Autora: Daniella Pereira, 2006

Figura 16 - Artesanato típico de Nazaré da Mata em exposição na FENNEART



Autora: Daniella Pereira, 2006

A existência de três associações que trabalham com artesanato, mostra a desunião da categoria no município e também uma certa ciúmeira entre elas. Um exemplo disto está no projeto de finalização do Parque dos Lanceiros:

“Até um convênio fizeram com a associação das mulheres, que não é pra desfazer de outra associação, mas é um convênio que se fez errado porque aonde existia a associação, esse convênio deveria ter sido feito com a associação, porque é aonde tem o artista plástico....mas é uma associação (amunam) que num tem nada a ver com o artesão.”(artesão, vice-presidente da Associação dos Artesãos de Nazaré da Mata)

A AMUNAM existe há dezenove anos e já foi eleita a melhor Organização da Sociedade Civil do município pela pesquisa de opinião pública realizada na cidade, em 1999. Ela trabalha com educadores sociais, profissionais de saúde, outras ONG's, tem rádio comunitária, curso de informática e acesso gratuito à Internet para a população em geral, bem como o seu próprio maracatu. É uma associação que realiza um trabalho sério em busca da equidade de gênero e justiça social junto às mulheres, jovens e adolescentes, urbanas e rurais da Zona da Mata Norte de Pernambuco.

Existe também um artesão de destaque no município, que tem os seus “seguidores” e tem sido apoiado pela Diretoria de Turismo e Cultura em suas ações. Nas palavras da Diretora de Turismo (2006),

“tudo dele é voltado ao maracatu, ele tem cd, tem livros, tem gola, tem caboclinho, até um rói-rói que ele vende lá, ele destaca uma coisa de maracatu. Então eu acho que isso é importante”.

O artesanato de Vicência também tem sofrido um direcionamento, que é feito para o trabalho com a banana e envolve aproximadamente 76% do total de entrevistados. Tendo a fruta como matéria-prima, ela pode ser utilizada tanto na gastronomia para a fabricação de bolos, tortas, pizzas, licores e doces típicos como cocada e nego bom, quanto na fabricação de outros produtos como o sabonete. Com a sua palha, é possível confeccionar sandálias, bonecas, caixinhas, chapéus, bolsas, protetor de caderno e de agenda, entre outros. Entretanto, há aqueles que

trabalham com bordado, tricô, com a casca do cajá para esculpir pequenos objetos, trabalhos em retalhos, etc.conforme mostram as figuras 17 e 18.

Figura 17 – Boneca de aproximadamente confeccionada inteiramente em fibra de banana premiada em edição da FENNEART



Fonte: Vera Brito (www.artedaterra.kit.net)

Figura 18 – Artesanato com Fibra de Banana



Autora: Daniella Pereira, 2006

Nem tudo o que é produzido encontra-se à venda no Mercado Regional de Arte. Neste quesito, o trabalho que vem sendo desenvolvido com o Sebrae e os artesãos em torno do fortalecimento da categoria, esbarra nos problemas políticos. Ao longo da pesquisa, percebeu-se uma certa desmotivação da maioria dos entrevistados em relação à fraca comercialização dos produtos, apesar de ainda persistir alguma esperança, devido aos convênios que a prefeitura tem firmado e divulgado.

Ao longo das pesquisas realizadas no município, percebeu-se que o Mercado Regional de Arte (figura 20) tem recebido pouquíssimos turistas, apesar de ser um dos locais de parada obrigatória prevista nos roteiros das agências de receptivo. É uma instituição não representativa dos artesãos da região, mas também não o é da totalidade dos artesãos locais.

Figura 19- Mercado Regional de Arte de Vicência



Autora: Daniella Pereira, 2006

Vicência dispõe de uma associação de artesãos que, infelizmente, não congrega todos eles e que também desconhece a totalidade da categoria no município. Do total de entrevistados, aproximadamente 53% fazem parte da ARTVI – Associação dos Artesãos de Vicência, e são, basicamente, aqueles moradores que

vivem na sede do município, enquanto que de todos os entrevistados residentes nos distritos e povoados, 80% não faz parte da associação.

A aposta inicial no DLIS tem de fato fomentado o surgimento de empreendedores no município, ao menos na pessoa do artesão. Do total de entrevistados, quase 65% tem menos de dez anos de profissão. Destes, 63% tem entre 3 e 7 anos de profissão.

3.3.2 – Agência de Turismo

Existe apenas uma agência nos cinco municípios integrados que situa-se em Vicência e chama-se Receptivo Poço Comprido, com aproximadamente dois anos de criação. Era, inicialmente, uma agência de receptivo, mas a atual diretora da agência e a gestora do engenho perceberam a necessidade do seu funcionamento também como uma agência de viagens e, até mesmo, como operadora, já que assumiu a responsabilidade de elaborar roteiros direcionados à exploração da atividade no espaço rural da Mata Norte. Estão constantemente indo ao Recife, oferecendo seus roteiros às agências da capital e ampliando as articulações com as demais propriedades da região.

A constituição da agência favorece a participação do município em feiras de âmbito regional e nacional, sendo uma ação estratégica não apenas para Vicência, mas para a região como um todo, do ponto de vista da atração de turistas. Sobre a articulação com as propriedades da região, a responsável pelo receptivo diz:

“A gente sabe que o turismo é uma coisa interligada. Eu não tenho turismo só em Poço Comprido, como no Iguape, Água Doce, Jundiá. Quando a gente faz um roteiro, a gente engloba todos esses produtos pra que todos saiam ganhando, pra que venha a surgir o turismo sustentável a partir de todos equipamentos que estão juntos” (diretora do receptivo Poço Comprido).

Traçando um rápido perfil do turista que se dirige ao engenho, agrupando-os por meses do ano, enfatizou o turismo pedagógico e o da terceira idade como aqueles que mais têm sido recorrentes. Ao longo do ano, predomina o turismo pedagógico envolvendo escolas públicas e privadas, com preços diferenciados, e

também faculdades e pós-graduação, com destaque para os cursos e/ou disciplinas voltados para história, geografia, arquitetura e patrimônio histórico. A terceira idade é um público bastante apreciado em virtude da maior disponibilidade em efetuar gastos e em interagir com o local, freqüentando as feiras de rua em especial.

Afirma ainda a diretora que, de novembro a fevereiro, o público é formado basicamente por famílias provenientes de Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, no interesse de desfrutar momentos de lazer no espaço rural. Também recebem alguns estrangeiros, em quantidade inexpressiva, conforme reconhece a diretora do receptivo: “a gente não tem um fluxo muito grande de turistas do exterior, é muito pouco”.

Atualmente mantém contato com doze outras propriedades dos municípios da região, num intercâmbio permanente, pois começa a surgir a percepção da necessidade do trabalho interligado como forma de beneficiar, mutuamente, os proprietários envolvidos. Paradoxalmente, nem todos os turistas que chegam aos municípios utilizam os serviços da agência, já que dentro de um ambiente crescentemente associativo, a competitividade individualiza algumas ações relacionadas à captação de turistas.

3.3.3 – Guias

Em Nazaré da Mata, o receptivo é organizado pela Diretora de Turismo e Cultura que conta com seis pessoas capacitadas para recepção dos turistas. No carnaval 2006, período do ano de maior fluxo na cidade, foram disponibilizados cinco receptivos em locais distintos para atender à demanda. De acordo com a Diretoria de Turismo, muitas pessoas chegam ao município sem o intermédio de agências, sentem-se perdidas pela falta de sinalização e, por isso, afirmou a diretora, vai reestruturar o receptivo, especialmente, após os cursos de capacitação em turismo, que serão ministrados em breve, pois as inscrições já foram encerradas recentemente.

O Espaço Cultural, além de ser local de exposição de objetos voltados ao maracatu, é uma espécie de posto de informações turísticas improvisado, porque é para lá que normalmente se dirigem os interessados em obter informações sobre a cidade, mas que, ao mesmo tempo, emprega funcionários aparentemente

desinteressados e desinformados; não dispõe de mapas para viabilizar o deslocamento autônomo dos turistas, como consequência, não se encontram facilmente os pontos turísticos da cidade, o que compromete a qualidade do atendimento e a satisfação com a experiência vivenciada.

O receptivo de Vicência trabalha com dez guias, sendo dois adolescentes e oito jovens maiores de idade, que foram capacitados para a função e residem principalmente no povoado de Murupé, nas proximidades do engenho Poço Comprido. Em Vicência, os condutores fazem parte da AFAV e não têm remuneração fixa. Dependem do volume de turistas que chegam à cidade ou que demandam os serviços do receptivo e, mesmo assim, a remuneração é extremamente baixa variando entre R\$ 100,00 e R\$ 140,00 em média, quando recebem. Parte dessa baixa remuneração tem como causa o pouquíssimo apoio que a AFAV tem recebido da Prefeitura Municipal no tocante às questões financeiras para a manutenção do engenho Poço Comprido, cujos custos atualmente são de inteira responsabilidade da associação. Outra razão é o incipiente estágio no qual se encontra o turismo na cidade. É importante ressaltar que nesses municípios não existe uma associação de guias ou de condutores que fortaleça a categoria.

Quando se trata do trabalho realizado pelos condutores, no engenho Poço Comprido, percebe-se a necessidade de se incrementar as formas de interpretação deste patrimônio, quiçá dos demais atrativos dos municípios.

Normalmente, espera-se que o turista descubra por conta própria e se deslumbre imediatamente com as belezas naturais, os monumentos históricos e as manifestações artísticas e culturais do lugar, o que gera certa passividade por parte dos gestores públicos e dos empreendimentos. Porém, o fato da experiência turística ser principalmente visual, acaba por estimular o olhar do visitante a procurar a especificidade do lugar, seus significados. De acordo com ALBANO & MURTA “A boa interpretação marca a qualidade da descoberta, descortina significados e toca as emoções, ao invés de apenas passar informações factuais” (2002, p.10).

A exposição permanente, intitulada “Mostra de Açúcar do Engenho Poço Comprido”, é uma forma válida de interpretação, mas passiva. É preciso provocar as pessoas, estimular novas formas de olhar e de apreciar não apenas este equipamento em particular, mas os atrativos dos municípios da região como um

todo. Para isso, os cursos voltados para a capacitação dos guias devem ser planejados sem perder de vista este enfoque.

3.3.4 – Meios de Hospedagem

Até o ano 2000, a rede hoteleira de Nazaré da Mata não oferecia mais do que 76 leitos, e no corrente ano ela quase triplicou a sua oferta embora sejam apenas quatro os meios de hospedagem, conforme mostra a tabela 9. Desse total, dois não estão instalados em propriedades rurais. Há o Hotel Santa Inês, situado às margens da BR-408, na entrada da cidade, e próximo a ele, só um pouco mais recuado, encontra-se o Engenho Santa Fé. No centro da cidade, e também nas proximidades com a Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata, encontra-se a pousada Sampaio Brandão, que é o meio de hospedagem mais próximo da precária Rodoviária de Nazaré da Mata. O Engenho Cueirinha, por sua vez, está na saída da cidade já em direção ao município de Buenos Aires e também se encontra à beira da estrada, na PE-59.

Esse crescimento na oferta dos meios de hospedagem ocorreu a partir da projeção da “Terra do Maracatu” nos meios de comunicação de massa. Introduziu-se sem qualquer planejamento da atividade turística, mas como requisito por parte do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, à época, para viabilizar ações em benefício da atividade na cidade, conforme explica um dos proprietários de hotel sobre a sua trajetória com o empreendimento.

Tabela 9 – Evolução do Número de Meios de Hospedagem em Nazaré da Mata

ANO	ESTABELECIMENTOS	LEITOS
2000	2	76
2001	4	126
2006	4	215

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

Inventário Turístico da Empetur: 1998, 2000, 2004

Percebe-se que, parte dos empresários, ingressou no setor desprovido de qualquer experiência na hotelaria, ou até mesmo no setor de prestação de serviços, daí o pouco profissionalismo no atendimento e a existência de algumas estruturas precárias, por vezes em decorrência, inclusive, das frustrações com o desempenho

do Sebrae e do não-cumprimento de acordos firmados com instituições financeiras relativos à liberação dos empréstimos.

Alguns desses proprietários integram a Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico (Apettur), composta por equipamentos de receptivo, agências ou meios de hospedagem. Não congrega todos os que se enquadram nesse perfil, pois alguns estão insatisfeitos com a atuação da entidade e outros indecisos sobre a sua permanência na atividade turística.

Ainda assim, todos os quatro têm buscado turistas apostando nos nichos de mercado, e procurado atrair vários perfis a depender do período do ano, das instalações disponíveis e das técnicas de *marketing* utilizadas.

Uns firmaram convênios com instituições de ensino fundamental, médio e superior; outros com grupos da terceira idade; outros incentivam retiros religiosos; há também os que apostam no turismo técnico-científico; aqueles que organizam eventos esportivos porque construíram pista de *cross*; os que firmaram convênios com hotéis do Litoral de Pernambuco; aqueles que organizam outros tipos de eventos como casamentos, bailes de debutantes; que fazem parcerias com empresas e demais categorias profissionais para confraternizações e treinamentos; associaram-se ao Pró-Lazer da Empetur e os que criaram um cartão fidelidade.

A oferta de meios de hospedagem em Vicência, ainda é incipiente em quantidade, insatisfatória na qualidade da prestação de serviços e modesta nas instalações, mostrando-se bastante informal e pouco profissionalizada quando considerada a exigência do perfil do público que já se desloca à cidade e aqueles nichos de mercado almejados. É uma deficiência que a Prefeitura espera sanar através do convênio com o CEFET/PE que prevê a implantação de um hotel-escola no município.

Há quatro opções de hospedagem na cidade, como mostra a tabela 10: o Vicência Hotel e Restaurante, um hotel público, mas que está locado à mesma administradora há catorze anos, situado no trevo Esperança que dá acesso ao município à beira da PE-74; a Pousada D. Vicência, também muito próxima ao referido hotel, apenas um pouco mais recuada com relação ao trevo; e a Pousada Asas da Serra, situada no centro da cidade. Esses meios de hospedagem encontram-se muito próximos à pequena rodoviária da cidade, facilmente acessível

a pé. A outra opção é o Engenho Iguape, situado no povoado de Murupé. Existe a intenção de ampliação dessa oferta, após recente convênio firmado entre a prefeitura, a Empetur e o CET/UNB – Centro de Excelência em Turismo, com o propósito de implantar a hospedagem domiciliar no município.

Tabela 10 – Evolução do Número de Meios de Hospedagem em Vicência

ANO	ESTABELECIMENTOS	LEITOS
1992	1	48
2000	2	71
2004	3	97
2006	4	107

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

Inventário Turístico da EMPETUR: 1998, 2000, 2004

Um dos aspectos interessantes não apenas em relação ao comportamento dos meios de hospedagem, mas também o dos bares e restaurantes, é o contato que mantêm com os demais setores da cadeia econômica dos municípios nos quais estão inseridos e também os municípios do entorno, com relação ao consumo de produtos hortifrutigranjeiros e à geração de alguns empregos, ainda que precários e insuficientes.

3.3.5 – Bares e Restaurantes

De acordo com a Empetur, em sua última atualização do inventário turístico de Pernambuco (2004), há em Nazaré da Mata nove restaurantes, oito bares e quatro sorveterias; e em Vicência são quatro restaurantes, três bares e uma sorveteria. São equipamentos que atendem não apenas a clientela formada por turistas, mas também moradores, trabalhadores e estudantes provenientes de outras cidades mas que se deslocam diariamente para estes municípios. São equipamentos bastante simples, à exceção daqueles instalados nos engenhos.

A oferta gastronômica da cidade precisa urgentemente de intervenções na estrutura de alguns bares e restaurantes, principalmente aqueles estabelecimentos que funcionam em espaços alugados e cujos locatários têm dificuldades tanto na obtenção da autorização do proprietário para realizarem benfeitorias, quanto de

conseguirem empréstimos em condições razoáveis. Há problemas com a padronização dos garçons que não se diferenciam dos clientes causando constrangimentos; e na questão de higiene e limpeza nos sanitários e nas dependências de alguns estabelecimentos.

Esses, à exceção de alguns poucos situados na praça da cidade, estão estrategicamente concentrados em dois pontos principais: na beira da estrada, servindo de ponto de parada para caminhoneiros, kombeiros, funcionários da Gerência Regional de Educação (GERE), funcionários da Prefeitura, alunos hóspedes do Hotel Santa Inês e viajantes de automóveis, de um modo geral, constituindo-se, para alguns proprietários, na principal razão de se manterem em funcionamento; enquanto que outros se localizam em frente à faculdade, tendo nos estudantes, professores e alguns turistas da pousada Sampaio Brandão a principal fonte de lucro.

O horário de funcionamento obedece a mobilidade do público. No caso daqueles situados próximos à faculdade, alguns fecham aos domingos; diferentemente daqueles situados à beira da estrada. A maior particularidade é o restaurante do Engenho Pedregulhos que está exclusivamente atrelado ao fluxo turístico, estando aberto apenas nos finais de semana e feriados ou mediante agendamento, sugerindo que, a baixa frequência de turistas à cidade por motivos de lazer, não compensa manter a estrutura em funcionamento nos demais dias da semana.

No caso de Vicência, os bares e restaurantes encontram-se situados na rua principal do centro do município e nas entradas que dão acesso a ele, sendo beneficiados pela proximidade com os meios de hospedagem, com uma das principais praças da cidade, com as instituições de ensino e terminais de mototáxi e de transporte alternativo, fomentando também o surgimento de pequenos comércios do setor gastronômico como *traillers*, carrocinhas de cachorro-quente, barracas de comidas.

Existe apenas um estabelecimento que se projeta por oferecer produtos da banana e, por isso, configura-se como uma atração turística do município mas que também precisa melhorar a sua estrutura, pois os sanitários estão localizados na residência dos proprietários que é uma extensão do restaurante.

O fluxo turístico impulsionado unicamente pelo lazer, que é a compreensão comum que se faz do turista, é irrelevante segundo a maioria dos comerciantes, pois ainda não incide decisivamente no faturamento dos estabelecimentos. A única exceção feita é quando ocorrem eventos nas cidades, no caso de Nazaré da Mata, durante os encontros de maracatus que ocorrem no carnaval e no mês de novembro; e em Vicência, principalmente no encontro de vôo livre.

Envolvendo não apenas o enfoque gastronômico, mas também o hoteleiro, a pesquisa de campo percebeu lacunas e registrou queixas sobre alguns aspectos relacionados ao turismo: o primeiro é a baixa qualificação da mão-de-obra que trabalha na atividade, embora algumas oficinas de capacitação estejam em vias de realizarem-se e convênios estejam sendo firmados. O segundo está relacionado à reclamação generalizada que os empresários do setor hoteleiro e gastronômico fazem do “marasmo” em que ficam as cidades quando não há eventos, ou até mesmo por uma eventual timidez da prefeitura e do governo do estado na divulgação dos atrativos do município. Esses são aspectos que só serão solucionados a partir da integração entre os interessados e as prefeituras, e entre estas e as esferas do poder estadual e federal.

3.3.6 – Comércio Turístico

Nazaré da Mata dispõe de quatro estabelecimentos específicos para a venda de artigos para turistas. O Espaço Cultural, a Associação de Artesãos (figura 21), a AMUNAM e a loja de Caroba, artesão local. Os produtos comercializados não diferem muito entre os estabelecimentos atribuindo-lhe certa padronização tendo como enfoque o maracatu rural. Entretanto, as sedes das agremiações e as casas de alguns artesãos também são locais de compra e encomenda de artigos relacionados à cultura local, sendo inclusive mais adequado para efetuar a compra de um produto específico, pois lá se encontra o artesão, torna-se possível acompanhar a confecção do objeto, e possibilita a discussão do preço mediante a atribuição do valor merecido ao trabalho realizado sem intermediários.

Figura 20 – Sede da Associação dos Artesãos de Nazaré da Mata



Autora: Daniella Pereira, 2006

Em Vicência, além do Mercado Regional de Arte que expõe objetos de alguns artesãos, os outros locais de venda são as suas residências ou pequenos comércios do município e até algumas lojas de propriedade de alguns deles.

3.3.7 – Instituições de Apoio Local

Corresponde às instituições locais envolvidas com o turismo. Em Nazaré da Mata são a Secretaria de Educação, Turismo e Desporto, que tem a sua Diretoria de Turismo e Cultura, além do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Em Vicência há a Secretaria de Educação, Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, também tem a sua Diretoria de Turismo. Ambos os municípios têm seus secretários comprometidos a participarem de reuniões a cada dois meses promovidas pela Associação dos Secretários de Turismo (ASTUR).

No município de Nazaré da Mata encontram-se associações representativas de setores ligados ao turismo como a Associação Comercial e Empresarial de Nazaré da Mata, a Associação dos Artesãos de Nazaré da Mata, a Associação das Mulheres de Nazaré da Mata. Em Vicência existe a Associação dos Artesãos de

Vicência - ARTVI, Associação dos Músicos de Vicência, Associação dos Filhos e Amigos de Vicência - AFAV, Associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes.

Instituições fundamentais ao desenvolvimento do turismo inexistem ou estão em vias de se concretizarem nestes municípios, como Conselho Municipal de Turismo (CONTUR) e de mais uma Associação de Artesãos em Nazaré da Mata. Não existe associação de hoteleiros, embora a Apettur venha representando os empresários que a ela se associaram em âmbito estadual. Também inexiste associação de bares, restaurantes e similares ou de guias. O setor de transporte também se encontra na mesma situação, ainda que seja extremamente necessário para disciplinar a atuação dos mototaxistas, kombeiros e motoristas de carros particulares que também fazem transporte.

Ao longo do período de expansão da atividade, Nazaré da Mata não concebeu um plano de ordenamento do turismo no município. Assistiu e apoiou, por exemplo, a iniciativa dos empresários do turismo rural na conformação do projeto Engenhos do Norte e à ampliação dos eventos em favor do maracatu rural, mas não disciplinou a atividade na intenção de estruturar a cidade e atrair um fluxo estável de visitantes.

Vicência procurou privilegiar o desenvolvimento local impulsionado também pelo turismo. Embora as questões políticas sejam prejudiciais para o conjunto da população, ao menos o firmamento de convênios em benefício do município parece ser algo que se incorporou à cultura dos gestores que têm ocupado a prefeitura nos dois últimos mandatos.

Após a fase de mobilização e sensibilização da comunidade ao longo das sete grandes “ambientes-oficina” e cerca de noventa reuniões contando com a participação de grande parte da população, as comunidades deram o nome de Voando com Vicência ao programa de desenvolvimento local, cujo maior objetivo era formar cidadãos empreendedores, no intuito de reverter a situação de miséria na qual se encontravam muitos trabalhadores, notadamente após o fechamento de uma das usinas do município e a redução da moagem da outra, o que resultou no desemprego de 4 mil pessoas.

As ações direcionadas ao turismo foram planejadas da seguinte maneira: “foi produzido seu inventário e realizadas oficinas de turismo bem como todo um

processo de re-significação da arquitetura do casario e engenhos, incluindo o histórico Engenho Poço Comprido” (DLIS, 2004).

Alguns aspectos também não têm recebido a devida atenção, como aqueles relacionados à sinalização turística. Embora a sua implantação tenha sido prevista por órgãos da esfera estadual e seja uma preocupação da Diretoria de Turismo de Nazaré da Mata, nenhum dos órgãos consegue agilizar a finalização. Embora o ‘trade’ turístico expresse uma só vontade: a de ampliar o número de turistas na região, as associações de classe têm tido uma atuação limitada junto ao poder público local, devido à sua incipiente coesão social e política o que as impossibilita de pressionar e impor posicionamentos próprios em seu favor e em benefício do turismo.

3.3.8 – Instituições de Apoio Supralocal

Engloba um conjunto de instituições, de âmbito estadual e federal, responsáveis pelo incremento do desempenho individual ou coletivo dos agentes envolvidos no turismo nesses municípios. Para efeitos analíticos são agrupadas em três categorias: aquelas responsáveis pelo planejamento de políticas públicas; as direcionadas ao ensino e à pesquisa; e aquelas que dão suporte a empresas.

No âmbito federal, o Ministério do Turismo é o responsável pela elaboração e implementação das políticas direcionadas à atividade. Na esfera estadual, a execução dessas ações é dever do Promata que possui um núcleo gestor local, dentro de cada município da Zona da Mata, para discutir as ações do órgão que, no caso de Nazaré da Mata e Vicência, em resumo têm sido: a reestruturação do Hospital de Nazaré da Mata, dotando-o de equipamentos e serviços médicos adequados a uma unidade de saúde de porte regional; o centro de enriquecimento cultural, atual espaço Mauro Mota; a criação do Parque dos Lanceiros; as melhorias de deslocamentos pelas estradas vicinais; a instituição do Mercado Regional de Arte; o restauro do Engenho Poço Comprido, sendo esta última obra realizada em parceria com o IPHAN; a abertura de trilha na Mata do Alcaparra; e a capacitação de condutores de ecoturismo.

Uma série de outras ações coordenadas pelo Promata estão previstas, como: contratação de uma empresa de *marketing* turístico e de uma empresa para realizar

prospecção de mercado; implantação de informativo, agência e receptivo em Goiana, Vitória de Santo Antão, mas também em Nazaré da Mata que já identificou um empresário interessado e com recursos para implantá-la; elaboração do plano de gestão dos receptivos; incluir no projeto das propriedades o programa de certificação do Instituto de Hospitalidade (IH); “estruturação dos atrativos singulares” como grupos de maracatus, caboclinhos e cavalo-marinho em Nazaré da Mata e o artesanato de Vicência; apoio a empresários que desejem implantar projetos de produção de cachaça, a exemplo daquele que já existe em Vicência sob a designação de “Cachaça Histórica”; abertura de trilhas interpretativas nas propriedades que o empresário tenha interesse em participar do projeto e ser capacitado para gerir o empreendimento; formação do grupo de empresários, sem experiência na atividade turística, sendo necessária a estruturação do produto turístico para que possam realizar seus planos de negócio; sinalização turística das BRs, PEs e estradas vicinais; implantação dos esportes de aventura, reforçando a imagem de Vicência como local para a prática dessas modalidades esportivas; elaboração e confecção de mapas turísticos; e capacitações¹⁵.

A Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), é um órgão sediado em Recife mas que tem uma seccional na cidade de Nazaré da Mata e está ligado ao controle ambiental da região. Entre as suas metas, está o desenvolvimento e implantação de um sistema de informação ambiental e o fortalecimento do sistema de acompanhamento e avaliação da qualidade ambiental da região (CAVALCANTI, 2002).

Sobre as instituições relacionadas ao ensino e à pesquisa, cabe destacar a FFPNM, com trinta e nove anos de existência, e a Faculdade de Formação de Professores de Goiana (FFPG), que tem vinte e quatro anos, ofertando uma contribuição em benefício dos estudos, até mesmo os de pós-graduação, direcionados às questões da região, inclusive uma delas com enfoque no turismo do Nordeste. Os resultados das pesquisas e estudos podem servir de base para direcionar ações nos municípios e contribui para a valorização do estudante que também é residente dos municípios beneficiados pela Instituição.

¹⁵ PROMATA. Relatório da Primeira Etapa: ampliação, reestruturação e implantação da Rota Eneghos & Maracatus, 2004.

As instituições que dão suporte às empresas, negócios e demais agentes do turismo atuam basicamente no sentido de suprir as deficiências de qualificação, não apenas da mão-de-obra diretamente envolvida com o turismo, mas também dos empresários, gerentes e diretores envolvidos na atividade.

As capacitações na forma de cursos e seminários vêm ocorrendo há poucos anos e são direcionadas à qualidade no atendimento para formação de camareiras e garçons; ao fabrico de pães, doces, e produtos direcionados à gastronomia; de sensibilização para o trabalho associativo, entre outros. O Promata informou que ocorrerão nos municípios do território piloto outros cinquenta e quatro cursos na área de turismo, hotelaria, qualidade, gestão, empreendedorismo, negócios e outros, com carga horária variando entre 80hs e 120hs. Todos os cursos são consequências das parcerias firmadas com o Senac, o Senai e o Sebrae.

3.3.9 – Meio Urbano e Meio Rural

As descrições efetuadas ao longo da caracterização dos municípios retrataram, em momento anterior, a situação de Nazaré da Mata e Vicência em relação aos seus aspectos fisiográficos e sócio-econômicos.

Entretanto, detendo-se no aspecto cultural e da qualidade dos espaços públicos para o turismo, as cidades necessitam de maiores investimentos numa ambientação compatível à(s) imagem(ns) que têm construído e pelas quais desejam ser identificadas, no intuito de promover no turista a sensação de estar adentrando naquele espaço por ele idealizado quando da decisão de efetuar o deslocamento para as referidas cidades-destino.

Em se tratando do ambiente rural, a ampliação dos latifúndios e a expansão da lavoura canavieira, ocupando espaços e desalojando a produção policultora é fator agravante quanto à sobrevivência dos agricultores, e preocupante com relação ao desabastecimento local, impactando o turismo que repassa aos visitantes os custos decorrentes da compra de produtos por preços elevados.

Outro fator que merece atenção está relacionado à instituição das Reservas Particulares do Patrimônio Ambiental (RPPNs), que acabam sendo uma ação benéfica não apenas para o meio ambiente, mas principalmente para os

proprietários aonde estão inseridos. Ao mesmo tempo em que têm o mérito de preservar os resquícios de Mata Atlântica da região, não se deve esquecer que estão situados basicamente em propriedades pertencentes a médios e grandes empresários, que receberão repasses financeiros para protegerem as matas, mas que em outras ocasiões também recebam incentivos para devastá-las. O aproveitamento decorrente da exploração turística em curso, transformando em fonte de renda a mata, sob os domínios dos proprietários de terras, deve ser cuidadosamente pensado e executado de forma a não contribuir para a ampliação da concentração de renda na região e no descumprimento da legislação conservacionista.

3.3.10 – Estrutura de Acesso

Nazaré da Mata é uma cidade de localização privilegiada, o tempo de viagem é de aproximadamente uma hora e meia em estrada de boas condições para os padrões de Pernambuco, embora sem acostamento em diversos trechos e com sinalização turística precária. As estradas vicinais estão em situação bastante precária uma vez que são de terra batida, irregulares por causa da erosão decorrente do peso dos caminhões que transportam a cana e também devido às chuvas, sendo necessários reparos no sistema de drenagem, e praticamente não tem iluminação ou sinalização de qualquer tipo.

O período de maior movimento na cidade é, sem dúvida, quando há eventos, notadamente os de cunho cultural, apoiados basicamente na riqueza do maracatu rural. Os turistas que se hospedam nos engenhos, normalmente utilizam carros de passeio para chegarem aos municípios. As linhas de ônibus que ligam Nazaré da Mata e Vicência a Recife são normalmente utilizadas por moradores que vão à capital por motivos pessoais ou na impossibilidade de resolver problemas na cidade onde residem. No sentido contrário, também utilizam o transporte público as pessoas nascidas em municípios da região canavieira, que fixaram residência e trabalham no Recife, mas que retornam sempre que possível para visitar parentes e amigos.

É muito comum a utilização do transporte em carros passeio, particulares, quando se deseja chegar às cidades ou povoados próximos. São carros antigos que não estão em bom estado de conservação, e que nos horários de grande movimento

saem superlotados desrespeitando a legislação de trânsito e pondo em risco a segurança dos passageiros.

A outra alternativa são os mototáxis que embora tenham sido incorporados ao projeto turístico desistiram de continuar a fazer parte da Rota no município de Vicência. Este fato expõe a pouca penetração das mobilizações em torno da importância do turismo junto a todas as categorias envolvidas, especialmente a de transporte, essencial para a atividade. Também é necessário requalificar, urgentemente, as rodoviárias destes municípios que se encontram em situação precária, sem condições de oferecer qualquer conforto aos seus usuários.

3.3.11 – Externalidades

Externalidades Positivas

- Exposição, principalmente de Nazaré da Mata, na mídia sobretudo, quando se trata de propagandas que enfatizam a cultura brasileira, peças publicitárias do estado de Pernambuco e o carnaval do país;
- Existência de instituições de pesquisa e ensino, de suporte às empresas e de instituições de apoio ao planejamento;
- Veiculação de Nazaré da Mata em eventos de *marketing*;
- Projeção do artesanato de Vicência em feiras regionais;
- Em tramitação a instalação da primeira RPPN em Vicência;
- Pós-Graduação em Turismo no município de Nazaré da Mata;
- Estrutura de acesso formada por malha rodoviária articulada a eixos estratégicos regionais.

Externalidades Negativas

- Exploração agropecuária causadora de danos ambientais, sociais e econômicos;
- Fragilidade das instituições responsáveis pela fiscalização ambiental;

- Falta de controle e fiscalização no exercício das funções dos equipamentos e serviços turísticos prestados;
- Eventos turísticos de massa sem a devida observação dos impactos decorrentes;
- Desarticulação acentuada entre os agentes do arranjo turístico.

3.3.12 – Níveis de Competitividade

- Existe uma crescente promoção da articulação com a rede de fornecedores e distribuidores locais na busca pela *eficiência coletiva*;
- Sem fixar critérios de qualificação dos equipamentos turísticos, mas recorrendo a observações em campo, percebe-se o pouco investimento que tem sido feito nas instalações físicas e na qualidade da prestação dos serviços apesar da hospitalidade, resultando em prejuízo na qualidade e na eficiência dos empreendimentos, com reflexos no nível de faturamento do segmento no qual estão inseridos;
- Coesão social e política comprometida pelo grande número de agentes com visão de curto prazo para o alcance do sucesso da atividade turística nestes municípios, agravada, sobretudo pela urgência com que desejam a “estruturação dos atrativos singulares” a exemplo da frágil cultura local;
- Questões políticas relativas a mandatos de ex e atuais prefeitos, têm deixado à margem importantes atores e organizações fundamentais ao êxito do turismo;
- Baixa cultura associativa entre os agentes em seus respectivos segmentos e entre estes segmentos como um todo, uma vez que algumas associações são incipientes e a relação de confiança entre os seus integrantes está em processo de construção, já que a existência do *trade* tem menos de dez anos.

Turismo, Cultura e Consumo: Possibilidades para a Zona da Mata Norte?

4.1. Culturas Subalternas e Cultura Hegemônica: Aspectos de uma Relação Conflitante e seus Impactos no Turismo

As culturas subalternas e suas relações perante a difusão do turismo em tempos de economia globalizada tem sido motivo não apenas de estudos e discussões polêmicas, não raro pouco convergentes, entre pesquisadores e *trade* turístico, mas inclusive estas culturas subalternas já são fatores que estimulam ações em benefício da atividade turística.

Para favorecer a compreensão do presente capítulo, faz-se necessário expor, antes de tudo, o que se entenderá por cultura, adotando como princípio norteador a compreensão que faz CANCLINI (1983) em torno do tema, enfatizando seu caráter dinâmico e voltado para transformação social, sendo esta uma característica presente e consequência dos posicionamentos assumidos em favor da mobilidade e da ação. Sua interpretação de cultura ultrapassa concepções que restringem esse significado ao campo dos valores, das crenças e das idéias. Para o autor, cultura é:

Produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido (p. 29).

Trazendo essa contribuição para o campo das culturas subalternas ou hegemônica, algumas distinções podem ser estabelecidas a partir de elementos que as caracterizam. A cultura hegemônica pode ser entendida como aquela oficial, não necessariamente a erudita, mas que incorpora também aquela cultura propagada pelos meios de comunicação. De acordo com PRUDENTE (2005, p. 18):

“o hegemônico se fundamenta na emissão de costumes e valores que potencializam o sistema capitalista, atuando na esfera da cultura, através da dominação cultural, despersonalizando, homogeneizando e padronizando os diversos atributos culturais”.

Repercute nos cidadãos em forma de apatia, do pouco engajamento para se libertar da atmosfera alienante na qual encontra-se inserido, atacados que são pelo excesso de informações disseminadas pelos veículos de comunicação na intenção de estimular o consumo cada vez mais acelerado de produtos, estes, cada vez mais efêmeros e de conteúdo muitas vezes pejorativo e duvidoso.

Por outro lado, mas não em sentido diametralmente oposto, já que as classes hegemônica e subalternas não são homogêneas em si, mas permitem gradações no seu interior, encontram-se as culturas subalternas invariavelmente confundidas com cultura popular. Esta, por sua vez, inadvertidamente tem sido assumida pelo senso comum como aquela “do povo”, entendendo-se por povo a população inconsciente, analfabeta e deseducada, e por isso a cultura dita popular acaba por ser identificada pejorativamente.

Embora as classes subalternas tenham assimilado a ideologia da classe dominante, por meio de canais como televisão e rádio, cuja abrangência atinge quase a totalidade dos lares brasileiros atualmente, o fato é que, mesmo diante da alienação acima descrita, as necessidades reais continuam fomentando processos de reivindicações, impulsionando essas classes a engajarem-se em movimentos sociais, a exemplo da luta pela terra na Zona da Mata de Pernambuco, e que são a prova da permanente transformação social que se opera em seu interior, mas que não ocorre à revelia da classe dominante.

Esta, ao manter unificado o discurso e a prática, que nas palavras de GRUPPI (1978, p.2) significa passar “da filosofia especulativa à política” tem ao seu favor a possibilidade de manter-se na condição de hegemônica. Entretanto, é possível trazer à análise alguns outros elementos que diferenciem as culturas subalternas da cultura hegemônica.

CANCLINI (1988) apud PRUDENTE (2005), destaca como determinantes para a formação das culturas subalternas primeiramente, a estrutura econômica. Remete-se, sob uma perspectiva marxista, à desigualdade nas relações de produção relativas à concentração dos meios de produção necessários à geração da *mais*

valia nas mãos da classe dominante, restando às demais classes sociais, apenas a oferta da sua força de trabalho que é o que têm de verdadeiramente seu (ibidem).

CANCLINI e PRUDENTE (ibidem) ressaltam a reprodução material e simbólica como outra característica que diferencia essas classes sociais. Em relação à reprodução material, destacam a heterogeneidade interna a cada uma dessas classes, medida pelo grau de aquisição dos bens que revelam aspectos singulares sobre as condições de vida peculiares. A partir desta abordagem PRUDENTE (2005, p.34) reafirma: Cada condição de vida específica terá sua escala de necessidade própria, consolidando uma matriz que incidirá no ato de consumo, tendo como objetivo geral a satisfação destas necessidades”.

O valor simbólico atribuído aos bens é, por sua vez, entendido como um fator psicológico que também incide no ato do consumo e que não está dissociado das leis de mercado relativas à oferta e à procura, mas comporta-se como instrumento complementar utilizado em favor da acumulação do capital.

É a partir da apropriação do simbólico pelo mercado, tornando-o um produto globalizado e desprovido de identidade cultural com o território, que a cultura hegemônica desfaz quaisquer tentativas de propriedades comunitárias e elimina os laços que associam a produção simbólica ao território onde foi gerada “na medida em que estes são ressignificados pela mídia e dotados de efemeridade” (ibidem, p.21).

Considerando que as relações de consumo se dão de forma desigual, o que está embutido nesse ato, sob a perspectiva do turismo, é principalmente a capacidade de promoção da diferenciação social e as possibilidades de integração em determinados grupos, estando esses aspectos relacionados ao *status* social.

A própria necessidade de distinção socioeconômica por meio do consumo específico, ganha força enquanto produto da penetração da ideologia da classe hegemônica no meio popular e isso ocorre quando se dá a apropriação de elementos do universo popular pelos processos hegemônicos, elementos esses que são retrabalhados e viabilizam, assim, a aceitação e consumo pelas classes subalternas.

São processos que se materializam utilizando-se do cotidiano dessas classes no intuito de ir desmanchando resistências e ressentimentos, incrustados na base

das relações socioeconômicas. Ao considerar o cotidiano na dinâmica das discussões entre cultura oficial e não-oficial, com muita propriedade PRUDENTE (2005) faz a seguinte afirmação:

É a partir da cotidianidade que se constroem os referenciais das classes populares e onde se dão os embates entre o oficial, concebido como hegemônico, e o não-oficial, compreendido como subalterno. É também justamente neste patamar que se realiza o palco das manifestações de consumo, das materializações das concepções de mundo, dos hábitos, da consumação das diferenças socioeconômicas (p.29).

E reconhece o desafio imposto à questão da cultura, tanto no âmbito transnacional, conduzido pelo viés financeiro, quanto no popular que é orientado para a expressão dos sujeitos sociais, sendo ambos influenciados em medidas e tendo conseqüências diferenciadas pelas relações políticas e econômicas subjacentes às dimensões mercadológicas.

Os meios de comunicação funcionam como poderosos canais de disseminação das idéias oficiais e nesse sentido, com raras exceções, encontra-se à disposição da cultura transnacional, responsável pela reprodução de simulacros e difusão da cultura dita popular como mero espetáculo. Considerando a promoção da cultura “em benefício única e exclusivamente da esfera privada”, foram pinçados alguns elementos considerados relevantes por PRUDENTE (2005), a partir das reflexões de CANCLINI (1988) quando diz sobre este autor que ele:

(...) também adverte para esta situação, ao mencionar a depreciação dos papéis dos sujeitos sociais frente aos objetivos mercadológicos ligados ao consumo, ao fator exclusivamente especulativo, desmobilizando os atributos coletivos, desagregando os indivíduos e desarticulando os instrumentos de participação social (p.30).

O turismo em muito tem contribuído para a consolidação destes aspectos negativos, em localidades aonde o planejamento da atividade ou não se constitui em uma prática, ou quando existe, está fortemente alinhado às diretrizes econômicas e descomprometido com a participação social.

Nesses casos, o turismo tem freqüentemente estimulado o uso mercadológico da cultura própria da massa de trabalhadores dos municípios de

Nazaré da Mata e Vicência, mais precisamente aqueles aspectos relacionados às manifestações culturais e ao artesanato *pari passu* com a cultura originada no interior das casas-grandes.

Considera-se nesse sentido, a hipótese proposta por BAKHTIN, ressaltada por GINZBURG (1987), referente à “circularidade da cultura” na qual existe “uma influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante” (p.24). De fato, em se tratando do turismo, elementos, hábitos e costumes típicos do conjunto dos moradores das cidades estudadas têm sido crescentemente ressaltados, “valorizados” pela e para a atividade no intuito de agregar ainda mais veracidade à experiência turística. Da mesma forma, características inerentes à classe hegemônica também têm sido devidamente incorporadas ao cotidiano de parte desses moradores, a depender do grau de exposição deles aos canais disseminadores da ideologia dominante. Neste sentido, a moda, a gastronomia, a musicalidade, a dança e alguns objetos, elementos de interesse do turismo, acabam sofrendo descaracterizações nos seus sentidos e usos proporcionando a artificialização necessária à atividade.

O fato de unir em um só projeto de turismo - o Rota Engenhos e Maracatus - trajetórias sociais tão distintas e, em nenhum momento coincidentes, reforça o seu caráter “especulativo” e “explorador”. Trata-se de uma concepção que passa despercebida, nesses termos, pelo conjunto daqueles trabalhadores envolvidos no turismo e que vislumbram na atividade uma possibilidade de manter viva a sua cultura. E são felizes com as transformações que foram incorporadas tanto na indumentária, embora reconheçam a elevação nos custos para a manutenção de, por exemplo, um maracatu rural, quanto em ocasiões nas quais lhe é permitido ser o centro das atenções, admirados e reconhecidos em seu valor, ainda que transfigurados nos personagens da brincadeira. Sobre o turismo também paira a esperança de que a atividade consiga se firmar como uma alternativa para a melhoria das suas condições de vida.

Do outro lado, ainda que no mesmo projeto e oficialmente assumindo a mesma importância que o “Maracatus”, está o “Engenhos”, representativo da classe hegemônica, harmonizada às linhas de atuação definidas pelo governo do estado de Pernambuco e pelas prefeituras municipais. Essas atuações são materializadas na existência de projetos devidamente delineados para a sua inserção no turismo,

além de ações, em relação à infra-estrutura de acesso, sinalização, ainda que insuficiente, e assistência de órgãos supralocais como o Sebrae, parceiro da Apettur, em favor da classe hegemônica, já realizadas pelos órgãos públicos.

4.1.1 Condições de Inserção dos Maracatus no Turismo da Zona da Mata Norte

Na qualidade de expressão típica das classes subalternas da Zona da Mata Norte, o Maracatu Rural ou de Baque Solto pode ser compreendido por diversos ângulos, embora o aspecto religioso e o musical sejam os que normalmente prevaleçam. Para além deste teor e considerando o contexto no qual emergiu, na forma de manifestação cultural o maracatu rural representa “uma expressão política, ideológica, uma maneira de contestar a realidade opressora” (Medeiros, 2005, p.87).

Não tem a mesma origem do Maracatu Nação ou de Baque Virado, este proveniente das nações africanas e situado na zona urbana, na periferia do Recife. Embora existam semelhanças entre algumas personagens em decorrência da introdução da corte real e da ala mirim, no maracatu de baque solto a exigência da Federação Carnavalesca de Pernambuco, no intuito de melhor caracterizar o maracatu rural, espelhando-se no maracatu nação, acabou por introduzir algumas modificações na essência do folguedo.

Discussões de âmbito acadêmico entre estudiosos e pesquisadores em torno do surgimento do maracatu rural, é motivo de formulação de hipóteses baseadas nos mais diferentes indícios, ora considerando-o como folguedo percebido pelos folgazões como uma “brincadeira séria” - devido principalmente ao seu caráter religioso - que ocorria em dias de folga, mais precisamente no período carnavalesco; ora como uma variação dos grupos de Cambindas, manifestação na qual os homens vestiam-se de baianas, tendo o rosto pintado e acompanhados por uma orquestra de percussão; ou até como uma manifestação originada da fusão de vários folguedos do interior de Pernambuco como ciranda, bumba-meu-boi, cavalo-marinho, pastoril, entre outros (idem).

Entretanto, Silva (2005) enfatiza a origem indígena desse brinquedo do início do século XX e admira-se ao narrar a formação de uma manifestação nascida nessa

época, período no qual essa matriz étnica esteve praticamente dizimada. Nas suas palavras:

É absolutamente incrível que um brinquedo de origem indígena tenha se formado no início do século XX, no canaviais da Zona da Mata Norte de Pernambuco, região que assistiu, desde o início, à constante eliminação da primitiva população que ocupava aquelas terras. Este folguedo assume características de uma festa indígena, de uma festa de nativos das terras brasileiras, uma festa daqueles que foram perseguidos e escolhidos para deixarem de existir.(p.20)

Aos poucos os índios foram deixando de falar as suas línguas em público e a se chamarem de caboclos, misturando-se a outros grupos étnicos como os negros e brancos pobres, companheiros de desventuras na labuta dos canaviais, mas ao mesmo tempo, protagonistas da cultura, que nas palavras de Silva (ibidem, p.22) “produziam sua dança cantando seu passado”.

Incorporando parcas fantasias “uma roupa simples, um chapéu afunilado, os rostos enegrecidos de carvão, como guerreiros que vão à guerra. Uma lança na mão, avistada de longe, e o som dos chocalhos, anunciavam a chegada do guerreiro no canavial”(idem). Metade dos entrevistados reconhece-se como guerreiros, sentem-se fortalecidos quando estão com a lança na mão e saem ‘calçados’, ou seja, protegidos espiritualmente.

Sem desmerecer a importância das pesquisas realizadas e do esforço dos estudiosos em resgatar a historicidade desse folguedo, a possibilidade de compreendê-lo enquanto uma dimensão da luta de classes pelo olhar dos maracatuzeiros, só pode ser verificada a partir do grau de consciência de classe que apresentam. E para isso, saber o porquê e o como que justificam o surgimento do maracatu rural, é condição *sine qua non* para avaliação daquele aspecto. Alguns dos depoimentos selecionados dão uma amostra da pouca precisão e insegurança, especialmente dos mais jovens, quando inquiridos sobre o assunto:

“O maracatu foi criado dentro das senzalas de engenho. O cara batia seu bombo ali, em volta da fogueira. Quando o negro vai conseguindo a liberdade, aí ele vai se transformando, daí vem a idéia do branco, vem do índio, então surge essa coisa do líder. O objetivo mesmo era o divertimento e depois se transformou em procissão e se transforma em luta, porque antigamente a ignorância era muito grande” (maracatuzeiro, 36 anos).

“Surgiu através de folga das pessoas que queria brincar porque todo mundo no final do trabalho quer inventar a brincadeira” (maracatuzeiros, 64 anos).

“A idéia do maracatu é de muitos anos mas eu num sei contá não, porque quando eu vim brincar de maracatu eu acho que já existia” (maracatuzeiro, 22 anos).

“Maracatu surgiu dos trabalhador rurais que trabalhava nas palhas de cana, limpando mato, cortando cana. Aí começemo a fazer o maracatu. Aí, um batia na enxada, outro batia na foice, outro batia numa faca. E fizemo um maracatu reformado, de engenho, e o trabalhador rural foi quem formou o maracatu” (maracatuzeiro, 69 anos).

“É uma festa que Deus num gosta, mas é bom brincar o maracatu. Ele num brinca, mas foi através da quaresma que surgiu o carnaval... que tem a quarta-feira de cinza e aí vem o período quaresmal. Então surgiu aí através também de Deus” (maracatuzeiro, 25 anos).

Este último depoimento enfatiza o papel da religiosidade no maracatu rural, que no bojo da sua formação incorporou elementos típicos da religiosidade indígena, africana e portuguesa, resultando no sincretismo presente hoje no folguedo e que reforça a seriedade com a qual os componentes (notadamente os caboclos de lança e mestres caboclo) percebem o maracatu, obedecendo rigidamente os rituais por ele impostos sob pena de sofrerem alguma espécie de castigo ou punição vindos do sobrenatural, do mundo invisível, capaz de fazê-los ficarem doentes ou até de ‘endoidecer’. O depoimento de um maracatuzeiro atesta este sincretismo religioso quando diz que o “maracatu tem a fé dentro dele, agora tem também macumba, catimbó” (maracatuzeiro).

Em relação a estes componentes, importa descrever quem são os sujeitos mencionados. A partir das pesquisas realizadas junto aos folgazões, constatou-se que 53,6% são trabalhadores da ativa ou aposentados da cana-de-açúcar; 28,8% trabalham majoritariamente no setor de serviços como pedreiro, vigilante, zelador, artesão, pintor, trabalhador da construção civil; e os outros 17,6% são aposentados de um modo geral. Do total de entrevistados, apenas 14,3% são atendidos por algum programa do governo: bolsa-escola ou bolsa-família.

Nesse sentido, a dinâmica socioeconômica e espacial gerou um problema para estes trabalhadores-brincantes com rebatimentos, no mínimo, incoerentes.

Quando moravam nos engenhos, tinham mais tempo para ficarem em suas casas, nos seus sítios e fazerem a fantasia. Atualmente na qualidade de bóias-frias, condição esta agravada pela sazonalidade do trabalho, é imposta a eles a angustiante sina de trabalharem metade do ano e ficarem o restante dele desempregados e morando em cidades.

É uma realidade que promove modificações no campo da cultura com implicações no maracatu rural. O desemprego no qual são lançados, ano após ano, ao longo da entressafra, força-os a procurarem outros trabalhos como meio de sobrevivência. Mesmo que consigam, a instabilidade do emprego se mantém como um fator de preocupação constante, “apesar de terem mais tempo pra fazer, não fazem porque eles não têm a tranquilidade que eles tinham quando eram moradores de engenho”¹⁶.

Na pesquisa de campo, o equivalente a 46,4% dos entrevistados é folgazão que tem entre 20 e 50 anos de participação em maracatu rural. Com a vinda para a sede do município em definitivo na década de 80, muitos já não sabem ou até já esqueceram como se confecciona a indumentária, é onde está o paradoxo.

O Ministério da Cultura em convênio firmado com a Associação de Maracatus de Baque Solto de Pernambuco, fundada em 1990 (figura 22), situada no município de Aliança vizinho a Nazaré da Mata, está liberando recursos para a realização de oficinas de dois meses para que os maracatuzeiros aprendam a confeccionar golas. Oficinas estas que ocorrem na sede do Maracatu Leão Formoso, sendo necessária a representação de cada maracatu ao menos com dois integrantes, normalmente da diretoria. O que não ficou claro foi quais mecanismos seriam utilizados para garantir que cada dupla seja multiplicadora das técnicas que aprenderam, como espera o Ministério e a própria Associação.

¹⁶ SILVA, S.V. Entrevista concedida pelo Prof. do Departamento de História/UFPE. Recife, 2006.

Figura 21- Sede da Associação dos Maracatus de Baque Solto de Pernambuco
(Município de Aliança)



Autora: Daniella Pereira, 2006

É importante destacar a atuação da associação no sentido de “preservar, valorizar e divulgar as expressões culturais referentes ao Maracatu Rural e apoiar a existência legal desses maracatus” (VICENTE, 2005, p.85). Tal atuação tem adquirido respaldo não apenas entre os maracatuzeiros, como também junto às instituições públicas e privadas; tem intermediado a contratação dos grupos para apresentações; buscado aumentar o cachê dos maracatus; inibido as típicas brigas entre os grupos; e divulgado a cultura do maracatu. Os maracatus participam da reunião da associação, mensalmente, para discutir assuntos do interesse dos folguedos, não podendo estar vinculados a partidos políticos e para isso, contribuem com uma cota mensal no valor de R\$ 1,00 para a manutenção das instalações.

Salienta-se que essa não é a primeira oficina realizada pela Associação, que congrega 99 grupos de maracatus e da qual 100% dos entrevistados afirmaram que o maracatu no qual “brincam”, faz parte. De acordo com o seu vice-presidente, a associação já vem realizando oficinas de sambada de terreiro com patrocínio da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) há dois anos.

Na prática, estas oficinas estão “ensinando” os artistas a fazerem o que já sabiam. E duas questões emergem para a análise: para que ensinar alguém do maracatu a aprender a fazer a gola do maracatu? E mais: porque ensinar a esse componente do maracatu, que pertence a uma classe que inventou o maracatu a menos de 100 anos, a fazer a gola e também a realizar sambadas?

Ambas as respostas têm o mesmo ponto de partida para a sua compreensão: a penetração do capitalismo no meio cultural, na cultura do maracatu. Em resposta à primeira pergunta, a intenção é plausível: “formar grupos de artesãos dentro dos próprios maracatus, ser uma fonte de renda (...) e a fazer a própria fantasia deles pra que não paguem¹⁷ e com relação às sambadas, “para dar incentivo às sambadas de terreiro que tava caindo”(ibidem).

No entanto, a necessidade de formar grupos de artesãos dentro dos maracatus como mostra a figura 23, que foi algo que sempre existiu mas sem a intenção da exploração comercial, demonstra a vontade de fazer disto uma fonte de renda e de trabalho permanentes dadas as desanimadoras perspectivas com a sonhada reforma agrária. Disto resulta que a probabilidade de estarem definitivamente dependentes de alguém para confeccionar a sua vestimenta tem se mostrado cada vez mais real, visto que poucos são os que reaprendem a confeccionar a indumentária, como também são incertos os efeitos multiplicadores por causa das possibilidades do aumento na concorrência entre os artesãos.

E mais, para se manterem na condição de artesãos necessitam dos equipamentos mínimos para início das atividades como máquina de costura e material para trabalhar, que não são garantidos pelo Ministério.

Com relação ao segundo questionamento, a justificativa vai além daquela explanada pelo vice-presidente da associação, mas em tom desanimador. A orientação propagada segue no sentido de se apegar às novas oportunidades que aparecem com a diversificação econômica da região, ou seja, com o turismo. Os esforços estão sendo neste sentido, a Rota Engenhos e Maracatus e o mais recente projeto que está sendo desenvolvido pelos Sebrae de Pernambuco, Alagoas e

¹⁷ SOARES FILHO, M.S. Entrevista concedida pelo Vice-presidente da Associação dos Maracatus de Baque Solto de Pernambuco. Nazaré da Mata, 2006.

Paraíba, intitulado Civilização do Açúcar seguindo a mesma proposta da Rota, têm como um dos seus principais pilares a cultura do maracatu.

Figura 22 – Artesão/Maracatuzeiro na sede de um maracatu em processo de confecção de gola de Caboclo de Lança



Autora: Daniella Pereira, 2006

Embora aproximadamente 78% dos entrevistados afirmem receber algum pagamento pelas apresentações que fazem, há grupos de maracatus que quando conseguem reunir todos os componentes totalizam entre 50 e 180 integrantes daí que, o cachê pago ao maracatu, nunca é suficiente para recompensá-los ao todo. Além do mais, as apresentações não são freqüentes, às vezes duas, três a cada ano, e existe uma hierarquia interna que valoriza financeiramente determinados personagens do maracatu, como descreve um maracatuzeiro:

“O caba só qué brincá com dinheiro, agora sabe que a gente num paga todo mundo, porque se fosse pagá todo mundo num tinha dinheiro que alcançasse. A gente pode pagá um reiamá(arreiamá), uma Catirina, um Mateu (Mateus), um mestre, um músico, um batedor (de terno), mas o resto a gente num pode pagá não porque o maracatu num tem recurso pra isso não.”(maracatuzeiro)

Apesar das dificuldades enfrentadas, os maracatuzeiros gostam, sentem-se bem, contentes, respeitados. 100% dos entrevistados afirmaram que os turistas valorizam, gostam do que vêem e esta percepção dos brincantes se justifica pela expressão de encantamento estampada no rosto dos turistas, pela quantidade de fotos que tiram, a filmagem que fazem, pelos abraços que dão nos componentes, pelo dinheirinho que “soltam” para que eles possam tomar alguma coisa, como uma “branquinha” por exemplo. No entanto, alguns conseguem enxergar um pouco mais adiante e ficam desgostosos afirmando que muitos turistas não lhes dão o valor merecido porque:

“Aqui mesmo, o (maracatu) que eu brinquei ano passado e parei esse ano, não deixei ninguém tirar retrato meu. Ele tira e vai fazer apresentação lá fora. Porque se fosse lá eles ia pedir os direito e aqui não dão nada. Tira retrato e nada dá a gente. Por isso que muitos hoje não quer deixar tirar retrato, essas coisa... por causa disso. Que tá sendo valorizado lá fora.”(maracatuzeiro)

Mas também expressam o prazer que sentem em se apresentarem para pessoas que estão lhe dando algum tipo de retorno, quer seja apenas o da atenção, da filmagem, da fotografia ou da ajuda financeira:

“E hoje ele (o turista) tá conhecendo o maracatu antigo e ele fica amismado(surpreso) com aquilo e hoje ele tira aquela foto, fala o que a gente num entende bem a fala dele. Aí ele acha muito importante o maracatu que é uma coisa que lá num tem. Aí eles manda pra gente ficar estrincherado(entrincheirado, uma posição do maracatu), diz pra gente ir por dentro das cana, a gente fica brincando dentro das cana, faz aquela manobra, pra satisfação dele né”(maracatuzeiro).

É preciso incutir nos governantes idealizadores dos projetos e também nos participantes integrados à cadeia turística que, “a sobrevivência do maracatu depende da sobrevivência do homem que faz o maracatu, da comunidade que faz o maracatu”¹⁸, e principalmente, que o maracatu é uma festa “de pobre pra pobre”.

Ao não se perder de vista esta realidade e ao se dispor a ouvir os maracatuzeiros sobre sua visão de mundo e as suas expectativas, aquelas, que os “de fora” apenas imperfeitamente pensam compreender, é que não apenas a Rota

¹⁸ SILVA, S.V. Entrevista concedida pelo Prof. do Departamento de História/UFPE. Recife, maio, 2006.

Engenhos e Maracatus poderá vir a ter algum êxito enquanto fator de promoção socioeconômica, como qualquer outro projeto que esteja sendo guiado pelos princípios do desenvolvimento local. É preciso que estes artistas, antes de mais nada, tornem-se primeiro cidadãos.

4.1.2 Condições de Inserção dos Artesãos no Turismo da Zona da Mata Norte

É cada vez mais forte o papel do artesanato como uma das atividades que dão sustentação à economia familiar nos municípios da Zona da Mata Norte. Tanto em Nazaré da Mata quanto em Vicência, nos últimos 10 anos percebe-se não apenas o seu desempenho no âmbito econômico, como também relativo às questões de gênero.

O ingresso gradual de residentes no trabalho com o artesanato, não tem feito seleção por faixa etária. Embora absorva predominantemente pessoas pertencentes à População Economicamente Ativa (PEA), é também generoso em suas oportunidades para com aposentados e donas de casa. A inserção desse público no artesanato dá-se por dois motivos principais: reforço do orçamento familiar, aonde em alguns casos comporta-se até como única fonte de renda da família, e assunção de um significado terapêutico, que pode ser feito em ‘grupo’, promovendo a aproximação e o fortalecimento dos laços comunitários entre os habitantes, ou ‘individual’ onde, como demonstra o depoimento de uma artesã de Vicência, “quando você tá trabalhando, não tá se preocupando com as coisa”.

Da mesma forma, é uma atividade onde se constata a atuação basicamente feminina. Do total de entrevistados nos dois municípios, 73% daqueles que trabalham com artesanato são mulheres. Neste sentido, o trabalho realizado pela Amunam (figura 24) ganha destaque como uma grande contribuição dada em direção ao fortalecimento dos laços familiares também pelo artesanato, estimula a elevação da auto-estima tanto em virtude da participação em feiras locais e regionais quanto pelo reconhecimento do trabalho do artesão por parte dos turistas na forma de elogios. Uma artesã de Nazaré da Mata diz quem são os reais compradores dos produtos e ressalta uma ocasião propícia à comercialização, conforme depoimento a seguir:

A maioria turista. A maioria não, praticamente todos turistas. Quando a gente vai pra alguma feira... na Bienal do Livro, a gente levou praticamente tudo o que a gente tinha aqui e não voltou nada. Aí a gente tá começando tudo de novo. Você até notou que a gente tá sem caboclinho, porque a gente tá recomeçando. Ficou tudo na Bienal do Livro (...)Eles valorizam muito mesmo” (artesã).

Figura 23 – Sede da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – Amunam



Autora: Daniella Pereira, 2006

A Associação de Artesãos tem também realizado um trabalho sério junto aos moradores da cidade na promoção de cursos gratuitos e na mobilização para participação em feiras locais, regionais e nacionais.

Como dito em capítulos anteriores, a consolidação do turismo por meio da Rota Engenheiros e Maracatus nesses municípios, tem provocado a especialização do artesanato naqueles objetos ou artigos previamente selecionados como representativos da cultura local. No caso de Nazaré da Mata, a Diretoria de Turismo e Cultura tem estimulado o trabalho com motivos de maracatu rural no qual Caroba é atualmente o artesão de maior projeção no município e mantém uma loja na entrada do município, de artigos basicamente confeccionados a partir da imagem do

maracatu rural. Sobre a especialização artesanal solicitada pela Diretoria de Turismo e Cultura, tem-se o seguinte:

“Fazer um trabalho mais voltado à cultura do município, vamos supor assim, trabalhar mais com relação ao caboclo de lança. Aquela bolsa que você vai comprar se você botar um lantejoulá, já lembra uma gola. Então acho que era para as pessoas que trabalham o artesanato, ter uma cabeça mais ampla mais aberta pra isso. Porque acho que elas iam vender mais(...). Muitas pessoas que trabalham com artesanato, trabalham com paninho, bordado. E justamente é aí, podiam trabalhar esse bordado voltado ao maracatu. Inclusive várias entrevistas eu já até falei assim, chegam pessoas pra colocar em exposição na lojinha do espaço, é um local aberto pra artesanato, mas se você olhar, é artesanato voltado ao maracatu. Não posso botar aquele bordado, como se fosse aquele bordado á mão que lembra Passira (cidade do Agreste de Pernambuco), então eu tenho que botar coisas que relacionem ao maracatu e chega pessoas aqui com conchinhas, cultura de praia. Eu não posso colocar e eu tenho que colocar coisas voltadas ao maracatu e eles não entendem”(Diretora de Turismo e Cultura de Nazaré da Mata).

Trata-se de um grande equívoco. Este discurso alinha-se perfeitamente à orientação dada também pela Rota Engenhos e Maracatus enquanto um projeto no qual seu grande problema reside no fato de ser um projeto vindo “de fora para dentro”, onde aqueles que produzem a cultura não são membros participantes da elaboração do projeto, são apenas elementos que estão sendo trabalhados no projeto. Quando perguntados se sabiam quem estava participando do projeto Rota Engenhos e Maracatus, 100% dos artesãos de Nazaré da Mata responderam que não sabiam com certeza. Um deles ensaiou nominar algumas instituições do poder público, mas mostrou-se bastante perdido.

Não estiveram presentes às eventuais reuniões sobre o projeto e desconhecem qualquer proposta direcionada ao artesanato. O total de entrevistados envolve aqueles que fazem parte da principal associação de artesãos existente oficialmente no município há sete anos, outros são artesãos filiados à AMUNAM e outros não integram qualquer associação, normalmente são os artesãos-maracatuzeiros, aqueles folgazões que eles mesmos confeccionam seus trajes.

É de interesse da Diretoria de Turismo criar uma espécie de centro de artesanato onde seria possível ao turista, chegar naquele lugar específico e assistir à confecção da indumentária do maracatu, conforme depoimento da diretora:

“Porque às vezes chega muito turista aqui que quer ver a confecção de golas, aí a gente manda pras oficinas lá na sede. Mas se a gente fizer um local próprio, a gente pode até já incluir esse local num roteiro turístico. Então, o turista quando chegar aqui ele vai conhecer onde faz toda essa aplicação da indumentária, o chapéu, a lança, a gola. Então acho que isso era muito importante se a gente criasse aqui no município”.

Certamente não seria a atitude mais adequada, pela inconveniência sócio-econômica que acarretaria. A fixação de artesãos em lugar distinto daquele onde mora e trabalha acarreta conseqüências negativas para o seu dia a dia pois estará privando, no caso das mulheres, da execução de trabalhos domésticos concomitantemente com o trabalho artesanal. Outro fator complicador, é o de viver em uma sociedade notadamente machista, com possibilidades reais de desencadeamento de conflitos conjugais tais como ciúmes, descuido dos trabalhos domésticos, falhas na educação dos filhos, entre outros.

O caso da cidade vizinha de Tracunhaém conhecida pelo seu artesanato com barro, deve ser tomado como exemplo no sentido do que não se deve fazer com o artesão, segundo análise feita pelo professor Severino Vicente da Silva (2006):

“Ali eles(o poder público) vão botar os fulanos pra vender as coisas ali, pra não entrar na cidade. No dia que fizerem aquilo ali, o turista que viria até lá na casa do artesão, não vai mais. Ou então ele vai matar o artesão. Não interessa ao artesão ir lá pra frente. É bom que o fulano vá lá, ver como ele trabalha, onde ele possa discutir o preço lá enquanto ele tá trabalhando. Então, como ele vai continuar trabalhando ali, então ele vai ter que pagar alguém, ele vai perder dinheiro pra alguém ficar ali, vai ter um atravessador. E as pessoas sequer vão conhecer a cidade de Tracunhaém.”

De um modo geral o que se deve despertar, aproveitando-se equívocos desta natureza, é a reflexão equilibrada quando se pretende aproveitar o artesanato com fins essencialmente turísticos, uma vez que existe uma flagrante desarticulação e discrepância entre quem pensa o projeto e o homem que o executará, o artesão. Ele tende a fazer o que o mandam fazer e, ao invés dele pensar a sua arte segundo suas concepções de vida, ele pensará a sua arte de acordo com o desejo do outro, neste caso, sintonizados com o que os governos acham ser o desejo dos turistas.

No caso do município de Vicência, a especialização também se faz presente com o trabalho a partir da banana e dos seus sub-produtos como a palha. Por contar com o Mercado Regional de Arte, esperava-se que o comércio do artesanato local

estivesse mais dinâmico, com fluxos turísticos mais freqüentes, o que não foi o caso. Constatou-se uma atuação bastante passiva e dependente da Diretoria de Turismo.

Aparentemente, as questões políticas exercem influências mais negativas neste município que em Nazaré da Mata, já que a falta de diálogo que propicie maior entendimento entre as partes envolvidas na atividade turística e as relações parceiras entre alguns agentes do turismo, tem se enfraquecido.

Nesse sentido, no que diz respeito exclusivamente aos artesãos, quase 78% dos entrevistados não ouviram falar da Rota Engenhos e Maracatus e 100% deles afirmaram desconhecer as instituições ou atores envolvidos no projeto. Assim, percebe-se a inexistência de mecanismos que atuem no sentido de promoverem a aproximação da maior parte destes artesãos, incluindo-se aqueles residentes nos distritos e povoados do município.

As parcerias e convênios em andamento com instituições supralocais, têm procurado equilibrar o *déficit* das parcerias locais, embora não seja esta uma solução. Os moradores devem estar acima dos interesses políticos, que perseguem artesãos e até isola-os. A ARTVI deve procurar atuar desvinculada das políticas partidárias que interferem inclusive no processo de aquisição da matéria-prima.

A ações que terão início a partir da liberação de recursos da ordem de R\$ 630 mil, serão direcionadas basicamente para capacitações, divulgação e sinalização turística da Rota. Com estas ações, o governo de Pernambuco espera incrementar o fluxo de turistas na região que apenas em 2005 começou a figurar nas estatísticas oficiais da Empetur, no aspecto relacionado ao fator decisório de uma viagem realizada a passeio, representando apenas 0,47% daqueles que desembarcaram em Recife com o objetivo de fazer 'turismo rural'.

O governo do estado e os municípios esperam ampliar o consumo do artesanato no mercado regional e nacional, o que demandará melhorias na qualidade do produto e na sua apresentação. Necessidade que já vem sendo percebida por alguns artesãos que se encontram impedidos de ampliarem sua rede de comercialização, pela necessidade que apresentam em melhorar principalmente o acabamento dos produtos, numa verdadeira tentativa de adequar-se às demandas do mercado, que exige cada vez mais qualidade, por isso, maior especialização dos produtos.

Este direcionamento resulta numa tendência ao controle e à unificação dos gostos como tem ocorrido com os artesãos de Nazaré da Mata e Vicência, ocasionando a perda da identidade e da capacidade de reflexão e manifestação que o artesão faz dos seus sentimentos por meio da sua obra. Esta perda tem se dado às custas de um projeto externo à sua vontade, que se legitima através da valorização da cultura mas onde subjaz a alienação completa do indivíduo. É este rumo que precisa ser urgentemente revisto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo enquanto campo de estudo, tem sido cada vez mais objeto de investigação da Geografia graças às transformações que tem operado no âmbito do espaço e na reprodução das relações sociais. Conforme pôde ser observado, ao longo da pesquisa, as relações entre turismo e espaço têm provocado reconfigurações nas práticas socioespaciais na medida em que, mesmo de forma incipiente, têm aproximado atores historicamente distantes no modo de falar, de agir, de se relacionar.

Enquanto processo, a reorganização promovida a partir do turismo, tem criado a expectativa da promoção, não apenas da diversificação econômica da região, mas principalmente, a expectativa da inclusão dos indivíduos situados na base da pirâmide social, e com eles a sobrevivência das manifestações culturais.

Partindo dessa percepção e das análises formuladas no presente estudo, percebe-se que algumas contribuições foram feitas no sentido de somarem-se às pesquisas previamente realizadas sobre o turismo no espaço rural da Zona da Mata Norte de Pernambuco, haja vista que a atividade tem estimulado a economia local em períodos pré-determinados e tem implicado em reconfigurações no arranjo espacial local, atribuindo às antigas formas nova funções e às práticas culturais, novas concepções de 'uso', tudo em decorrência da apropriação do espaço e do cotidiano para fins turísticos.

Diante dos resultados apurados ao longo das pesquisas na área de estudo, e da forma como o turismo vem sendo conduzido pelos gestores públicos, responsáveis pelo planejamento e fomento da atividade, não é possível a promoção da inserção participativa de maracatuzeiros e artesãos no processo de implementação do turismo na Zona da Mata Norte de Pernambuco, legitimando a hipótese elaborada.

Aliás, é possível sim o turismo ser trabalhado desde que superficialmente, como dito em outra ocasião neste mesmo trabalho, maquiando a gravidade da realidade social sem se atacar as suas causas reais, relativas à necessidade da reforma agrária como única solução para devolver à massa de desempregados reais

e à outra massa de desempregados sazonais, trabalhadores originados da lida agrícola que compulsoriamente percebem-se, circunstancialmente, em outras atividades que não aquelas nas quais se originaram, uma vez que a emergência do setor de serviços não absorve a demanda por empregos e considerando a necessidade de promoção do abastecimento alimentar local, que traria, como reflexo imediato, a redução dos preços cobrados, para moradores e equipamentos turísticos, a diversificação dos produtos alimentares bem como dos seus nutrientes e vitaminas, o fortalecimento da saúde dos moradores, a geração de renda ou a sua elevação *per capita*, a geração de mais receita para o município e, conseqüentemente, de mais impostos que poderiam ser revertidos para os de dentro e, conseqüentemente, os de fora.

Em conjunto com a esperada mudança de mentalidade necessária para a promoção da participação dos moradores como um todo, ou estimulando a formação de associações representativas dos interesses de cada categoria, as quais seriam integradas ao processo de discussão e tomada de decisão em torno das aplicações dos recursos e do retorno esperado, ou seja, apenas conjugando reforma agrária e cultura participativa será possível promover o desenvolvimento sustentável da região. De outro modo, é viável apenas o crescimento econômico experimentado por pouquíssimos agentes entrevistados do 'trade' turístico. E esse crescimento está ocorrendo, como dito anteriormente ao longo do trabalho, a partir da 'maquiagem' que cimenta os conflitos sociais, a partir da distorção dos significados e símbolos culturais da região, tudo isso sendo norteado pelo consumismo exacerbado da sociedade contemporânea e a falta de capacidade de emitir respostas mais rápidas e consistentes a essa tendência que, vale ressaltar, vem de fora pra dentro.

É a partir dessa perspectiva mercadológica e não transformadora, que o espaço rural tem se preparado para o turismo. Nesse sentido, a atividade pode se tornar viável pela mera resolução de alguns problemas pontuais que precisam ser urgentemente revistos, a partir da instituição de formas de planejamento e gestão que busquem dotar os municípios de melhor infra-estrutura adequada ao turismo, de mão-de-obra qualificada – sendo este um dos fatores mais negativos e desestabilizadores para a atividade - de melhores estruturas no setor de hospedagem, notadamente daqueles empreendimentos que não estão instalados dentro dos engenhos, de sensibilização junto ao trabalhadores que realizam o

transporte intermunicipal em carros de aluguel, como também junto à categoria dos mototaxistas.

Uma vez que cada município da Zona da Mata Norte tem procurado destacar o seu potencial turístico, pinçando aspectos a serem valorizados e promovidos turisticamente, é preciso primeiramente investigar até que ponto os moradores se identificam com aqueles aspectos selecionados. Percebeu-se em algumas conversas com populares, inclusive crianças do município de Nazaré da Mata, que algumas delas envergonhavam-se ao chegarem à escola no ônibus municipal cuja lataria, na gestão anterior, estampava nos dois lados, a figura gigante do caboclo de lança, personagem símbolo do Maracatu Rural, mas que na atual gestão essas imagens não estão mais presentes. O mesmo vale para Vicência onde há munícipes que sequer conhecem a ‘menina-dos-olhos’ do município, o Engenho Poço Comprido, e até aqueles que nunca provaram a tão propalada pizza de banana.

Sendo assim, é necessário tratar o aspecto cultural transversalmente nas disciplinas escolares dotando não apenas os estudantes, mas também por outras vias de sensibilização, os moradores, de informações acerca da origem das manifestações culturais locais, estimulando-os a interagir com os municípios aonde residem para, em seguida, pensar em trabalhar a paisagem rural ambientando tanto Nazaré da Mata quanto Vicência com os elementos típicos, e devidamente reconhecidos pelos moradores como seus.

Em relação à análise realizada a partir de um modelo geográfico selecionado, outros pontos merecem ser destacados. Existe como ponto positivo a proximidade dos municípios com o seu principal centro emissor, Recife. Entretanto, pelo perfil do público detalhado, são basicamente turistas de outras capitais que se interessam pelo espaço rural, urbanóides nostálgicos, grupos da terceira idade, e estudantes, ou seja, à exceção dos estudantes, são pessoas que dispõem simultaneamente de tempo e dinheiro para deslocarem-se até a região.

Percebe-se de acordo com o modelo de CAMPBELL explorado em por PEARCE (2003), que retrata diferentes padrões de deslocamento para fora de um centro urbano, que os roteiros elaborados para a Rota Engenhos e Maracatus acabam contemplando os três grupos distintos de turistas que ele menciona, utilizando-se diferenciadamente do espaço produzido para o turismo. Entretanto, problemas relativos à sinalização turística, à infra-estrutura rodoviária e à iluminação são fatores

negativos que em breve deverão ser sanados, uma vez que em julho de 2006 foi autorizada a liberação de recursos pelo Governo de Pernambuco, para este fim.

A compreensão da Rota Engenhos e Maracatus como um possível arranjo produtivo local de turismo, demonstra a fragilidade dos relacionamentos entre os atores na atividade e que é marcada pelo distanciamento. Questões políticas pesam negativamente nas intenções de promoção socioespacial da região a partir do uso turístico do território, embora comece a se perceber o início de uma cultura de continuidade, ao menos em relação à manutenção da imagem dos destinos, que foram criadas na gestão anterior, bem como a permanência do interesse no turismo.

A cultura subalterna, por sua vez, tem sido apenas trabalhada como elemento a ser consumido ao longo da experiência do visitante, e percebida como um dos principais sustentáculos da atividade, por isso deve ser continuamente estimulada dado, por exemplo, o exotismo do maracatu, este sim, um atrativo singular da zona canavieira. É preciso incutir nos gestores a necessidade de perceber que o maracatu não é apenas um espetáculo, mas uma representação simbólica da luta de classes que a maquiagem do turismo está transformando em atração, legitimada não apenas pelos governantes, mas encorajada por proprietários de engenho, de bares, de restaurantes e também pelos artesãos.

Os próprios folgazões não percebem mais essa expropriação, dessa vez, da sua cultura, aprofundando a sua condição de vítima dos processos globalizantes da economia e que devido à sua desvalorização enquanto seres humanos, e à falta de perspectiva, apegam-se à única oportunidade de mostrarem que em algum momento se sobressaem. Para eles é assim que o turismo funciona. São ocasiões em que podem estar no centro das atenções, e a tendência é se integrarem plenamente às relações capitalistas de produção, fazendo do espaço rural palco para a sobrevivência da manifestação com os recursos advindos das apresentações.

Os artesãos seguem o mesmo caminho. Orientados a especializarem o seu artesanato, ficam impedidos de darem asas à criação e podem se tornar meros vendedores de peças, sem qualquer significado para eles próprios, que não o dos recursos financeiros refletidos em cada unidade produzida.

Ainda assim, de maneira contraditória e combinada é que vêm se dando as relações sociais no espaço, acumulando tempos históricos, mas não dialogando com

eles, apenas superpondo-se. O espaço está sendo valorizado, tem recebido novos fixos dispersos na paisagem rural, que aos poucos ganha mais feições de região turística, com o único propósito real de recriar lugares onde o visitante possa encontrar o que busca: o belo, o funcional, o descanso, não o feio, o desestruturado, o agito típico dos conflitos agora silenciados pelo turismo. Entretanto, o turismo apenas terá êxito quando for realmente considerado o todo e não as suas partes, como ilustra a Rota Engenhos e Maracatus.

As considerações efetuadas a partir das observações, entrevistas e discussões travadas ao longo da pesquisa, não são, de longe, definitivas. Antes, fornecem subsídios para pesquisadores de outros ramos do conhecimento, aprofundarem as reflexões em torno de tema tão vasto, complexo e (des)articulado como o turismo. Fica o convite àqueles que desejem ampliar as discussões e pesquisas objetivando uma melhoria nas condições de turismo dos municípios que constituem a Mesoregião da Mata de Pernambuco.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALBANO, C; MURTA, S. M. *Interpretação, preservação e turismo: uma introdução*. In: ALBANO, C; MURTA, S.M (Org.) *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. p.9-12.

ALMEIDA, J. A.; BLOS, W. O Marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A et all (Orgs.) *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papirus, 2000. p.75-84.

ACSELRAD, H. Território e poder: a política das escalas. In: FISCHER, T. (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, p. 33-44, 2002.

AMUPE, Finanças Municipais: Nazaré da Mata. Disponível na Internet. www.amupe.org.br. Acesso em 26 de maio de 2006.

AMUPE, Finanças Municipais: Vicência. Disponível na Internet. www.amupe.org.br. Acesso em 28 de maio de 2006.

ANDRADE, M. C. de. *O Vale do Siriji: um estudo de geografia regional*. Recife, 1958.

_____. *Caracterização da sub-região da “mata seca” em pernambuco*. Anais da AGB: SP, 1959. vol. XI tomo I, p. 279-300.

_____. *A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1986.

APETTUR. Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico. Disponível em: <<http://www.apettur.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2006.

ARAÚJO, T.B. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

ATHAYDE, E. *Clusters: O que é?* Disponível em : <http://www.geranegocio.com.br> . Acesso em: 28 jun. 2006.

BARBOSA, M.AC.; ZAMBONI, R. *A Formação de um 'Cluster' em Torno do Turismo de Natureza Sustentável em Bonito – MS.* Brasília: IPEA e CEPAL, 2000.

BARROS, N. C. C. *Manual de geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo.* São Paulo: SENAC, 1998.

BURKE, P. *Cultura popular na Idade Moderna.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANCLINI, N. G. *As culturas populares no capitalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos sociedade e agricultura.* Rio de Janeiro, n.11, p. 53-75, out. 1998.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.* 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p.94-121.

CAVALCANTI, C. *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA.* FUNDAJ. n. 135, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/discussao/promata.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2006.

Nosso futuro comum. Relatório da comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CORIOLOANO, L.N.M.T. O Desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLOANO, L.N.M.T; LIMA, L.C. (Org.) *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental.* Fortaleza: Eduece, 2003. p.26-44

CORIOLOANO, L. N. M. T; SILVA, S. C. B. M. *Turismo e geografia: abordagens críticas.* Fortaleza: Ed. UECE, 2005.

CORRÊA, R.L.. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C.de C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas.* 6º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CRUZ, R. C. *Política de turismo e território.* São Paulo: Contexto (coleção turismo), 2002.

DABAT, C.P.Y.R. *Moradores de engenho :* estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco,

segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2003, 700 f. Tese (Doutorado em história) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003.

DENCKER, A. F.M.; VIÁ, S.C. *Pesquisa empírica em ciências humanas*. 2.ed.São Paulo: Futura, 2002.

DIAS, R. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

DINIZ, C. C. Global-Local: Interdependências e desigualdade ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil. In: Estudos Temáticos (BNDES/FINEP/FUJB) *Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ,2000, p.211-240.

DLIS. *Desenvolvimento Local Integrado Sustentável: Oficina Permanente Sobre Desenvolvimento Local*.Disponível em: <
<http://www.rededlis.org.br/experiencias.asp?id=35&action=mostra>>. Acesso em: 13 maio 2006.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

FALCÃO, R. *Prefeitura é mina de emprego*. Recife: Diário de Pernambuco. Economia, B6, 11 de junho de 2006

FERREIRA, J. P. *Enciclopédia dos municípios de Pernambuco*. Rio de Janeiro: EMB (IBGE), 1958.

FREYE, G. *Nordeste*. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GALLERO, A. L. Elementos para un análisis sociogeográfico del turismo. In: RODRIGUES, A. B (org). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed.São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRUPPI, L. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7.ed. São Paulo: Loyola, 1998.

IBGE (2001). *Censo Demográfico 2000*. Disponível na Internet. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 01 de junho de 2006.

_____. *Censo Demográfico 2000*. Disponível na Internet. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 01 de junho de 2006.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE PERNAMBUCO. *Monografia Messorregional: Mesorregião da Mata Pernambucana – Microrregiões da Mata Setentrional, da Mata Meridional e de Vitória de Santo Antão*. Recife: CONDEPE, 2000.

LEFEBVRE, H.. *El derecho a la ciudad*. 2.ed. Barcelona: Península, 1973.

MAMBERTI, M.M.S; BRAGA, R. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. In: Seminário internacional o desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas, 1, 2004, São Paulo. *Anais do I Seminário Internacional o Desenvolvimento Local na Integração: estratégias, instituições e políticas*. São Paulo: UNESP, 19-21 maio, 2004.

MARX, K. *O Capital*. 5.ed. Lisboa: Edições 70 (edições populares), 1980.

MARQUES, M. I. M. *O conceito de espaço rural em questão*. Terra Livre, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MEDEIROS, R. B. *Maracatu rural: luta de classes ou espetáculo*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005.

MELO, M. L. de. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do nordeste canavieiro*. Recife: IJNPS, 1975.

MELLO E SILVA, S. B. O Turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. In: CORIOLANO, L.N.M.T; LIMA, L. C. (Org.) *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: Eduece, 2003. p.19-25.

MERIGUE, G. L. *O desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais no Turismo: o caso da região turística da costa leste de Mato Grosso do Sul*. Rio de Janeiro: FAPERJ e COPPE, n.15, 2005.

MINTZ, S. W.; WOLF, E. R. Fazendas e plantações na meso-américa e nas antilhas. In: DABAT, C.R. (Org.). *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2003, p.147-196.

MOREIRA, M.de M. Projeções preliminares da população dos municípios do Estado de Pernambuco por situação do domicílio: 2000-2005. In: *Trabalhos para Discussão*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, n.136, maio, 2002.

OLIVEIRA, A U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A F. A (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p.63-110.

PALACIOS, G. Campesinato e escravidão no Brasil: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres do Nordeste Oriental do Brasil: 1700-1875. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 30 (3), p.325-356, 1987.

PEARCE, D. G. *Geografia do turismo: Fluxos e regiões no mercado de viagens*. São Paulo: Aleph, 2003

PORTUGUEZ, A. P. *Agroturismo e desenvolvimento regional*. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____ *Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas*. São Paulo: Rocca, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA, *Planejamento Estratégico Municipal: diagnóstico da área rural do município de Nazaré da Mata*. janeiro, 2003.

PROMATA - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO. Disponível em: <http://www.promata.pe.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2006.

_____ *Identificação de Áreas Críticas do Ponto de Vista Ambiental: Vicência*. Subprograma III, território 10, setembro 2005.

_____ *Identificação de Áreas Críticas do Ponto de Vista Ambiental: Nazaré da Mata*. Subprograma III, território 10, setembro 2005.

_____ *Plano de Investimento Municipal -2000: Nazaré da Mata*, dezembro 2002.

_____ *Plano de Investimento Municipal-2000: Vicência*, dezembro 2002.

PRUDENTE, H. A. *Turismo cultural: as culturas subalternas e o turismo emancipador em Cunha*. Taubaté-SP: Cabral Editora, 2005.

RIBEIRO, S. V. P. *Para entender o turismo rural: um estudo crítico*. Olinda: Ed. do autor, 2004.

RODRIGUES, A. B. *Desafios para os estudiosos do turismo*. In: **RODRIGUES, A. B** (org). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANDRA MIRANDA ARQUITETURA E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS Ltda..
Projeto: Ampliação, reestruturação e Implantação da Rota Engenhos & Maracatus: relatório da primeira, segunda, terceira e quarta etapas. Recife: PROMATA, 2004. 1 CD-ROM (700MB). Word for Windows

SANTOS, G.AG.; DINIZ, E.J; BARBOSA, E.K. *Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locacionais.* Revista do BNDES. v.11, n.22, p. 151-179. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev2207.pdf>>. Acesso em 19 jun. 2006.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.* 6º ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

SILVA, J.F. G.; GROSSI, M. E. Del. *Novo Rural: Uma abordagem Ilustrada.* 1. ed. PINHAIS-PR: Ed. Gráfica Expoente Ltda., v. 1, 2002.

SILVA, J. F. G.; CAMPANHOLA, C. (Orgs.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual - Nordeste.* 1. ed. Jaguariuna: EMBRAPA, 2000. v. 2.

SILVA, S.V. *Festa de caboclo.* Recife: Ed. Associação Reviva, 2005.

SIQUEIRA, T. V. de. Zona da mata do nordeste: diversificação das atividades e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: *Revista do BNDES*, v.8, n.15, p. 147-194, jun.2001.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas : a reafirmação do espaço na teoria social e crítica.* Rio de Janeiro : J. Zahar, 1993.

SOUSA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A.B.(Org.). *Turismo e desenvolvimento local.* Sao Paulo:Hucitec, 1997. p.17-22

TEIXEIRA, P; MOURA, H. A de. *As tendências recentes do crescimento populacional nordestino.*Disponível na internet. <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 17 de maio 2006.

THOMAZI, S. *Cluster de turismo: introdução ao estudo de arranjo produtivo local.* São Paulo: Aleph, 2006.

TUNU, P.T. *Cadastro institucional dos municípios: Pernambuco.* Ed. CINN, 1996

VICENTE, A V. *Maracatu rural - o espetáculo como espaço social: um estudo sobre a valorização do popular através da imprensa e da mídia*. Recife: Ed. Associação Reviva, 2005.

WANDERLEY, M.N.B. O camponês: um trabalhador para o capital. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília, v. 2, n.1, p. 13-78, jan./abr. 1985.

_____. *O lugar dos rurais: estudo sobre a ruralidade no Brasil moderno*. Projeto de Pesquisa. UFPE, 1998.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

YÁZIGI, E. *Turismo: uma esperança condicional*. São Paulo: Global, 2003.

APÊNDICE

ROTEIRO PARA ENTREVISTA ESTRUTURADA COM O PROMATA

Data: ____/____/____

1. DADOS DO INFORMANTE

- Nome:
- Idade:
- Escolaridade:
- Profissão:

2. IDEALIZAÇÃO DA ROTA ENGENHOS E MARACATUS

- Porque o Promata decidiu apostar no turismo como uma das estratégias de diversificação econômica da zona da mata norte?
- A Rota Engenhos e Maracatus tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da região...de que forma?
- De onde vêm os recursos do Promata para investimentos na Rota Engenhos Maracatus?
- Quando começaram a ser injetados na região e em que?
- Como está funcionando a Rota Engenhos Maracatus?
- Sobre as consultas públicas, que representantes da sociedade participaram ao longo da concepção do projeto?
- Todos os atores interessados participaram ao menos de uma das consultas?
☐ Sim ☐ Não.
 - Se sim, o que propuseram? Disto, o que foi considerado pelo Promata?
 - Se não, por que razão?
- Como foi pensada e definida a forma de participação dos donos e gestores de engenhos na Rota Engenhos Maracatus (descrever minuciosamente)?
- Como foi pensada e definida a forma de participação dos artesãos e maracatus na Rota Engenhos Maracatus (descrever minuciosamente)?
- Que ganhos o Promata espera ter junto aos artesãos, maracatus, hoteleiros e pousadeiros, donos de engenhos e de bares e restaurantes?
- Que dificuldades vêm sendo sentidas junto a todos estes atores ao longo da implantação da Rota Engenhos Maracatus nestas duas cidades?
- Como equacioná-las?
- As parcerias entre estes atores tem sido estimuladas?
- Que outras parcerias vem sendo estimuladas, também localmente por parte das prefeituras, para mobilizar recursos não-governamentais e também atores não-governamentais?
- Tem sido estimulado o surgimento de pequenos novos negócios em decorrência/complementares do/ao turismo? Se sim, quais?
- Para o Promata, é possível pensar em desenvolvimento local, contemplando artistas de um modo geral, tendo o turismo como um dos pilares, considerando as estruturas precárias de emprego na região?
- De que forma o Promata tem atuado no sentido de trabalhar as rivalidades internas entre atuais e antigas administrações?
- Como tem sido a relação entre as prefeituras integrada à Rota Engenhos Maracatus?
- Sobre o projeto Civilização do Açúcar e Engenhos do Norte e seus objetivos, quais são as semelhanças, diferenças e parcerias existentes com a Rota Engenhos e Maracatus? Quando se fala em Nazaré da Mata, que imagem vem à sua mente?
- Quando se fala em Vicência, que imagem vem à sua mente?

ROTEIRO PARA ENTREVISTA ESTRUTURADA COM MARACATUZEIROS

Entrevista nº _____
Data: ____/____/____

1. DADOS DO INFORMANTE

- Nome:
- Idade:
- Escolaridade:
- Estado civil:
- Filhos ☐ Sim ☐ Não. Se sim, Quantos?
- Quantas pessoas moram com você?

2. CONDIÇÕES DE VIDA

- Quantas pessoas da família trabalham atualmente?
- Trabalham com o que?
 - Havendo trabalhadores na agricultura, estes produzem o que?
- Onde comercializam?
- Quem compra?
- De onde vem a maior fonte de renda?
- A família recebe ajuda de algum programa do governo? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, qual?
- Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela família?

3. PARTICIPAÇÃO NOS MARACATUS

- Há quanto tempo você participa do maracatu?
- O que significa o maracatu pra você?
- Porque surgiu o maracatu?
- Onde costumavam acontecer as manifestações?
- Onde acontecem atualmente?
- Em que ocasiões elas aconteciam?
- E nos dias de hoje, em que ocasiões ela acontece?
- Participa de alguma associação de artistas da cultura popular?

4. COMPREENSÃO DO PROJETO “ROTA ENGENHOS E MARACATUS”

- Conhece o Promata? ☐ Sim ☐ Não
- Já ouviu falar da “Rota Engenhos e Maracatus”? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, sabe quem participa do projeto?
- Sabe o que é o projeto? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, expor a sua compreensão do projeto.
- Participou de alguma reunião a respeito do projeto? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, deu alguma opinião sobre o projeto? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, foi aceita?
- Percebeu alguma proposta específica para os maracatus da cidade?

5. TURISMO E CULTURA POPULAR

- Já ouviu falar em turismo rural?
- O que o sr.(a) imagina que possa ser?
- Percebeu se a cidade tem recebido mais turistas?
- Tem feito mais apresentações nos últimos 3 anos por causa do turismo?
- Com que frequência você se apresenta?
- Recebe sempre algum tipo de pagamento por apresentação?
Sim ☐ Não ☐
- Você pode contar com os pagamentos pelas apresentações todo mês?
- Existe alguma parceria entre os maracatus e os proprietários de engenhos da cidade?
- Que apoio a prefeitura tem dado aos maracatus da cidade?
- Acha que o turista tem valorizado os maracatus? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, com base em que elementos o sr.(a) pode fundamentar a sua percepção?
- Quando se fala em Vicência/Nazaré da Mata, que imagem vem à sua mente?

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS ESTRUTURADAS PARA PROPRIETÁRIOS DE ENGENHOS

Entrevista N. _____

Data: ____/____/____

1. DADOS DO INFORMANTE

- Nome:
- Idade:
- Escolaridade:
- Estado civil:
- Filhos ☐ Sim ☐ Não. Se sim, Quantos?
- Profissão:

6. A PROPRIEDADE

- Quais são as principais atividades da sua propriedade?
- Quantos hectares da sua propriedade são dedicados à lavoura canavieira?
- Houve algum tipo de reestruturação produtiva na sua propriedade nos últimos 15 anos?
- E de diversificação das atividades econômicas da propriedade?
Sim ☐ Não ☐
 - Se sim, em que setores ou atividades decidiu investir?
- Que atividades, por ordem de importância, vêm oferecendo a maior rentabilidade atualmente?

3. TURISMO RURAL

- Quando e porque decidiu investir em turismo rural?
- Qual a participação do Promata nesta decisão?
- Como atuou/atua o órgão na sua propriedade?
- Que parcerias foram decisivas para a implementação da Rota Engenhos e Maracatus?
- Em sua opinião, em que ela tem acertado e falhado?
- Em relação às falhas, como melhorar?
- Qual tem sido a participação das esferas públicas na Rota Engenhos e Maracatus?
- Quais são as suas relações com os artesãos e maracatus do município?
- Em sua opinião, que fatores têm sido decisivos na atração de turistas à região?
- Acha que o turista tem valorizado a região? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, com base em que elementos o sr.(a) pode fundamentar a sua percepção?
- Quando se fala em Vicência/Nazaré da Mata, que imagem vem à sua mente?

4. APETURR – ASSOCIAÇÃO PERNAMBUCANA DE TURISMO RURAL E ECOLÓGICO

- Que importância tem a APETURR na REM?
- Que ações ela tem executado em benefício dos associados?
- Está satisfeito?

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS COM ARTESÃOS DE NAZARÉ DA MATA E VICÊNCIA

Entrevista N. _____

Data: ____/____/____

1. DADOS DO INFORMANTE

- Nome:
- Idade:
- Escolaridade:
- Estado civil:
- Filhos ☐ Sim ☐ Não. Se sim, Quantos?
- Profissão:
- Quantas pessoas tem na família?

7. CONDIÇÕES DE VIDA

- Quantas pessoas da família trabalham atualmente?
- Trabalham com o que?
- Qual é a especialidade do seu artesanato?
- Onde comercializa?
- Quem compra?
- De onde vem a maior fonte de renda?
- Você tem outra fonte de renda além do artesanato?
- A família recebe ajuda de algum programa do governo? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, qual?
- Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela família?

8. PROFISSIONALIZAÇÃO

- Há quanto tempo você é artesão?
- Onde e com quem aprendeu o ofício?
- Algum dos seus descendentes pretende dar continuidade à arte da família?
- Que significado tem a sua arte pra você?
- Já recebeu algum tipo de capacitação técnica por parte de alguma instituição pública?
 - Se sim, qual era o objetivo desta capacitação? Foi positiva pra você?
- Já recebeu apoio financeiro para ampliar e/ou escoar a sua produção?
- Quais são as principais dificuldades encontradas para exercer a profissão?
- Participa de alguma associação de artistas da cultura popular?

4. COMPREENSÃO DO PROJETO “ROTA ENGENHOS E MARACATUS”

- Conhece o Promata? ☐ Sim ☐ Não
- Já ouviu falar da “Rota Engenhos e Maracatus”? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, sabe quem participa do projeto?
- Sabe o que é o projeto? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, expor a sua compreensão do projeto.
- Participou de alguma reunião a respeito da Rota Engenhos e Maracatus?

Sim ☐ Não ☐

- Se sim, deu alguma opinião sobre o projeto? ☐ Sim ☐ Não
 - Sendo sim, foi aceita?
- Percebeu alguma proposta específica para o artesanato da cidade?

5. TURISMO E CULTURA POPULAR

- Já ouviu falar em turismo rural?
- O que o sr.(a) imagina que possa ser?
- Percebeu se a cidade tem recebido mais turistas nos últimos 3 anos?
- Tem comercializado mais nos últimos 3 anos por causa do turismo?
- O turismo estimulou a diversificação da produção do seu artesanato?
- Você notou se o turismo estimulou o resgate de algum tipo de arte que estava caindo no esquecimento da população do município? ☐ Sim ☐ Não
- Existe alguma parceria entre os artesãos e os proprietários de engenhos da cidade?
- Que apoio a prefeitura tem dado ao artesanato da cidade?
- Acha que o turista tem valorizado o artesanato da cidade? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, com base em que elementos o sr.(a) pode fundamentar a sua percepção?
- Quando se fala em Vicência/Nazaré da Mata, que imagem vem à sua mente?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS ESTRUTURADAS PARA A DIRETORIA DE TURISMO E CULTURA DE NAZARÉ DA MATA E VICÊNCIA

Entrevista N. _____

Data: ____/____/____

1. DADOS DO INFORMANTE

- Nome:
- Idade:
- Escolaridade:
- Profissão:

2. TURISMO NOS MUNICÍPIOS

- Qual tem sido a participação da secretaria de turismo na rota engenhos e Maracatus?
- Que ações têm sido priorizadas?
- Que impactos positivos e negativos foram previstos ao longo da implementação?
- Em relação aos impactos negativos, como minimizá-los?
- Como tem sido a relação entre as prefeituras participantes deste consórcio turístico?
- Como tem sido a participação dos proprietários de engenhos junto à Diretoria?
- Como tem sido a participação dos artesãos e maracatuzeiros junto à Diretoria?
- A Diretoria tem acompanhado os resultados das ações do Promata?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS ESTRUTURADAS PARA PROPRIETÁRIOS DE BARES E RESTAURANTES DE NAZARÉ DA MATA/VICÊNCIA

Entrevista N. _____

Data: ____/____/____

1. DADOS DO INFORMANTE

- Nome:
- Idade:
- Filhos: ☐ Sim ☐ Não. Se sim, Quantos?

2. CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

- Quantas pessoas da família trabalham atualmente?
- Trabalham com o que?
- Você tem outra fonte de renda além do seu estabelecimento?
- A renda mensal da família dá pra sustentar todos satisfatoriamente?
- Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela família?
- Participa de alguma associação de artistas da cultura popular?

3. COMPREENSÃO DO PROJETO “ROTA ENGENHOS E MARACATUS”

- Conhece o PROMATA? ☐ Sim ☐ Não
- Já ouviu falar da “Rota Engenhos e Maracatus”? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, sabe quem participa do projeto?
- Sabe o que é o projeto? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, expor a sua compreensão do projeto.
- Participou de alguma reunião a respeito do projeto? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, deu alguma opinião sobre o projeto? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, Foi aceita?
- Percebeu alguma proposta específica para os maracatus da cidade?

5. TURISMO E CULTURA POPULAR

- Já ouviu falar em turismo rural?
- O que o sr.(a) imagina que possa ser?
- Percebeu se a cidade tem recebido mais turistas nos últimos 3 anos?
- O sr.(a) percebeu algum incremento real no faturamento do seu estabelecimento em decorrência dos turismo?
- Existe alguma parceria entre o setor gastronômico e os maracatus e artesãos do município?
- Existe alguma parceria entre o setor gastronômico e os proprietários de engenhos do município?
- Que apoio a prefeitura tem dado ao setor gastronômico?
- Acha que o turista tem valorizado o município? ☐ Sim ☐ Não
 - Se sim, com base em que elementos o sr.(a) pode fundamentar a sua percepção?
- Quando se fala em Vicência/Nazaré da Mata, que imagem vem à sua mente?